



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO**

POLIANA AGUIAR LUIZ

**EDUCAÇÃO NO CÁRCERE: ESTUDO SOBRE UMA ESCOLA PENITENCIÁRIA EM
SANTARÉM – PA**

**SANTARÉM – PA
2023**

POLIANA AGUIAR LUIZ

**EDUCAÇÃO NO CÁRCERE: ESTUDO SOBRE UMA ESCOLA PENITENCIÁRIA EM
SANTARÉM – PA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Oeste do Pará, como requisito para obtenção do título de mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Alan Augusto Moraes Ribeiro.

**SANTARÉM – PA
2023**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIB/Ufopa

L953e Luiz, Poliana Aguiar
Educação no cárcere: estudo sobre uma escola penitenciária em Santarém - PA./ Poliana Aguiar Luiz. – Santarém, 2023.
128 p. : il.
Inclui bibliografias.

Orientador: Alan Augusto Moraes Ribeiro.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-graduação em Educação, Mestrado Acadêmico em Educação.

1. Políticas educacionais para privados de liberdade. 2. Educação para o cárcere no Pará. 3. EJA em prisões. I. Ribeiro, Alan Augusto Moraes, *orient.*
II. Título.

CDD: 23 ed. 370.115098115

Bibliotecária - Documentalista: Renata Ferreira – CRB/2 1440



Universidade Federal do Oeste do Pará
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ATA Nº 198

Aos dezessete dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e três, às quatorze horas e trinta minutos, por meio de videoconferência Google Meet, reuniram-se os membros da Banca Examinadora composta pelos(as) professores(as) Drs(as) Prof. Dr. Alan Augusto Moraes Ribeiro (orientador e presidente), Profa. Dra. Maria Auxiliadora Maues de Lima Araújo (membro externo) e Prof. Dr. Hergos Ritor Froes de Couto (membro interno) a fim de arguirem a mestranda Poliana Aguiar Luiz, com a dissertação intitulada "EDUCAÇÃO NO CÁRCERE: ESTUDO SOBRE UMA ESCOLA PENITENCIÁRIA EM SANTARÉM - PA". Aberta a sessão pelo presidente, coube a candidata, na forma regimental, expor o tema de sua dissertação, dentro do tempo regulamentar, em seguida a banca fez as arguições, a candidata respondeu e, após as deliberações na sessão secreta foi:

Aprovada, fazendo jus ao título de Mestra em Educação.

Reprovada.

Dr. MARIA AUXILIADORA MAUES DE LIMA ARAUJO, UEPA

Examinador Externo à Instituição

HERGOS RITOR FROES DE
COUTO, 3078168249

Dr. HERGOS RITOR FROES DE COUTO, UFOPA

Examinador Interno

Dr. ALAN AUGUSTO MORAES RIBEIRO, UFOPA

Presidente

POLIANA AGUIAR LUIZ

Mestrando

Dedico este trabalho aos alunos da Escola Penitenciária Prof. Delson Afonso Mourão, turmas de 2022, que, carinhosamente, contribuíram para a construção desta dissertação; e, aos demais alunos privados de liberdade, que dão vida à educação no cárcere.

AGRADECIMENTOS

A Deus, em primeiro lugar, por me permitir chegar até aqui.

À minha família, aos meus pais, que sempre me apoiaram e me ensinaram a lutar pelos meus sonhos, o mestrado é um deles. À minha amada filha Náthalie, que, com amor e paciência, ajudou-me de variadas formas durante o mestrado. Às minhas irmãs e eternas amigas Regiane, Regina e Bethânia.

Ao meu orientador, o Prof. Dr. Alan Augusto Moraes Ribeiro, pelos ensinamentos, condução da pesquisa e amparo nos momentos de dificuldade.

Aos membros da banca, Dr. Elionaldo Julião, Dr. Hergos Froes, Dra. Maria Auxiliadora, foi uma honra ter vocês como avaliadores desta produção.

Agradeço ao Cel. Marco Antônio Sirotheau Correa Rodrigues, Secretário de Estado de Administração Penitenciária, por ter, gentilmente, nos autorizado a realizar esta pesquisa.

Ao Sr. Paulo Rocha Cunha, diretor da Escola de Administração Penitenciária (EAP), ao Sr. Ronaldo Charlet, coordenador de Planejamento e Pesquisa da EAP, e ao Sr. Luanderson Vieira por apoiarem esta pesquisa.

Ao Sr. João Batista Silva Barbosa, que, no momento da pesquisa, estava à frente da Diretoria de Administração Penitenciária (DAP).

Ao Sr. Belchior Machado, que, no momento da pesquisa, estava à frente da Diretoria de Reinserção Social. A Sra. Patrícia Salles, coordenadora da CEP, e aos demais colegas da CEP, especialmente aos colegas Evandro e Tuany pelas contribuições, e à querida Aline Dias, que, no momento da pesquisa, atuava na CEP e sempre colaborou para o andamento do trabalho pedagógico no Crashm.

Agradeço a todos os colegas do Crashm, especialmente ao Cel. Tarcisio Morais da Costa, ao Cap. Marcelo Souza de Vasconcelos, ao Sr. Francisco Solano S. Neto, ao Sr. Jorge da Cruz Coelho Júnior e o Sr. Alberto Torres.

Aos colegas da Seap, Sra. Maria Lúcia, Valmir, Lobato, Orlando, Isaias, Jéssica, Luan, que jamais mediram esforços para me ajudar na construção deste trabalho.

Ao querido Ari Pacheco, que, mesmo distante, esteve presente durante essa jornada.

Ao amigo Clébio, que me acompanhou em todo esse processo.

Aos queridos professores que atuam na Escola Penitenciária Prof. Delson Afonso Mourão, pelo profissionalismo e por aceitarem participar desta pesquisa.

Às queridas Professoras: Naide Pedroso (*in memoriam*) e Maria do Carmo, pela colaboração para a produção deste trabalho e pela dedicação e carinho prestados à educação no cárcere.

Aos colegas da Seduc, Profa. Wannice Bandeira, Prof. Francisco Nascimento, Profa. Bárbara Oliveira, Prof. Sidney Medeiros, Profa. Lucenil Rocha e ao Prof. Josenias Figueira, pelo apoio à educação desenvolvida no cárcere.

À querida Profa. Graça Pedroso que me auxiliou na revisão do texto.

À Psicóloga Cleide Basgal, Profa. Regina Figueira (*in memoriam*), Profa. Lilian Aquino e ao Prof. Ormano Queiroz, que me auxiliaram durante as fases do processo seletivo do PPGE/Ufopa.

À Dra. Caroline Macêdo pelo carinho e pelas ricas contribuições para a construção deste trabalho.

Aos colegas da Vara de Execução Penal, pela parceria de trabalho, Dr. Flávio Lauande, Dra. Adalgiza Rocha e a Sra. Jucineide Pereira.

Aos colegas da turma de mestrado de 2021, que, apesar de termos realizado nossa formação remotamente, sempre seguimos solidários uns aos outros.

Ao Sr. Delson Afonso Mourão (*in memoriam*), pelo carinho, pelos ensinamentos, pela amizade.

Agradeço a todos que direta ou indiretamente colaboraram para a produção desta dissertação.

Muito Obrigada!

“Cada detento uma mãe, uma crença
Cada crime uma sentença
Cada sentença um motivo, uma história de
lágrima
Sangue, vidas inglórias, abandono, miséria,
ódio
Sofrimento, desprezo, desilusão, ação do
tempo
Misture bem essa química
Pronto, eis um novo detento”.

(Mano Brown / Josemir Prado. Diário de um
detento. Racionais MC's).

RESUMO

Esta pesquisa apresenta reflexões sobre a educação no cárcere, a partir de um estudo realizado na Escola Penitenciária Professor Delson Afonso Mourão, localizada no Centro de Recuperação Agrícola Silvio Hall de Moura (Crashm), no município de Santarém – PA. Buscamos compreender como as políticas educacionais para pessoas privadas de liberdade estão sendo implementadas nessa escola, a partir das diretrizes propostas pelo Plano Estadual de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional do Pará (2021 – 2024). Adotamos como percurso metodológico a pesquisa qualitativa, com traços quantitativos, do tipo estudo de caso, ancorado na pesquisa bibliográfica, documental e pesquisa de campo. Utilizamos como instrumentos de coleta de dados: Diário de campo, questionários, roda de conversa, entrevistas semiestruturadas, conversas informais e registros de arquivo. A técnica de análise de dados utilizada foi a análise de conteúdo. Considerando os dados de atividades educacionais realizados na escola penitenciária, pode-se dizer que algumas das metas propostas pelo Peesp foram atingidas, como as metas referentes ao ensino médio, ensino superior e cursos profissionalizantes, enquanto que as metas para a alfabetização e ensino fundamental não foram alcançadas até o ano de 2023. A partir do “Questionário Socioeconômico”, verificamos que os alunos são predominantemente jovens adultos, negros, solteiros, de baixa escolaridade, santarenos, pais de dois filhos, com composição familiar de cinco ou mais membros, com renda familiar de até dois salários mínimos, que moravam na zona urbana, em residência familiar e que estudavam na escola pública. A partir dos relatos dos alunos, percebemos que a educação no cárcere é compreendida como uma importante ferramenta de inserção social, minimiza o ócio e possibilita a remição de pena. Compreendemos que a educação deve ser ofertada a todos os encarcerados, pois, além dos benefícios citados, ela contribui para a formação integral dos apenados e para a humanização da pena.

Palavras-chave: Políticas educacionais para privados de liberdade. Educação para o cárcere no Pará. EJA em prisões em Santarém – PA. (Re)socialização. Inserção Social.

RESUMEN

Esta investigación presenta reflexiones sobre la educación en prisión, a partir de un estudio realizado en la Escuela Penitenciaria Profesor Delson Afonso Mourão, ubicada en el Centro de Recuperación Agrícola Silvio Hall de Moura (Crashm), en el municipio de Santarém - PA. Buscamos comprender cómo se están implementando las políticas educativas para personas privadas de libertad en esta escuela, a partir de las directrices propuestas por el Plan Estadual de Educación para Personas Privadas de Libertad y Retornadas del Sistema Penitenciario de Pará (2021 – 2024). Nuestro abordaje metodológico fue la investigación cualitativa, con rasgos cuantitativos, del tipo estudio de caso, anclada en la investigación bibliográfica y documental y en la investigación de campo. Utilizamos los siguientes instrumentos de recogida de datos: Diario de campo, cuestionarios, círculos de conversación, entrevistas semiestructuradas, conversaciones informales y registros de archivo. La técnica de análisis de datos utilizada fue el análisis de contenido. Considerando los datos sobre las actividades educativas realizadas en la escuela, se puede afirmar que algunas de las metas propuestas por el Peesp han sido alcanzadas, como las relativas a la enseñanza media, superior y cursos de formación profesional, mientras que las metas de alfabetización y enseñanza primaria no han sido alcanzadas para 2023. A partir del "Cuestionario Socioeconómico", constatamos que los alumnos eran predominantemente adultos jóvenes, negros, solteros, con bajo nivel de escolaridad, de Santarém, padres de dos hijos, con una composición familiar de cinco o más miembros, con una renta familiar de hasta dos salarios mínimos, que vivían en el área urbana, en una casa de familia y que estudiaban en una escuela pública. A partir de los relatos de los estudiantes, podemos ver que la educación en la cárcel es vista como una herramienta importante para la inclusión social, minimizando la ociosidad y permitiendo la redención de penas. Entendemos que la educación debería ser ofrecida a todos los presos porque, además de los beneficios mencionados, contribuye a la formación integral de los presos y a la humanización de la pena.

Palabras clave: Políticas educativas para presos. Educación carcelaria en Pará. EJA en cárceles de Santarém - PA. (Re)socialización. Integración social.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fachada da Escola Penitenciária Prof. Delson Afonso Mourão	62
Figura 2 – Mapa Ilustrativo do Crashm.....	63
Figura 3 – Mapa ilustrativo da Escola Penitenciária Prof. Delson Afonso Mourão.	68
Figura 4 – Registro fotográfico da “cela de aula” da Escola Penitenciária Prof. Delson Afonso Mourão.	81
Figura 5 – Nuvem de palavras sobre os relatos dos alunos	95

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Produções acadêmicas sobre políticas educacionais para pessoas privadas de liberdade.....	28
Quadro 2 – Produções acadêmicas sobre políticas educacionais para pessoas privadas de liberdade.....	32
Quadro 3 – Monitoramento do Plano Estadual de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional do Pará (2020 – 2021).	49
Quadro 4 – Avaliação das metas propostas pelo Peesp, na Escola Penitenciária Prof. Delson Afonso Mourão.	50

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução da oferta de atividades educacionais nas penitenciárias no Brasil (2011 – 2022).	53
Gráfico 2 – Evolução da oferta de vagas na educação formal na Escola Penitenciária Prof. Delson Afonso Mourão, 2005 – 2023.....	75

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Oferta de educação prisional por Unidade Federativa do Brasil em 2022. ..52	
Tabela 2 – Relação de alunos da educação formal da Escola Penitenciária Prof. Delson Afonso Mourão, no período de 2022 – 2023.76	76
Tabela 3 – Número de participantes no projeto “Remição pela Leitura” no Crashm.....76	76
Tabela 4 – Quantidade de internos que participaram do Encceja PPL no Crashm78	78
Tabela 5 – Quantidade de internos que participaram do Enem PPL no Crashm.80	80
Tabela 6 – Distribuição por faixa etária.....85	85
Tabela 7 – Distribuição por cor/raça/etnia.....86	86
Tabela 8 – Distribuição por estado civil.....89	89
Tabela 9 – Perfil educacional das pessoas privadas de liberdade no Crashm, no Pará e no Brasil.90	90
Tabela 10 – Distribuição de alunos por cidade de origem.91	91
Tabela 11 – Quantidade de filhos, de acordo com as informações dos 26 alunos que possuem filhos.91	91
Tabela 12 – Quantidade de pessoas que moravam na residência dos alunos.92	92
Tabela 13 – Distribuição da renda familiar dos alunos.....93	93
Tabela 14 – Tipo de residência que os alunos moravam.....93	93

LISTA DE SIGLAS

APP	Administração Penitenciária Paraense
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEB	Câmara de Educação Básica
Cejup	Centro de Estudos Jurídicos do Pará
Cempa	Central de Medidas e Penas Alternativas
CEP	Coordenadoria de Educação Prisional
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
BNCC	Base Nacional Curricular Comum
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CNCP	Conselho Nacional de Políticas Criminais e Penitenciárias
Confinte	Conferências Internacionais sobre a Educação Adultos
Covid-19	<i>Corona Virus Disease</i> – Doença do coronavírus
CRA	Centros de Recuperação Americano
Crashm	Centro de Recuperação Agrícola Silvio Hall de Moura
CRFS	Centro de Reeducação Feminino de Santarém
CTMS	Central de Triagem Masculina de Santarém
DAI	Divisão de Assistência Integrada
Depen	Departamento Penitenciário Nacional
EAD	Educação a Distância
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
Encceja PPL	Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos para Pessoas Privadas de Liberdade
Enem PPL	Exame Nacional do Ensino Médio para Pessoas Privadas de Liberdade.
FCG	Fundação Carlos Gomes
FTIP	Força Tarefa de Intervenção Penitenciária
Gepgtec	Grupo de Estudo e de Pesquisa sobre Gestão, Trabalho e Educação no Cárcere

Ibraema	Instituto Brasileiro de Educação e Meio Ambiente
Inep	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
MCP	Movimento de Cultura Popular
Mobral	Movimento Brasileiro de Alfabetização
ONU	Organização das Nações Unidas
PBA	Programa Brasil Alfabetizado
PDP	Procedimento Disciplinar Penitenciário
Peesp	Plano Estadual de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional
Penud	Programa das Nações Unidas
PPP	Projeto Político Pedagógico
Prouni	Programa Universidade para Todos
PVC	Policloreto de Vinila
RedLECE	Rede Latino-Americana de Educação em Prisões
Seap	Secretaria de Estado de Administração Penitenciária
Seduc	Secretaria de Estado de Educação
Semed	Secretaria Municipal de Educação
Senai	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
Senar	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
Sesi	Serviço Social da Indústria
Susipe	Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará
UEPa	Universidade do Estado do Pará
Ufam	Universidade Federal do Amazonas
Ufopa	Universidade Federal do Oeste do Pará
UFPa	Universidade Federal do Pará
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
Unama	Universidade da Amazônia
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
Unoeste	Universidade do Oeste Paulista

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
1 DIRETRIZES E PERSPECTIVAS: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE	27
1.1 Entre Muros e Saberes: Estudos sobre educação em contexto prisional..	27
1.2 Direitos Humanos e Educação no Cárcere: Uma análise dos marcos internacionais e nacionais.....	35
1.2.1 Caminhos percorridos pela Educação de Jovens e Adultos	41
1.3 Um olhar sobre o Plano Estadual de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional do Estado do Pará	45
1.3.1 Reflexões sobre as metas propostas no Plano Estadual de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade e para Egressas do Sistema Prisional.....	48
2 DO PASSADO AO PRESENTE: CARACTERÍSTICAS DO CAMPO DE ESTUDO.....	55
2.1 O percurso histórico da educação nas prisões do Estado do Pará.....	55
2.2 A história de fundação do Crashm	59
2.3 Contexto histórico da Escola Penitenciária Prof. Delson Afonso Mourão .	61
3 VOZES DO CÁRCERE: RELATOS SOBRE A EDUCAÇÃO PRISIONAL.	70
3.1 A rotina da Escola Penitenciária Prof. Delson Afonso Mourão	70
3.1.1 Reflexões sobre a “Cela de aula”	81
3.2 Perfil dos Alunos	84
3.3 Percepções dos alunos sobre a educação no cárcere	94
3.3.1 A importância da educação para a vida dos alunos	96
3.3.2 A vida no cárcere.....	99
3.3.3 A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) como ferramenta de inserção social.....	102

CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
REFERÊNCIAS.....	109
APÊNDICE.....	123
Apêndice A – Identificação dos participantes da pesquisa.....	123
ANEXOS	124
Anexo 1 – Parecer consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa – CEP.....	124
Anexo 2 – Declaração de revisão ortográfica.....	127

INTRODUÇÃO

A ideologia da punição sofreu transformações ao longo do tempo, até chegar à concepção de privação de liberdade como umas das formas de penalizar aqueles que cometem crimes¹, conforme estabelecido socialmente nos códigos penais, segundo as culturas e sistemas jurídicos de cada país. Na idade média, por exemplo, uma das formas de punir envolvia a tortura dos indivíduos até a morte, o que ocorria em praça pública, o chamado suplício.

Os espetáculos de atrocidades atraíam multidões, que, após presenciarem repetidos episódios de extrema crueldade e injustiça, passaram a agir contra esse tipo de prática punitiva (Foucault, 1987). Nesse contexto, surgiu o panóptico², um dispositivo polivalente de vigilância que, com poucas adaptações, podia se transformar em uma prisão e garantir a execução de trabalhos forçados, um tipo de punição de alta rentabilidade para a sociedade capitalista, “Bentham não duvida: este será o castigo do futuro, o castigo dos tempos modernos” (Tadeu *et al.*, 2008, p. 101).

Com o desaparecimento do suplício, por volta de 1830 a 1848, os castigos passaram a ser mais sutis, como a perda de bens e de direitos, multas, banimento, reclusão e trabalhos forçados. No entanto, ainda havia a pena de morte, que ocorria de forma visível, porém instantânea, por meio da decapitação. A prisão, apesar de rigorosa, ainda não foi capaz de reduzir a criminalidade, ela segue funcionando como instituição de exclusão e de controle social (Wacquant, 2003; Foucault, 1979). Paradoxalmente, espera-se que os aprisionados, apesar da ruptura com os vínculos sociais, aprendam, de alguma forma, a conviver harmoniosamente em sociedade quando posto em liberdade.

Durante a pesquisa, buscamos compreender como as políticas educacionais para pessoas privadas de liberdade estão sendo implementadas na Escola Penitenciária Prof. Delson Afonso Mourão, a partir das diretrizes propostas pelo Plano Estadual de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional do Pará (2021 – 2024).

¹ Conforme Art. 32, da Lei nº 7.209 (BRASIL, 1984a).

² Criado em 1785 pelo jurista Jeremy Bentham.

A Escola Penitenciária Prof. Delson Afonso Mourão está localizada no Centro de Recuperação Agrícola Silvio Hall de Moura (Crashm), uma penitenciária situada em Santarém, município do Estado do Pará. O Crashm é uma das três unidades prisionais que compõem o Complexo Penitenciário de Santarém, que é formado também pela Central de Triagem Masculina de Santarém (CTMS) e pelo Centro de Reeducação Feminino de Santarém (CRFS).

O Complexo recebe pessoas privadas de liberdade provenientes da Região do Baixo Amazonas, composta pelos municípios: Alenquer, Almeirim, Belterra, Terra Santa, Oriximiná, Óbidos, Prainha, Curuá, Mojuí dos Campos, Monte Alegre, Faro, Santarém e Juruti. O Crashm custodia, aproximadamente, 929 apenados³, do sexo masculino⁴, maiores de 18 anos de idade, que cumprem pena em regime semiaberto e/ou fechado.

Como pesquisadora, o que me instigou a realizar este trabalho, além da experiência como pedagoga no Crashm desde 2019, e o anseio por ampliar meus conhecimentos sobre o campo de atuação foi a necessidade de transmitir à sociedade a forma como a educação é desenvolvida na Unidade Prisional, tendo em vista que o campo de estudo é em um ambiente de acesso restrito. São experiências que, em linhas gerais, somente quem as vivencia pode compreender as peculiaridades sobre essa realidade.

Para realizar a pesquisa, adotamos como percurso metodológico a pesquisa qualitativa, com traços quantitativos, do tipo estudo de caso, ancorado na pesquisa bibliográfica, documental e pesquisa de campo. O estudo de caso se trata de uma “investigação empírica que estuda um fenômeno contemporâneo dentro do contexto da vida real” (Yin, 2001, p. 32). Assim, para desenvolvermos o trabalho, seguimos as cinco fases previstas pelo método: “Definição do problema, delineamento da pesquisa, coleta

³ Definimos para fins de pesquisa, o número de 929 custodiados, conforme o “Relatório Educacional de março de 2022”, disponível nos arquivos da escola penitenciária.

⁴ Incluindo pessoas autodeclaradas LGBTI, isto é, “lésbica, gay, bissexual, transexual, travesti ou intersexo, que seja custodiada, acusada, ré, condenada, privada de liberdade, em cumprimento de alternativas penais ou monitorada eletronicamente” (Brasil, 2020). A Recomendação nº 348/2020 do CNJ determina a existência de alas ou celas específicas para a população LGBT nas penitenciárias, como uma das medidas estabelecidas para assegurar “a garantia do direito à vida e à integridade física e mental da população LGBTI, assim como à sua integridade sexual, segurança do corpo, liberdade de expressão da identidade de gênero e orientação sexual”, Art. 2º (Brasil, 2020).

de dados, análise de dados e composição e apresentação dos resultados” (Yin, 2001, p. 12).

Os dados apontados no levantamento bibliográfico indicam que apenas uma parte da população carcerária tem acesso à educação. Na escola do Crashm, por exemplo, havia 137 apenados envolvidos nas atividades educacionais em 2023, o que corresponde a, aproximadamente, 15% da população carcerária do Crashm. O que significa que em torno de 792 internos não estavam estudando.

Atualmente, as diretrizes que orientam a educação prisional no Pará são estabelecidas no Plano Estadual de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional (Peesp), o qual está vigente durante o quadriênio 2021 – 2024. No plano, constam diretrizes, objetivos, metas e estratégias que visam elevar o número de vagas de estudo nas penitenciárias do Pará.

Com base nisso, o objetivo geral da pesquisa foi compreender como as políticas educacionais para pessoas privadas de liberdade estão sendo implementadas na Escola Penitenciária Prof. Delson Afonso Mourão, com base nas diretrizes propostas pelo Peesp. A partir do objetivo geral, delineamos os seguintes objetivos específicos: a) verificar em que medida as metas previstas no Peesp estão sendo implementadas na escola penitenciária em 2023; b) levantar dados sobre o perfil socioeconômico dos alunos que estudaram na escola penitenciária em 2022; c) identificar finalidades da educação no cárcere, partindo dos relatos dos alunos que estudaram na escola penitenciária em 2022.

Em seguida, considerando os objetivos e os estudos bibliográficos, elaboramos as seguintes hipóteses: i) algumas das metas estabelecidas pelo Peesp estão sendo implementadas na escola penitenciária em estudo⁵; ii) é possível que os alunos sejam predominantemente jovens, negros, de baixa renda e baixa escolaridade, e ii) que eles apontem finalidades específicas para a educação empreendida no cárcere, tais como: ferramenta de (re)socialização⁶, possibilita o benefício da remição de pena e estratégia para minimizar a ociosidade.

⁵ Para fins de comparação, utilizamos o “Quadro 4 – Avaliação das metas propostas pelo Peesp, na Escola Penitenciária Prof. Delson Afonso Mourão, anos de referência 2020 e 2023”, exposto na subseção 1.3.1

⁶ O termo “ressocialização”, utilizado nos discursos sociais como eixo central que fundamenta a ação educativa no sistema penitenciário atualmente, foi escrito desta forma “(re)socialização”, por entendermos

Após isso, levantamos referências bibliográficas e documentais acerca do campo teórico. A revisão literária é primordial em qualquer pesquisa, pois permite conhecer o que já foi estudado e o que pode ser produzido para ampliar o conhecimento sobre o tema (Lakatos; Marconi, 2003). Seleccionamos livros, artigos científicos, dissertações e teses em bases de dados acadêmicas. Exploramos ainda plataformas governamentais que sistematizam dados penitenciários, como o Departamento Penitenciário Nacional (Depen), e dados educacionais, como o Ministério de Educação (MEC).

Para descrever a fundamentação teórica, foram selecionados autores que dialogam com estudos que tratam da educação no cárcere e sobre ambiente prisional. Dentre eles se destacam: Julião (2003; 2007; 2009; 2016; 2020a, 2020b), Onofre; Julião (2013) Costa (1991), Wacquant (1999; 2003), Foucault (1979; 1987), Goffman (1974; 2004), Thompson (2002) e Borges (2019).

Destacamos como documentos internacionais a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948) e as Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Reclusos, as Regras de Mandela⁷, haja vista, a firme defesa dos direitos humanos e do tratamento penitenciário digno e humanizado às pessoas encarceradas. No âmbito nacional, debruçamo-nos na revisão da Lei de Execução Penal (Brasil, 1984b), Constituição da República Federativa do Brasil (Brasil, 1988), Diretrizes Nacionais para a oferta de Educação para Jovens e Adultos em situação de Privação de Liberdade nos Estabelecimentos Penais, instituída por meio da Resolução CNE/CEB nº 02/2010 (Brasil, 2010a), Plano Estadual de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade e para Egressas do Sistema Prisional (Pará, 2021a) e nos relatórios do Depen (Brasil, 2022a).

que o termo “ressocialização” não é apropriado para esse contexto, visto que os custodiados foram afastados temporariamente de seu meio social, mas continuam convivendo socialmente com outras pessoas, portanto, eles não estão totalmente isolados para se pensar em ressocialização. Além disso, falar em (re)socialização pressupõe tratar de pessoas antes socializadas, ao passo que muitos dos custodiados, antes do cárcere, viviam marginalizados socialmente, excluídos do acesso aos bens sociais, e é possível que, na vida após o cárcere, muitos deles ainda permaneçam nesta situação (Julião, 2020a).

⁷ As Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Reclusos, foram estabelecidas em 1955, mas em 2016 foram revisadas, recebendo o nome de Regras de Mandela, “para honrar o legado do ex-presidente da África do Sul, Nelson Rolihlahla Mandela, que passou 27 anos na prisão durante sua luta pelos direitos humanos globais, pela igualdade, pela democracia e pela promoção da cultura de paz” (Brasil, 2016).

A pesquisa de campo ocorreu durante um ano, aproximadamente, no período de agosto a dezembro de 2022, e de março a agosto de 2023. Para realizarmos a pesquisa de campo, obtivemos autorização da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Seap). A jornada de atividade foi fixada em duas horas por dia e, em dois dias da semana, nas quartas e quintas-feiras, conforme previsto no Termo de Pesquisa Acadêmica, emitido pela Seap. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), parecer nº 5.422.263 (Anexo I).

A pesquisa de campo envolveu 45 participantes: 32 alunos que frequentavam a escola em 2022; dez professores atuantes na escola; uma professora que atuou de 1999 a 2016; e duas servidoras do Estado (uma servidora da Seap e uma servidora da Seduc).

Para preservar a identidade dos participantes, definimos os seguintes códigos: os alunos foram identificados pela letra “A”, seguida por um número, por exemplo, A1, A2, até A32; igualmente, definimos códigos para identificar os docentes, iniciados pela letra D, gerando a sequência de D1 a D10; a professora que atuou de 1999 a 2016 foi identificada como D11; a servidora da Seap foi identificada por S1, e a servidora da Seduc foi identificada por S2. Para facilitar a visualização dos códigos dos participantes, elaboramos um quadro disposto no Apêndice A.

Os instrumentos de coleta de dados utilizados foram: a) Questionário Socioeconômico; b) Questionário Pedagógico; c) Roda de conversa; d) Entrevista semiestruturada; e) Conversas informais; f) Diário de campo; g) Registos de arquivo.

No ano letivo de 2022, aplicamos os dois questionários: o “Questionário Socioeconômico” e o “Questionário Pedagógico”. Inicialmente, pretendíamos aplicar o “Questionário Socioeconômico” em grupo e realizar entrevista semiestruturada individualmente, para dialogar com os alunos sobre as questões pedagógicas. No entanto, devido ao baixo efetivo de policiais penais, não foi possível fazer as extrações individuais, sendo necessário mudar a estratégia de trabalho. Optamos pela aplicação de questionário em grupo, na sala de aula.

O “Questionário Socioeconômico” e o “Questionário Pedagógico” foram aplicados nos dias 17 e 18 de agosto, respectivamente, no contraturno escolar, para não

interferir no horário da aula. Antes de aplicar os questionários, tivemos algumas conversas informais com os participantes para a pesquisa. Todos os alunos aceitaram participar da entrevista. Antes de responder aos questionários, todos os alunos assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

O “Questionário Socioeconômico”, formulado com questões fechadas, foi aplicado aos 32 participantes, para levantarmos o perfil socioeconômico dos alunos. O “Questionário Pedagógico”, elaborado com questões abertas, foi aplicado aos 24 alunos da educação básica e ensino superior, com o intuito de conhecer as finalidades da educação empreendida no cárcere. Como os alunos do projeto “Tempo de ler” não tinham autonomia para responder ao questionário pedagógico, realizamos uma Roda de conversa. A atividade foi realizada com oito alunos, no intuito de compreendermos os fatores que fizeram com que eles não frequentassem a escola na idade própria. O encontro ocorreu em sala de aula, no contraturno escolar, no dia 14 de setembro de 2022.

Foram realizadas três entrevistas semiestruturadas. A primeira entrevista ocorreu na Unidade Prisional com uma servidora da Seap, para levantar dados sobre a fundação do Crashm. A entrevista é descrita na subseção 2.2. A segunda entrevista foi realizada com uma servidora da Seduc, e apresenta elementos pedagógicos, descrita na subseção 3.1. E a terceira entrevista foi feita com D11, uma professora que não atuava mais na escola penitenciária, por esse motivo, a entrevista foi em sua casa. Ela descreveu as mudanças ocorridas nos espaços destinados à educação no Crashm, os resultados estão disponíveis na subseção 2.3.

Os registros no diário de campo e as conversas informais ocorreram durante as aulas, com o objetivo de levantar relatos de professores e alunos durante a aula. Essas informações sobre a rotina escolar estão descritas na subseção 3.1. Os registros de arquivos foram utilizados para realizar a triangulação das fontes de dados, no intuito de aprofundar a compreensão dos fenômenos estudados. A partir dos registros de arquivo, construímos o Gráfico 2, que trata dos dados de matrículas na educação básica, os quais constam na subseção 3.1.

Para realizar as análises do material empírico, utilizamos a técnica de análise de conteúdo, entendida como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações” (Bardin, 1977, p. 31). O processo de análise de conteúdos segue as seguintes etapas: a)

pré-análise, realizada em quatro etapas: leitura flutuante, escolha dos documentos, formulação dos objetivos e hipóteses e a formulação de indicadores; b) exploração do material, etapa que tem a finalidade de codificar e categorizar os dados; e o c) tratamento dos resultados, quando são descritas as inferências relativas ao material empírico.

Após a aplicação dos questionários e da roda de conversa, realizamos a tabulação de dados. Os dados coletados no “Questionário Socioeconômico”, foram lançados em uma planilha do *Excel* para calcular os percentuais correspondentes à distribuição dos participantes por categoria e para elaborar as tabelas. A partir desse momento, foi possível definir um perfil dos alunos, que, assim como a população carcerária do Pará e do Brasil, é composto por jovens adultos, negros, pobres e com baixa escolaridade, conforme subseção 3.2.

Os relatos obtidos no “Questionário Pedagógico” e nos registros da roda de conversa foram transcritos no Word, e, em seguida, elaboramos uma nuvem de palavras no *Word Art*, para conhecermos os termos que mais se repetiram nas falas dos alunos. A partir daí, retiramos as palavras que mais se destacaram, para dividi-las em temas, gerando três temas para discussão e análise: a) “A importância da educação para a vida dos alunos”, b) “A vida no cárcere” e c) “A educação profissional e tecnológica (EPT) como ferramenta de inserção social”, expostos na subseção 3.3.

Além dessas análises, fizemos levantamentos acerca da oferta de educação no cárcere nos estados brasileiros. Para tanto, examinamos os relatórios do Depen referente ao período de julho a dezembro de 2022. A partir desse estudo, percebemos que a educação está sendo ofertada somente a uma parte da população carcerária. Apresentamos também os resultados referentes à oferta de atividades educacionais na escola penitenciária, considerando as metas previstas no Peesp, e, para complementar essa análise, buscamos identificar os fatores que limitam o acesso à educação no Crashm.

Os resultados alcançados mostram dados que podem promover reflexões relevantes sobre essa realidade. A difusão dos resultados pode contribuir substancialmente para que os leitores entendam como o trabalho educacional é realizado na escola penitenciária em estudo. Igualmente, podem colaborar para que a sociedade

civil compreenda que as instituições penais, entendidas como instituições totais⁸, portanto de incumbência do Estado, são, na verdade, instituições sociais. Devido a isso, a sociedade não pode se eximir da responsabilidade de contribuir para as mudanças nesse setor.

Consideramos que este estudo pode colaborar na implementação de políticas públicas educacionais mais efetivas, políticas que saiam do papel, que estabeleçam metas alcançáveis integralmente, assim, será possível analisar de forma mais aprofundada os impactos da educação empreendida no cárcere. Além disso, os resultados obtidos poderão ser úteis para aprimorar as práticas pedagógicas na escola em estudo e, quem sabe, servir de modelo para outras instituições penais.

A pesquisa foi estruturada em cinco seções. A seção introdutória situa o leitor no campo de pesquisa. Nessa seção, discutimos elementos norteadores da pesquisa, objetivo geral e objetivos específicos, hipóteses, justificativa, aspectos metodológicos, base teórica e relevância da pesquisa.

Na segunda seção, apresentamos a fundamentação teórica, na qual tratamos dos caminhos percorridos no campo das políticas para a educação no cárcere, enfatizando documentos normativos como as Diretrizes Nacionais para a oferta de Educação para Jovens e Adultos em situação de Privação de Liberdade nos Estabelecimentos Penais (BRASIL, 2010a), e o Plano Estadual de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional do Estado do Pará (Pará, 2021a).

A terceira seção compreende o campo da pesquisa. Nessa seção descrevemos o percurso histórico da educação nas prisões do Pará, a história de fundação do Crashm, e da Escola Penitenciária Prof. Delson Afonso Mourão. Na quarta seção, exploramos o material empírico. Descrevemos a rotina da escola, o perfil socioeconômico dos alunos e as percepções dos alunos sobre a educação no cárcere. A última seção é constituída pelas considerações finais, em que são expostas percepções

⁸ As instituições totais se caracterizam por serem estabelecimentos fechados que funcionam em regime de internação, onde um grupo relativamente numeroso de internados vive em tempo integral (Goffman, 1974).

gerais do estudo, dificuldades, sugestões de ações e abordagens a serem desenvolvidas no âmbito prisional.

1 DIRETRIZES E PERSPECTIVAS: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE.

Nesta seção, apresentaremos dados provenientes do levantamento bibliográfico, documental e de campo, abarcando estudos acadêmicos, relatórios da escola penitenciária e do Depen e políticas voltadas para a oferta de educação no cárcere, como o Peesp. Esse levantamento é fundamental para a compreensão do contexto e da implementação das políticas para a educação de pessoas em situação de privação de liberdade.

1.1 Entre Muros e Saberes: Estudos sobre educação em contexto prisional.

O levantamento de produções realizadas sobre a educação em prisões nos bancos de dados nacionais resultou em uma quantidade significativa de trabalhos. Todavia, no Pará, embora haja uma vasta quantidade de trabalhos na área da educação de modo geral, são poucas as teses e dissertações que se concentram na educação voltada para o cárcere.

Para obter informações sobre dissertações e teses relacionadas à educação prisional no Estado do Pará, foram consultados os repositórios das universidades públicas paraenses: Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade do Estado do Pará (UEPA) e Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa). Os descritores utilizados na pesquisa foram “educação em prisões”, “educação no cárcere”, “ressocialização”, “educação para privados de liberdade” e “educação prisional”. O recorte temporal foi de 2017 a 2023. O resultado da pesquisa identificou cinco estudos correlatos, apresentados no Quadro 1.

Quadro 1 – Produções acadêmicas sobre políticas educacionais para pessoas privadas de liberdade

AUTOR (A)	TÍTULO	TITULAÇÃO	INSTITUIÇÃO	ANO
Suzianne Silva de Oliveira	Educação no Cárcere: Processo de Reinserção Social de Mulheres	Mestrado	UEPa	2017
Ider Erivan Porto Pinto	O uso das tecnologias da informação e comunicação no ensino de Física na educação prisional, com ênfase na experimentação virtual investigativa.	Mestrado	Ufopa	2018
Cilicia Iris Sereni Ferreira	Percursos da Educação no Sistema Penitenciário do Estado do Pará: da Lei de Execução Penal aos dias atuais	Mestrado	UFPa	2019
Diana Helena Alvez Muniz	História da Educação Básica no Centro de Reeducação Feminino – CRF (2006-2016)	Mestrado	UFPa	2020
Daiane Ribeiro Gomes	Mulheres em privação de liberdade e ações voltadas para reinserção social no Centro de Reeducação Feminino em Ananindeua-Pará	Mestrado	UFPa	2021

Fonte: Elaborado pela própria autora a partir de dados dos repositórios da Ufopa, UEPa e UFPa.

Cronologicamente, apresentamos a dissertação de Oliveira (2017), intitulada “Educação no Cárcere: Processo de Reinserção Social de Mulheres”, um estudo de caso realizado no Centro de Reeducação Feminino (CRF), em Ananindeua – PA. O objetivo foi analisar como a educação carcerária é desenvolvida e em que medida contribui para o processo de reinserção social de mulheres. A discussão teórica foi embasada nas leituras Freirianas. Utilizou-se a técnica da análise de conteúdo, associada à concepção metodológica dialética. Os resultados apontaram que a educação carcerária precisa de apoio financeiro, tendo em vista a possibilidade de provocar mudança na mentalidade das internas.

O trabalho desenvolvido por Oliveira (2017) apresenta narrativas de servidoras e egressas do sistema prisional, apresentando suas experiências educacionais em contexto prisional. Além disso, a autora explora as políticas educacionais para o cárcere, mencionando o Peesp, todavia sem dar profundidade ao tema, pois não havia um plano estadual para educação no cárcere, oficialmente, no momento da pesquisa. Suas contribuições foram fundamentais para a construção desta produção, visto que também desenvolvemos um estudo com base nos relatos dos alunos, entretanto analisando elementos do Peesp em vigor.

A segunda dissertação, com o título “O uso das tecnologias da informação e comunicação no ensino de Física na educação prisional, com ênfase na experimentação

virtual investigativa” (Pinto, 2018), é o resultado de uma pesquisa qualitativa desenvolvida no Crashm. A pesquisa realizada em torno do ensino da Física objetivou a aplicação de estratégias metodológicas, a partir do uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC’s), enfatizando a experimentação virtual, com uso de simuladores educacionais em conjunto com o ensino por investigação e a aprendizagem significativa.

Os principais autores consultados para descrever o referencial teórico foram Onofre (2010), Mayer (2009, 2011, 2013), Moreira (1982, 2010, 2011) Carvalho (2010), Freire (2011) e Foucault (1987). Além da pesquisa bibliográfica, coletou-se relatos individuais dos alunos. Utilizou-se também o computador, para criar, com o apoio do pesquisador, mapas conceituais de Novak, no intuito de analisar o nível de aprendizagem do conteúdo estudado.

A pesquisa apontou barreiras para o ensino da Física, o que se deve à escassez de recursos tecnológicos e físicos (laboratório multidisciplinar), e às limitações quanto ao uso de equipamentos e internet por parte do sistema prisional. O autor sugere a utilização de metodologias que atendam à realidade dos alunos encarcerados, de tal forma que as aulas sejam mais prazerosas, que possam ultrapassar as restrições do cárcere, e assim proporcionar a aprendizagem significativa.

A pesquisa realizada por Pinto (2018), foi atrelada ao ensino da Física. Ele aplicou questionário socioeducativo, para conhecer o perfil e experiências educacionais dos alunos. Partindo dessa percepção, buscamos desenvolver uma pesquisa que englobasse a rotina escolar, estratégias para a ampliação de vagas de estudo, aprofundamento das políticas atuais para a educação no cárcere e reflexões sobre as finalidades da educação empreendida na Unidade Prisional. De modo a complementar o estudo, levantamos dados históricos sobre a educação prisional no Pará e sobre a fundação do Crashm.

Em seguida, apresentamos o trabalho de Ferreira (2019), que trata sobre os “Percurso da Educação no Sistema Penitenciário do Estado do Pará: Da Lei de Execução Penal aos dias atuais”. A autora realizou pesquisa de abordagem qualitativa, ancorada da pesquisa bibliográfica e documental para investigar o percurso pelo qual a educação se institucionalizou no Sistema Penitenciário Paraense, tomando como marco a Lei de Execução Penal (1984b). Foi utilizada a técnica de análise de conteúdo para

sistematizar e analisar os dados coletados (Bardin, 2009).

Para fundamentar a pesquisa, consultou-se Julião (2010), Pereira (2011), Foucault (2014), Onofre (2014) e Wacquant (2011). A pesquisa apontou que a educação no cárcere foi iniciada antes da regulamentação da Lei de Execução Penal (1984b), e que, no Sistema Prisional Paraense alcançou a qualidade de institucionalidade somente a partir de 2006, quando o estado do Pará aderiu ao projeto “Educando para a Liberdade” para tornar oficial a garantia de acesso à educação no cárcere.

O texto desenvolvido por Ferreira (2019) sobre o levantamento histórico da implementação da educação prisional do Pará aponta que, inicialmente, as ações educacionais ocorreram de forma improvisada, assim como no Crashm. A autora descreveu também os avanços ocorridos no campo das políticas, na institucionalização da educação nas penitenciárias do Pará, a partir de parcerias firmadas entre a Seap e outras instituições como a Seduc, e na construção de estruturas escolares mais próximas do ideal. Ferreira apresenta duas propostas do Peesp, elaboradas nos anos de 2012 e 2015, ressaltando-se que ambas não foram regulamentadas até o momento de sua pesquisa.

Como atualmente há um plano estadual para educação no cárcere em vigor, foi possível fazermos uma análise aprofundada sobre os objetivos, diretrizes e as metas estabelecidas, de modo a utilizá-lo como documento norteador desta pesquisa e, a partir do plano e dos dados educacionais coletados durante a pesquisa de campo, conseguimos verificar em que medida a oferta de vagas estão sendo implementadas na escola penitenciária em estudo.

Na sequência, examinamos a dissertação produzida por Muniz (2020), que apresenta dados sobre como se desenvolveu a educação no Centro de Reeducação Feminino – CRF, no recorte temporal de 2006 a 2016. Muniz afirma que a educação no CRF se iniciou a partir do ano de 2006, com implementação do Projeto “Educando para a Liberdade”. A autora investiga ainda quais foram as mudanças ocorridas no CRF a partir do referido plano. Para isso, a autora realizou pesquisa histórico-documental, apoiada em entrevistas e história oral. A pesquisa teve como referência para análise de dados a análise de conteúdo (Bardin, 1977).

A discussão sobre a temática prisão e a pena privativa de liberdade são

encontradas, principalmente em documentos e sites do governo e nos teóricos: Goffman (1974), Foucault (1987) Beccaria (1999); no campo da educação: Freire (1996), Saviani (2010); no âmbito da educação no cárcere: Ireland (2010), Julião (2010; 2016), Leme (2011) e Onofre (2007; 2011; 2014) Como resultado, o estudo traçou o percurso histórico da presença da educação básica no CRF, pois priorizou-se a produção de um estudo sobre como o processo educacional foi institucionalizado nesta unidade penal.

O trabalho realizado por Muniz (2020) foi fundamental para a compreensão de como surgiram as escolas penitenciárias no Pará. A reconstrução histórica desenvolvida pela autora contribuiu para a escrita da subseção 2.1, que trata de um breve histórico sobre o percurso da educação nas prisões do Pará, a partir desse ponto, escrevemos também sobre a história do Crashm e da escola penitenciária em estudo.

A referida pesquisa apresenta questões relevantes sobre as especificidades do aprisionamento de mulheres, como por exemplo a maternidade, dando ênfase a documentos normativos voltados ao encarceramento feminino, como as Regras de Bangkok⁹. Seguindo essa proposta de análise, buscamos analisar normativos voltados à população carcerária masculina, como as Regras de Mandela. Os relatos dos alunos do Crashm indicam efeitos negativos do aprisionamento masculino, dentre eles, o distanciamento da família e o desejo de participarem de cursos profissionalizantes, que possam aperfeiçoá-los para o trabalho.

Por fim, analisamos a dissertação de Gomes (2021), que recebeu o título “Mulheres em privação de liberdade e ações voltadas para reinserção social no Centro de Reeducação Feminino em Ananindeua – Pará”, que objetivou compreender como estão ocorrendo as ações educativas na Unidade Prisional. Para tanto, realizou-se uma pesquisa de abordagem qualitativa, a qual habitou na interface entre os métodos funcional e interpretativo.

Para fundamentar a revisão bibliográfica, a autora consultou autores como: Bitencourt (2012); Foucault (2009; 2013), Ireland e Lucena (2016), Haddad (2010), Silva *et al.* (2011); Fonseca *et al.* (2012), Santos (2013), Helpes (2014), Laurentino *et al.*

⁹ As Regras de Bangkok, são as regras estabelecidas pelas Nações Unidas para o tratamento de mulheres presas e medidas não privativas de liberdade para mulheres infratoras, aprovadas em 2010 pela Assembleia da ONU.

(2014), Ribeiro (2015), Carvalho, 2017; Cury e Menegaz (2017), Pinto, Sabino e Veiga (2018) e Castro (2019). Gomes afirma que as atividades acontecem principalmente mediante oferta de cursos profissionalizantes, e oficinas lúdicas. Ela sugere que sejam discutidas políticas e ações para garantir dignidade às mulheres que vivem no cárcere.

A produção de Gomes (2021) descreve as ações educacionais desenvolvidas pela Seap. Segundo a autora, a maioria das atividades realizadas no CRF ocorrem por meio de projetos sociais, isto é, atividades educacionais não formais. Diferentemente dessa realidade, na Escola Penitenciária Prof. Delson Afonso Mourão, prioriza-se a educação formal, tendo em vista o convênio firmado com a Seduc e a relevância da educação formal para a formação integral dos alunos, sendo a educação não formal desenvolvida de forma complementar.

Para mapear as produções realizadas em outros estados, consultamos a base de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Buscamos em suas bases as teses e dissertações produzidas no campo da educação prisional, por meio dos descritores “Educação no cárcere”, “Ressocialização”, “Educação em prisões”, “Educação no Sistema Prisional”, “Educação para privados de liberdade”, no lapso temporal de 2019 a 2023. Localizamos o total 33 produções, entre teses e dissertações. Destas, foram selecionados quatro textos, que tratam sobre as políticas educacionais para pessoas privadas de liberdade, conforme Quadro 2.

Quadro 2 – Produções acadêmicas sobre políticas educacionais para pessoas privadas de liberdade

AUTOR (A)	TÍTULO	TITULAÇÃO	INSTITUIÇÃO	ANO
Flavia Regina de Porto Azevedo	Políticas públicas e direito à educação: a educação de jovens e adultos (EJA) para privados de liberdade nos estabelecimentos penais em Manaus.	Mestrado	Ufam	2019
Marcia Anita Donzelli	As políticas de educação e trabalho nas prisões catarinenses: um nicho em benefício do capital.	Mestrado	UFSC	2019
Armando Dantas de Barros Filho	Políticas de educação em prisões (2011-2020): conquistas e desafios no estado de Pernambuco.	Doutorado	UFPB	2020
Alexandre Alves Dos Santos	Educação de jovens e adultos no contexto prisional paulista: um olhar sobre as políticas públicas	Mestrado	Unoeste	2021

Fonte: Elaborado pela própria autora a partir dos dados do repositório da Capes.

O primeiro trabalho, intitulado “Políticas públicas e direito à educação: a Educação de Jovens e Adultos (EJA) para privados de liberdade nos estabelecimentos penais em Manaus”, produzido por Azevedo (2019), foi realizado com o objetivo de analisar o desenvolvimento da EJA aos privados de liberdade nos estabelecimentos penais localizados em Manaus, no período de 2015 a 2016.

A pesquisa de abordagem qualitativa, foi apoiada na revisão bibliográfica e análise documental, utilizando-se para tanto o método dialético. Os principais autores que embasaram a fundamentação teórica foram Bobbio (1992), Bulos (2007), Costa (2001), Cury (2002, 2008, 2014), Pinheiro (2002, 2003), Piovesan (2006, 2013), Ireland (2009, 2011), Julião (2011, 2016), Julião e Paiva (2014) Onofre (2015), Onofre e Julião (2017) e Saviani (2013). Os resultados apontaram certo distanciamento entre a garantia do direito à educação e a efetiva oferta da EJA para os privados de liberdade.

A segunda dissertação de Donzelli (2019), recebeu o título “As políticas de educação e trabalho nas prisões catarinenses: Um nicho em benefício do capital”, e teve como objetivo analisar as políticas de educação e trabalho prisional em penitenciárias de Santa Catarina, para compreender o papel dessas políticas na ressocialização dos egressos.

Adotou-se o materialismo histórico-dialético como método de investigação, apoiado na análise documental das políticas de educação e trabalho prisional. A discussão foi baseada na relação capital-trabalho, portanto na lógica capitalista de produção, discutida por Marx (2017), e outros autores como Melossi e Pavarini (2010), Alves e Fidalgo (2017) e Silva (2017), e, no campo da educação e trabalho prisional, Onofre e Julião (2013) e Rogowski (2017). Os resultados indicam que o trabalho educacional no cárcere, é limitado a uma parcela da população carcerária, e objetiva a certificação e exploração do trabalho, ficando em segundo plano a formação integral dos custodiados.

O terceiro trabalho desenvolvido por Barros (2020) é uma tese intitulada “Políticas de educação em prisões (2011 – 2020): Conquistas e desafios no estado de Pernambuco”, e teve como objetivo a análise de como as políticas educacionais para o cárcere estão sendo implementadas em Pernambuco. A pesquisa é de abordagem qualitativa, do tipo estudo de caso, com base no recorte temporal de 2011 a 2020, e

envolveu dados quantitativos e qualitativos. As análises foram construídas na perspectiva da Pedagogia Social Crítica.

A revisão teórica foi fundamentada na Teoria Crítica, a partir de Theodor Adorno e Mar Horkheimer (1985) e na Teoria Política de Hannah Arendt (2001; 2007). A reflexão em torno da educação baseou-se em Adorno (2003), Freire (1984; 1986; 1993; 2001), Frigotto (2008), Julião (2009; 2020), Ireland (2011; 2020), Leme (2002; 2018) e Onofre (2011; 2012; 2019; 2020).

A pesquisa de campo foi realizada em 20 escolas penitenciárias de Pernambuco. Utilizou-se como técnica de coleta de dados entrevistas semiestruturadas. Participaram da pesquisa: 12 professores, 04 gestores escolares, 01 coordenador da educação em prisões, 04 diretores de unidades prisionais, 01 representante da gestão estadual da educação e 01 do sistema penitenciário. As análises dos materiais coletados foram apoiadas na Análise de Conteúdo, com ênfase na Análise Categorical. Os resultados mostraram que a oferta de atividades educacionais em Pernambuco foi de 33,74%, em 2019, ocupando o terceiro lugar na classificação nacional de oferta de educação no cárcere.

As análises qualitativas revelaram que os estudantes têm interesse em estudar, mas que há algumas limitações que se referem à segurança e à estrutura física. Ressalta-se que, a partir de 2017, houve a descontinuidade da parceria entre o MEC e Depen, o que comprometeu o alcance das metas pactuadas no Peesp. Apesar disso, houve avanço no trabalho pedagógico quantitativamente. As maiores dificuldades apontadas são de ordem qualitativa, pela necessidade de maior investimento em estrutura física, recursos pedagógicos, valorização dos docentes, e oferta de educação em níveis mais elevados.

Para finalizar, expomos a dissertação de Santos (2021) intitulada “Educação de Jovens e Adultos no contexto prisional paulista: Um olhar sobre as políticas públicas”. A pesquisa, de abordagem qualitativa e quantitativa, apoiada na pesquisa documental, teve como objetivo analisar o processo de escolarização em prisões paulistas, considerando as políticas educacionais para o cárcere. Para tanto, analisou-se dados dos relatórios do Depen.

Os principais autores no campo da educação foram Freire (2018) e Saviani (2014), e, no campo da educação prisional, Adorno e Dias (2016), Di Pierro (2008; 2017) e Ireland (2018). A técnica de análise de dados utilizada foi a descritiva, com uso de inferências. Os resultados mostraram que a educação é ofertada a uma parte da população carcerária. Além disso, constatou-se a superlotação e a falta de espaços apropriados para atender às demandas da população carcerária.

Os trabalhos selecionados reafirmam a ideia de que a educação para o cárcere não é vista como prioridade em outras localidades (Manaus, Santa Catarina, Pernambuco e São Paulo). Entendemos que a educação nas prisões precisa ser ressignificada. As políticas educacionais vigentes não dão conta de atender às demandas da população carcerária. Refletir sobre o que pensam os alunos, os professores e os agentes de segurança pode ser um caminho para pensar a educação no cárcere. Ademais, a sociedade também pode se beneficiar desse processo. Oferecendo-se educação de qualidade e para todos, certamente os índices de reincidência serão reduzidos (Julião, 2009).

1.2 Direitos Humanos e Educação no Cárcere: Uma análise dos marcos internacionais e nacionais

As instituições prisionais do Brasil, em linhas gerais, possuem estruturas obsoletas, superlotadas, ineficientes, desprovidas de incentivo financeiro, “em uma hierarquia das políticas, será a última entre as prioridades sociais” (Julião, 2020b). O sistema prisional deveria oferecer aos custodiados meios para promover a efetiva inserção social, por meio da garantia de direitos, como o acesso à educação, que, estranhamente, ainda é vista como um privilégio, assumindo a finalidade de estabelecer a manutenção da ordem e da disciplina nas unidades penais (Yamamoto *et al.*, 2010).

De acordo com nossos estudos, as políticas educacionais para os privados de liberdade são fundamentadas em normativos nacionais e internacionais que defendem os direitos humanos, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, um marco universal na defesa dos direitos humanos a todos os cidadãos, como direito à vida, à liberdade, à segurança pessoal, à saúde, ao trabalho, à instrução. Ela surgiu como resposta ao combate à tortura, escravidão e às atrocidades cometidas durante as guerras

mundiais, principalmente na segunda, quando milhões de pessoas foram vítimas do holocausto (ONU, 1948).

Outro documento relevante para esta produção são as Regras de Mandela, que são preceitos mínimos para o tratamento de presos. Em 2016, as Regras de Mandela, no total de 122, foram revisadas para se adequar às reestruturações do atual modelo de sistema penal. As regras preveem a proibição da tortura, tratamentos ou sanções cruéis. De acordo com as Regras de Mandela, todas as pessoas presas devem ser tratadas com o respeito inerente ao valor e à dignidade do ser humano, receber formação profissional, trabalho, e assistências de natureza reparadora, moral, espiritual, social, esportiva e de saúde (CNJ, 2016).

As Regras postulam recomendações, visando melhorar as práticas no tratamento dos reclusos e a gestão dos estabelecimentos penais. Quanto às orientações para o tratamento dos reclusos, destacamos duas regras. A Regra 11, que aconselha a separação dos apenados por categoria (sexo, idade, antecedentes criminais, razões da detenção e necessidades de tratamento). E a Regra 12, que sugere que as celas ou quartos destinados ao descanso noturno não devem ser ocupados por mais de um preso. Salvo em caso de superlotação temporária, quando podem ser admitidos até dois internos em uma cela. Sabe-se que, no Brasil, esta é uma realidade distante (CNJ, 2016).

Quanto às recomendações para a “gestão dos estabelecimentos”, evidenciamos a Regra 74, a qual faz três recomendações. A primeira orienta que a administração prisional deve selecionar cuidadosamente o pessoal de todas as categorias, pois sua integridade, humanidade, aptidões pessoais e capacidades profissionais influenciam a boa gestão dos estabelecimentos prisionais. A segunda diz que a administração prisional deve manter a imagem de que sua missão representa um serviço social de grande importância, e isso precisa ser esclarecido ao público. A última versa sobre a elaboração do estatuto de funcionários, do desempenho de suas funções a tempo inteiro como servidor do sistema prisional, da segurança no emprego, da remuneração suficiente, e das regalias e condições de emprego, que devem ser determinadas, considerando a natureza penosa do trabalho.

No intuito de dar suporte à implementação de políticas nacionais para a educação, em 2004, representantes de países da América Latina discutiram a

possibilidade de firmar parceria com o Projeto Eurosocial¹⁰. O Ministério da Educação do Brasil, por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), propôs a introdução da educação em prisões como uma das temáticas do encontro de Redes Eurosocial, que ocorreu em 2006. Participaram desta pasta: Brasil, Argentina, Chile, Nicarágua e Honduras (Brasil, 2013a).

Seguindo essa linha de atuação, outros seminários foram realizados, agregando valor ao movimento internacional. Os países Uruguai, Argentina, El Salvador, Colômbia, Costa Rica, Equador, Honduras, México, Peru, Paraguai e Brasil se uniram estrategicamente para criar a Rede Latino-Americana de Educação em Prisões (RedLECE) (Brasil, 2013a).

A implementação da RedLECE teve como objetivos principais impulsionar políticas públicas integrais e integradas que favoreçam a atenção para a educação em espaços de privação de liberdade, concebida como um direito ao longo da vida; trocar experiências e informações, fomentando pesquisas e cooperação técnica entre os países; bem como atuar como um interlocutor regional para o diálogo e a reflexão política com outras redes em nível internacional (Lucena, 2011).

Ainda no cenário internacional, destacamos a V e VI Conferências Internacionais sobre a Educação Adultos (Confintea), por estimularem a oportunidade de aprendizagem a todos, em particular, os marginalizados e excluídos (Brasil, 2013a). Na V Confintea, sediada em Hamburgo, em 1997, a EJA foi reconhecida como a chave para o século XXI, por proporcionar aos alunos o exercício da cidadania como condição para uma plena participação na sociedade, viabilizando a formação de um mundo onde a violência cede lugar ao diálogo e à cultura de paz baseada na justiça social (Brasil, 1997). Na VI Confintea, realizada em Belém, em 2009, foi admitida a responsabilidade constitucional do Estado em oferecer a educação aos custodiados do sistema prisional, o que só foi discutido devido à pressão dos movimentos sociais (Guarnieri, 2022).

¹⁰ Eurosocial é um programa de cooperação técnica da União Europeia, que objetiva contribuir na promoção da coesão social na América Latina pelo fortalecimento de políticas públicas e da capacidade institucional para executá-las. Seu método principal de trabalho é o intercâmbio de experiências, conhecimentos e boas práticas entre administrações públicas europeias e latino-americanas em cinco setores prioritários: justiça, educação, saúde, fiscalidade e emprego (Brasil, 2013a).

Os direitos defendidos nos acordos internacionais servem de base para a elaboração de políticas nacionais e suas prescrições fortalecem os argumentos dos movimentos sociais no Brasil. Os estudos revelam que esse processo demandou significativo grau de energia política. A cooperação internacional representou elemento relevante para a elaboração das políticas nacionais, para não dizer estratégico (Brasil, 2006).

No Brasil, a primeira menção de educação destinada às pessoas em privação de liberdade foi prevista no Decreto nº 678, de 06 de julho de 1850, Art. 167, “Crearseha logo que for possível em cada huma das divisões da Casa de Correção huma escola, onde se ensinará aos presos a ler e a escrever, e as quatro operações de arithmetica” (Duarte; Sivieri-Pereira, 2019).

Inicialmente, as ações de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade foram promovidas por voluntários, de forma improvisada, atuando, principalmente, na alfabetização. O trabalho era executado por pessoas sensíveis à situação dos apenados, mobilizados por questões de fé ou de ordem ideológica, representantes religiosos ou de organizações não-governamentais (Julião, 2016).

A primeira experiência de educação prisional institucionalizada se deu em 1967, a partir do convênio firmado entre a então Secretaria de Estado de Justiça e a Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro. Foram implantadas escolas em unidades penais para oferecer o ensino primário supletivo (Julião, 2003).

A Lei de Execução Penal, Lei nº 7.210/1984, foi elaborada com vistas à harmônica integração dos apenados à sociedade. A partir dela, estabeleceu-se as assistências que cabem aos apenados: material, saúde, jurídica, educacional, social e religiosa. A assistência educacional compreende a educação básica, ensino superior e formação profissional, e possibilita ao apenado a remição de parte de sua pena pelo estudo, na proporção de um dia da pena para cada 12 horas estudadas, de acordo com Art. 126 (Brasil, 1984b).

A Constituição da República Federativa do Brasil (Brasil, 1988), prevê garantias fundamentais, direitos sociais e individuais, direitos econômicos, sociais e culturais a todos. Entretanto, o sistema penitenciário brasileiro, marcado pela escassez

de recursos financeiros, humanos e tecnológicos, não consegue garantir integralmente as assistências previstas em lei a todos os custodiados.

As diretrizes atuais de educação para pessoas privadas de liberdade resultam de amplo diálogo, iniciado na esfera federal, por volta de 2005, com apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), Organização dos Estados Ibero-americanos, as Secretarias de Educação, órgãos da administração penitenciária, sociedade civil organizada, internos, egressos¹¹ do sistema prisional, e pesquisadores que organizaram seminários para debater sobre a produção de diretrizes para a educação no cárcere (Brasil, 2013a).

O primeiro projeto nacional para educação no cárcere foi instituído em 2006, com o título “Educando para a Liberdade”. A proposta “foi um marco para um novo paradigma de ação, tanto no âmbito da EJA, quanto no âmbito da Administração Penitenciária” (UNESCO, 2006, p. 7). Ele nasceu da parceria entre os ministérios da Educação e da Justiça, Unesco e apoio do governo do Japão, e se constituiu como referência fundamental na constituição de uma política pública integrada e cooperativa. (UNESCO, 2006).

No “Relatório Nacional para o direito humano à Educação: Educação nas prisões brasileiras”, foram detectadas falhas nos instrumentos normativos educacionais. (Carreira, 2009). Devido a isso, recomendou-se a definição de metas no Plano Nacional de Educação. A adequação foi incluída na meta 9, estratégia 9.8: “Assegurar a oferta de Educação de Jovens e Adultos, nas etapas de ensino fundamental e médio, às pessoas privadas de liberdade em todos os estabelecimentos penais” [...], e na meta 10, estratégia 10.10: “Orientar a expansão da oferta de educação de jovens e adultos articulada à educação profissional, de modo a atender às pessoas privadas de liberdade nos estabelecimentos penais” (Brasil, 2014).

¹¹ A Lei de Execução Penal, Art. 26, estabelece como egresso do sistema prisional o liberado definitivo, pelo prazo de 1 (um) ano a contar da saída do estabelecimento; e o liberado condicional, durante o período de prova, ou seja, o liberado condicional consiste na liberação antecipada, concedida ao apenado, sendo-lhe impostas, como o próprio nome sugere, condições, as quais devem ser cumpridas durante período preestabelecido, chamado de período de prova. Dentre as condições impostas estão a obrigação de obter ocupação lícita; a necessidade de comunicação periódica ao juízo sobre sua ocupação; e a imposição de manter sua residência no juízo da execução, não podendo dele se ausentar sem prévia autorização, conforme Art. 132, § 1º (Brasil, 1984b).

Além dessas recomendações, o relatório de direitos humanos orientou que deve ser explícito o direito à educação às pessoas encarceradas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996), assegurando o acesso aos encarcerados ao ensino fundamental, ao ensino médio e à educação profissional, o que ainda está pendente de adequação.

A elaboração e aprovação da Resolução CNE/CEB nº 02/2010, que dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de Educação para Jovens e Adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais, é o resultado de articulações entre o Conselho Nacional de Políticas Criminais e Penitenciárias (CNPCP), e o Conselho Nacional de Educação (CNE), e é considerada o marco normativo no âmbito da educação prisional (Brasil, 2010a).

Em 2011, por meio do Decreto nº 7.626/2011, os estados foram instados a elaborarem um Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional, com a finalidade de ampliar e qualificar a oferta de educação nos estabelecimentos penais. Para tanto, o Estado do Pará elaborou duas propostas de plano, a primeira versão em 2012 (2012 – 2014), e a segunda em 2015 (2015 – 2017), e nenhuma delas foi oficialmente regulamentada (Ferreira, 2019).

Em 2020, a Coordenadoria de Educação Prisional (CEP), junto aos parceiros de trabalho, inclusive a Dra. Maria Auxiliadora, líder do Grupo de Estudo e de Pesquisa sobre Gestão, Trabalho e Educação no Cárcere (Gepgtec), vinculado à UEPa, elaboraram o primeiro plano que foi efetivamente aprovado, o Plano Estadual de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional do Estado do Pará (2021 – 2024).

Em 2021, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou a Resolução nº 391/2021, que reconhece o direito da remição pelo estudo por meio de práticas sociais educativas, atividades escolares e não-escolares e a leitura de obras literárias. As atividades escolares e não escolares foram definidas da seguinte forma:

I – atividades escolares: aquelas de caráter escolar organizadas formalmente pelos sistemas oficiais de ensino, de competência dos Estados, do Distrito Federal e, no caso do sistema penitenciário federal, da União, que cumprem os requisitos legais de carga horária, matrícula, corpo docente, avaliação e certificação de elevação de escolaridade; e II – práticas sociais educativas não-escolares: atividades de socialização e de educação não-escolar, de

autoaprendizagem ou de aprendizagem coletiva, assim entendidas aquelas que ampliam as possibilidades de educação para além das disciplinas escolares, tais como as de natureza cultural, esportiva, de capacitação profissional, de saúde, dentre outras, de participação voluntária, integradas ao projeto político-pedagógico (PPP) da unidade ou do sistema prisional e executadas por iniciativas autônomas, instituições de ensino públicas ou privadas e pessoas e instituições autorizadas ou conveniadas com o poder público para esse fim (Brasil, 2021a).

O estudo bibliográfico indica que, em teoria, as políticas para a educação destinada ao cárcere avançaram, englobando o que é previsto em nossa Carta Magna. A grande lacuna encontra-se na operacionalização dessas políticas, considerando que a educação no cárcere ainda é oferecida a apenas uma parcela da população carcerária do Brasil.

1.2.1 Caminhos percorridos pela Educação de Jovens e Adultos

A educação formal no Brasil se iniciou por volta de 1549 com a chegada dos jesuítas. Esses religiosos foram responsáveis pela escolarização e catequização no Brasil até 1759, quando Marquês de Pombal expulsou os jesuítas da Companhia de Jesus de todos os territórios portugueses¹² (Seco; Amaral, 2006). A educação aplicada pelos jesuítas desconsiderava a língua, a cultura e os saberes dos nativos. Os indígenas não aceitaram passivamente a catequese dos padres, eles se defendiam como podiam, e “quando não podiam, fugiam” (Paiva, 2000, p. 12).

A educação sistematizada se tornou valorizada somente após a revolução industrial na Europa, quando foi exigida a leitura e a escrita para trabalhar nas fábricas. Nessa época, a educação tinha também um viés religioso. Sua relevância foi mais marcante quando o avanço do capitalismo permitiu percebê-la como importante instrumento de ascensão social. Os socialistas a notaram como bandeira de luta, capaz de conscientizar as massas para a transformação social. No Brasil, a educação passou a ser valorizada quando foi vista como fator que favorece o progresso (Paiva, 2003).

¹² A partir do Alvará Régio de 28 de junho de 1759, instituído por Marquês de Pombal, as escolas jesuíticas foram suprimidas. Ao mesmo tempo, foram criadas as aulas régias ou avulsas de Latim, Grego, Filosofia e Retórica, que deveriam suprir as disciplinas que eram oferecidas nos colégios jesuítas (Seco; Amaral, 2006).

Nos anos 70, os movimentos sociais populares, articulados por grupos de oposição ao regime militar, se organizaram para defender diversos interesses, dentre eles, o direito à educação (Gohn, 2011). Paulo Freire atuou na defesa de uma educação humanizada e para todos. Além disso, buscou incentivar a participação popular na política e emancipação dos setores desfavorecidos. Freire propagou a importância da educação como instrumento de luta contra a exploração nas relações de trabalho (Paiva, 2003).

O método de alfabetização de adultos¹³ desenvolvido por Paulo Freire foi fundamental para expandir a alfabetização a pessoas das classes populares, tendo em vista que a taxa de alfabetização entre homens e mulheres em regiões do Brasil, como no Nordeste, em 1978, era de apenas 49,4% (Brasil, 2006).

Após caminhos e descaminhos, a EJA foi reconhecida como modalidade de ensino, e é assegurada pela Constituição Federal (1988) e Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996). A EJA é orientada pela Resolução do CNE/CEB nº 01/2000 (Brasil, 2000a), que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos; pela Resolução CNE/CEB nº 3, de 15 de junho de 2010 (Brasil, 2010b), que estabeleceu as Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos, nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos de EJA, idade mínima e certificação nos exames de EJA, e EJA desenvolvida por meio da Educação a Distância; e pela Resolução CNE/CEB nº 01/2021 (Brasil, 2021b), que normatizou as Diretrizes Operacionais para a EJA, nos aspectos relativos ao seu alinhamento à Política Nacional de Alfabetização (PNA) e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e EJA na modalidade de educação a distância (EAD). Nesta última resolução, é previsto o atendimento a estudantes em privação de liberdade nos estabelecimentos penais.

A EJA no Estado do Pará é fundamentada na epistemologia de Paulo Freire (Pará, 2021b). Logo, como a educação nas prisões é desenvolvida na modalidade EJA, assumimos como principal referencial analítico os pressupostos Freirianos. Para

¹³ O método Paulo Freire estimula a alfabetização dos adultos mediante a discussão de suas experiências de vida, a partir de palavras presentes na realidade dos alunos, os temas geradores, que são decodificadas para a aquisição da palavra escrita e da compreensão do mundo (Beck, 2016).

complementar as análises referentes às práticas pedagógicas, apoiamo-nos na Pedagogia da Presença, por ser direcionada à educação de crianças, adolescentes e jovens com dificuldades individuais e sociais.

A proposta da pedagogia da presença remete ao cultivo de um ambiente educacional enraizado na conexão genuína entre educadores e alunos. Essa abordagem valoriza não apenas a transmissão de conhecimento, mas também a construção de relacionamentos significativos. Na pedagogia da presença, os educadores estão presentes de forma emocional e intelectual, demonstrando interesse pelas experiências e necessidades individuais dos alunos (Costa, 1991).

Assim, cria-se um espaço onde os alunos se sentem vistos, ouvidos e compreendidos, promovendo um engajamento mais profundo com o aprendizado. Além disso, essa abordagem busca desenvolver habilidades acadêmicas e socioemocionais, promovendo a empatia, confiança e o respeito mútuo. A pedagogia da presença reconhece que a educação ultrapassa as barreiras do conteúdo curricular, sendo um processo que nutre o desenvolvimento integral dos indivíduos (Costa, 1991).

As políticas atuais para a EJA ainda mantêm vínculos com a alfabetização, dão ênfase na qualificação profissional e na educação e aprendizagem ao longo da vida, como forma de atender às demandas do mercado de trabalho. Nesse sentido, questiona-se, afinal, quem são os alunos da EJA? De forma superficial, a resposta seria os jovens e adultos, podendo-se incluir nesse grupo adolescentes e idosos, que não tiveram acesso à educação na idade própria. Ao refletir de forma mais aprofundada sobre a pergunta, percebe-se que há um perfil sociocultural em que os estudantes da EJA estão agrupados.

Via de regra, eles são oriundos de camadas populares, com valores e expressão diferenciados daqueles que se estabeleceram na cultura escolar, excluídos da escola regular por dificuldades de acesso, de conciliação com a inserção precoce no mercado de trabalho, ou da adaptação da própria organização social (Pereira; Fonseca, 2001, p. 60).

Partindo dessa realidade, entendemos que a proposta curricular da EJA precisa estar vinculada às necessidades desses alunos, e deve ser pautada na formação e valorização humana, contemplando situações cotidianas, visando à construção coletiva de soluções, tendo em vista a “formação de sujeitos históricos dentro de um processo de

conscientização crítica e transformadora de suas realidades” (Pará, 2021b, p. 511). Dessa forma, a “organização metodológica parte do conhecimento que os estudantes trazem de suas experiências, incorporando a este o saber sistematizado” (Pará, 2021b, p. 511).

As diretrizes que norteiam a EJA preconizam a flexibilização de oferta, podendo o ensino ser presencial ou a distância, prevê também a adequação do tempo para cumprimento da carga horária exigida, de acordo com cada segmento/etapa. Há ainda a possibilidade de concluir a educação básica por meio do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos para Pessoas Privadas de Liberdade (Encceja PPL), garantindo-se sempre o padrão de qualidade (Brasil, 2021b). As recomendações objetivam promover o acesso, permanência e a continuidade nos estudos. É uma tentativa de incluir jovens e adultos que historicamente tiveram seus direitos cerceados.

Um estudo realizado em 2022 pela Inteligência em Pesquisa e Consultoria Estratégica (Ipec), para o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), intitulado “Educação brasileira em 2022 - A voz de adolescentes” mostrou que aproximadamente dois milhões de crianças e adolescentes não estavam frequentando a escola. A pesquisa realizada com 1.100 crianças e adolescentes, com idade entre 11 e 19 anos, em todas as regiões do país, apontou que a maioria dos participantes deixou de estudar porque “tinha que trabalhar fora” (48%). O trabalho infantil, portanto, ainda é uma realidade no Brasil, sobretudo para meninas e meninos pobres e negros.

Nesse contexto, a EJA torna-se uma modalidade de extrema importância, pois oferece o acesso à educação às pessoas que não tiveram escolarização no momento oportuno. A EJA nas prisões, além de desenvolver competências e habilidades educacionais e profissionais, pode promover a autonomia e a inserção social dos alunos. Investir na educação dentro do sistema prisional é investir em um futuro mais promissor, não apenas para os indivíduos envolvidos na educação no cárcere, mas também para a sociedade.

1.3 Um olhar sobre o Plano Estadual de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional do Estado do Pará

O Plano Estadual de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional do Estado do Pará (Peesp) foi elaborado com dados estatísticos referentes ao ano letivo de 2020. O período de vigência do Peesp em estudo é de 2021 a 2024. Os responsáveis pela organização do plano foram a Seduc e a Seap, em parceria com a Coordenação Estadual do Programa Fazendo Justiça, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Programa das Nações Unidas (Penud), UFPa, UEPa, Gepgtec, Fundação Carlos Gomes (FCG) e com a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Roberto Carlos Nunes Barroso (Pará, 2021a).

Segundo o Peesp, a execução do trabalho educacional no cárcere deve ser norteado pelas seguintes diretrizes: a) fortalecimento de ações articuladas entre os órgãos estaduais dos poderes executivo e judiciário; b) parcerias com órgãos do setor público, setor privado e sociedade civil organizada para a oferta de ações educativas no sistema prisional; c) ampliação das ações de alfabetização no cárcere; d) aumento de vagas de estudo; e) valorização de atividades educacionais não formais; f) expansão de espaços para realizar atividades educacionais; g) fomento de ações de incentivo leitura; h) aumento da oferta de cursos profissionalizantes; i) valorização dos profissionais que atuam na educação no cárcere; j) articulações para garantir o acesso à educação formal e atividades complementares aos egressos (Pará, 2021a).

O plano aponta dezenove objetivos, os quais estão alinhados com a ampliação de atividades formais e não formais nos estabelecimentos penais e nos equipamentos de atenção aos egressos do Pará, são eles: a) expandir a oferta da educação básica pela Seduc em todos os municípios em que haja estabelecimentos penais e equipamentos de atenção aos egressos; b) estabelecer termos de cooperação técnica entre Seap e as secretarias municipais de educação em que ainda não haja parceria formalizada para a definição de competências e de atribuições; c) gerenciar os dados educacionais do sistema prisional paraense por meio da criação de um sistema educacional informatizado; d) proporcionar o fomento e o fortalecimento da educação que considere a diversidade de públicos do sistema prisional; e) garantir e ampliar a oferta da alfabetização do sistema

prisional; f) garantir e ampliar a oferta do ensino fundamental e do ensino médio na modalidade EJA; g) garantir a oferta da EJA em articulação com a educação profissional; h) fomentar e ampliar o acesso das pessoas em situação de restrição/privação de liberdade e de egressos ao ensino superior; i) ampliar programas e ações de incentivos à leitura; j) ofertar mais atividades culturais; k) aumentar a práticas de atividades esportivas; l) facilitar o acesso aos exames nacionais; m) promover a elevação de escolaridade da população carcerária e de egressos por meio de aprovações nos exames nacionais; n) possibilitar a oferta de cursos de qualificação profissional do sistema prisional; o) aparelhar as salas de aula do sistema prisional; p) expandir e equipar as bibliotecas e salas de leitura do sistema prisional; q) ampliar e equipar os espaços multiusos no sistema prisional; r) ampliar e equipar os laboratórios de informática e os espaços audiovisuais do sistema prisional; s) garantir a formação e qualificação de profissionais ligados à educação no sistema prisional (Pará, 2021a, p 2-3).

Atualmente, as atividades educacionais nas prisões do Estado do Pará ocorrem, de modo geral, por meio de parcerias. No Peesp, constam quatro termos de cooperação técnica: o Termo de Cooperação Técnica nº 013/2020¹⁴, firmado entre a Seap e a Seduc. Esse instrumento prevê a manutenção da educação básica. O atendimento pela Seduc é realizado em 21 unidades prisionais do Estado, inclusive, em Santarém. Os outros três termos foram firmados com secretarias municipais de educação, nas cidades: Breves, Cametá e Mocajuba (Pará, 2021a).

As principais fontes de financiamento para realizar o trabalho de educação no cárcere no Pará são: a) as atividades de alfabetização, o Instituto Brasileiro de Educação e Meio Ambiente (Ibraema); b) a educação básica ocorre por meio de parceria com a Seduc/Semed; c) as ações de leitura são apoiadas pela Seduc, Defensoria Pública, UFPa e pelo Instituto Federal do Pará (IFPA); d) os cursos profissionalizantes são ofertados por parceiros, como o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); e) as atividades não formais são custeadas pela Seap; f) a atualização do acervo bibliográfico, formação de equipes envolvidas com a educação nas prisões e

¹⁴ O último termo firmado entre a Seap e a Seduc, que está em vigor é o Termo de Cooperação Técnica nº 005/2023 (Pará, 2023a).

elaboração/atualização do Peesp são feitas com apoio financeiro do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) (Pará, 2021a).

Para contemplar os objetivos propostos no Peesp, elaborou-se um Plano de Ação, que compilou os objetivos em sete eixos de atuação, em que se propõem metas e estratégias para ampliar a oferta de educação nos estabelecimentos prisionais do Pará.

O eixo “Gestão” foca nas tarefas administrativas, na formalização de parcerias com as secretarias municipais de educação, criação de uma base de dados educacionais, aumento de servidores no setor educacional, inclusão de toda a diversidade de sujeitos que fazem parte da população carcerária, e criação de comissão interinstitucional para tratar da pauta de educação prisional.

O eixo “Educação formal/alfabetização” objetiva expandir a disponibilidade de vagas em todos os níveis de ensino: alfabetização, ensino fundamental e médio, educação profissional técnica de ensino médio, EJA, EAD e ensino superior. Dentre as metas estabelecidas, destacam-se: a garantia de alfabetização a 100% dos custodiados, em 48 meses; acesso ao ensino fundamental e médio a 21% da população carcerária em 48 meses; oferta de educação profissional Técnica de Ensino Médio em 10 estabelecimentos penais ao final de 48 meses.

O eixo “Educação não formal e exames nacionais”, visa ampliar o número de apenados nas atividades de leitura, cultura, esporte, exames nacionais: Encceja PPL e Exame Nacional do Ensino Médio para Pessoas Privadas de Liberdade (Enem PPL). Uma das metas propostas nesse eixo é a garantia à oferta de atividades de leituras em 100% das unidades prisionais. Algumas das estratégias para alcance dessa meta abrangem a organização e renovação do acervo bibliográfico, promoção de campanha de arrecadação de livros, ampliação do número de monitores para entregar os livros. Quanto aos exames nacionais, Encceja PPL e Enem PPL, as metas buscam elevar o número de inscritos para 3.500, com índice de aprovação de 30%, o que pode ser alcançado por meio de cursos preparatórios para realizar os exames.

O eixo “Qualificação profissional” prevê o aumento de participantes nos cursos profissionalizantes. A meta é garantir a oferta de cursos profissionalizantes em 100% das unidades prisionais e dos equipamentos de atenção aos egressos, em 48 meses, mediante a construção de salas de aula e ampliação de parceria com as instituições que

oferecem cursos profissionalizantes.

O eixo “Estrutura” estabelece metas no intuito de construir espaços físicos destinados à educação nas unidades prisionais, como: construção de sala de aula, bibliotecas, laboratório de informática. Para tanto, conta-se com recursos originários de órgãos federais e estaduais, da Diretoria de Logística, Patrimônio e Infraestrutura (DLPI/Seap) e da Coordenadoria de Assistência ao Egresso e Família (Caef). Segundo o relatório do Depen, 87% dos estabelecimentos penais do Pará possuem sala de aula, e 37% possuem laboratório de informática (Brasil, 2022a).

O eixo “Formação e capacitação de profissionais” busca institucionalizar e garantir formação contínua a 100% dos profissionais da educação que atuam no cárcere, no prazo de 48 meses. Uma das estratégias é institucionalizar uma política de formação que garanta a qualificação de todos os profissionais que atuam na educação prisional. Cabe às instituições responsáveis pela execução do plano, promover articulação com instituições de ensino, para a realização de seminários, formações, pós-graduação que atendam às demandas educacionais do cárcere, incluindo qualificação de apenados, para atuarem como monitores nas escolas penitenciárias.

O último eixo, “Plano Estadual” refere-se à elaboração e/ou atualização do plano. Para tanto, criou-se uma Comissão de Monitoramento, Avaliação e Acompanhamento do Peesp. A partir dos resultados anuais, a comissão pode rever as estratégias adotadas e propor ações de modo a viabilizar o alcance das metas previstas. Os resultados do monitoramento serão apresentados de forma mais ampla na próxima subseção.

1.3.1 Reflexões sobre as metas propostas no Plano Estadual de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade e para Egressas do Sistema Prisional.

Nesta subseção, serão descritos resultados referentes às metas propostas no Peesp, considerando o desenvolvimento de atividades educacionais na escola penitenciária em estudo. As análises seguiram o modelo do parecer emitido pelo Depen, referente a 1ª Etapa de Monitoramento do Plano Estadual de Educação em Prisões do Pará, com base nos resultados de 2021. Neste parecer foram avaliadas somente as

metas previstas para as atividades educacionais formais (alfabetização, ensino fundamental, ensino médio, ensino superior) e cursos profissionalizantes.

Quadro 3 – Monitoramento do Plano Estadual de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional do Pará (2020 – 2021).

Ação	Crescimento planejado para 2021	2020¹⁵	2021¹⁶	Alcance das metas em 2021
Alfabetização	Elevar a oferta para 50% dos estabelecimentos penais.	264	469	78%
Ensino Fundamental (1º ao 9º ano)	Elevar para 12% a oferta da EJA na etapa do ensino fundamental para as pessoas privadas de liberdade e para os egressos do Sistema Prisional.	990	1071	8%
Ensino Médio	Elevar para 12% a oferta da EJA na etapa do ensino médio para as pessoas privadas de liberdade e para os egressos do Sistema Prisional.	365	429	18%
	Garantir a oferta do ensino médio em articulação com a educação profissional técnica em 2 unidades prisionais e/ou equipamentos de atenção ao egresso ¹⁷ .	-	-	-
Ensino Superior	Garantir e ampliar para 3% o percentual de cobertura do ensino superior presencial e EAD às pessoas privadas de liberdade e aos egressos do sistema prisional.	54	82	52%
Curso Profissionalizante	Ofertar cursos profissionalizantes em 71% dos estabelecimentos penais ¹⁸ .	14	62	343%

Fonte: Elaborado pela própria autora a partir de dados do Depen (Brasil, 2022a).

A partir do Quadro 3, elaboramos o Quadro 4, para demonstrar em que medida as metas previstas no Peesp estão sendo implementadas na escola penitenciária em 2023. Para tanto, utilizamos dados mais recentes, ou seja, o ano letivo de 2023.

¹⁵ Dados extraídos do Relatório do Depen, referente a julho a dezembro (Brasil, 2020).

¹⁶ Dados extraídos do Relatório do Depen, referente a julho a dezembro. (Brasil, 2021c).

¹⁷ No documento emitido pelo Depen, não consta o resultado sobre essa meta.

¹⁸ Ao examinar o parecer emitido pelo Depen sobre a 1ª etapa do monitoramento do Peesp, e compará-los com os dados dos relatórios do Depen, de 2020 e 2021, notamos que os registros de cursos se referem, provavelmente, à soma de curso técnico (acima de 800 horas) e curso de formação inicial e continuada (acima de 160 horas). No entanto as metas previstas no Peesp preveem a garantia de oferta de cursos profissionalizantes em 100% das unidades prisionais e dos equipamentos de atenção ao egresso, ou seja, a meta pretende alcançar pelo menos um curso anualmente por unidade prisional. Assim, a forma como os dados foram registrados no parecer, não está de acordo com o previsto no Peesp. Apesar disso, adaptamos os resultados no quadro 4, seguindo o modelo do parecer do Depen, ou seja, apresentamos o quantitativo de cursos ofertados e o percentual correspondente, conforme consta no parecer do Depen.

Quadro 4 – Avaliação das metas propostas pelo Peesp, na Escola Penitenciária Prof. Delson Afonso Mourão.

Ação	Crescimento planejado para 2023	2020¹⁹	2023²⁰	Atingimento das metas 2023
Alfabetização	Elevar a oferta para 83% dos estabelecimentos penais.	00	00	-
Ensino Fundamental (1º ao 9º ano)	Elevar para 18% a oferta da EJA na etapa do ensino fundamental para as pessoas privadas de liberdade e para os egressos do Sistema Prisional.	35	28	-20%
Ensino Médio	Elevar para 18% a oferta da EJA na etapa do ensino médio para as pessoas privadas de liberdade e para os egressos do Sistema Prisional.	20	39	95%
	Garantir a oferta do ensino médio em articulação com a educação profissional técnica em 8 unidades prisionais e/ou equipamentos de atenção ao egresso.	-	-	-
Ensino Superior	Garantir e ampliar para 7% o percentual de cobertura do ensino superior presencial e EAD às pessoas privadas de liberdade e aos egressos do sistema prisional.	01	4	300%
Curso Profissionalizante	Ofertar cursos profissionalizantes em 90% dos estabelecimentos penais.	00	01	Realizado

Fonte: Elaborado pela própria autora a partir de dados do Peesp e Relatório Educacional de março de 2023.

De acordo com o Quadro 4, a meta para a alfabetização não foi alcançada, pois não houve oferta de alfabetização em 2020, nem em 2023. Quanto ao ensino fundamental, houve queda de 20% na oferta de vagas, logo, a meta não foi cumprida. Quanto ao ensino médio técnico, não houve oferta de vagas, não atendendo à meta prevista. Quanto ao ensino médio na modalidade EJA, houve o aumento de vagas em 95%, portanto a meta foi alcançada. Quanto ao ensino superior, houve o aumento em 300%, assim, a meta foi atingida. Em relação aos cursos profissionalizantes, a meta foi cumprida, pois foi realizado um curso profissionalizante em 2023. Desse modo, podemos dizer que a primeira hipótese definida para o estudo se confirma, visto que somente algumas das metas propostas pelo Peesp foram alcançadas.

Buscamos conhecer os fatores que limitam o número de vagas de estudo no Crashm. O fator principal identificado foi o baixo efetivo de policiais penais para realizar

¹⁹ Para esta análise, consideramos quantitativo de alunos que participaram das atividades durante o ano letivo, ou seja, 55 alunos.

²⁰ Dados coletados no Relatório Educacional de março de 2023.

a vigilância aproximada. Verificamos que no Crashm há em torno de 75 policiais penais, que são divididos em quatro equipes, que operam em regime de escala de 24h por 72h, portanto há, aproximadamente, 18 policiais penais por plantão.

De acordo com a Resolução nº 09/2009²¹ do Conselho Nacional de Políticas Criminais e Penitenciárias (CNPCCP), recomenda-se a proporção de 05 (cinco) presos para cada agente penitenciário. Considerando a população carcerária de referência, 929 custodiados, o número mínimo de policiais penais/agentes prisionais para executar as atividades no Crashm deveria ser de 185 policiais penais. Desse modo, fica subentendido que, no Crashm, há um déficit de pelo menos 110 policiais penais.

Outro fator que limita o acesso à educação é a estrutura do presídio, visto que o bloco carcerário fica afastado da escola. Acentuamos que, além das atividades escolares, há outros atendimentos na unidade, como os de natureza biopsicossocial, jurídica, saídas externas e transferências. Todas as movimentações são realizadas de acordo com o Manual de Procedimentos Operacionais da Seap, o que requer maior apoio de policiais penais para fazer a vigilância aproximada. Dessa forma, o aumento do número de alunos fica condicionado ao aumento de servidores para atuar na segurança.

A estrutura escolar também pode ser considerada como um dos fatores que interferem na quantidade de vagas de estudo, pois a capacidade máxima da escola é de 80 alunos por turno. Conseqüentemente, ainda que as aulas fossem ministradas em três turnos (manhã, tarde e noite), seria possível atender no máximo 240 alunos na educação formal, isto é, ainda assim, 689 apenados ficariam sem estudar.

Para conhecer a quantidade de atividades educacionais ofertadas nas prisões de cada estado, foi elaborada a Tabela 1. Ela exhibe dados sobre a oferta de educação formal (alfabetização, ensino fundamental, ensino médio, ensino superior e curso técnico acima de 800 horas), cursos (capacitação profissional, acima de 160 horas de aula), atividades de leitura, atividades esportivas e atividades educacionais complementares (videoteca, atividades de lazer e cultura).

²¹ Ressalta-se que o CNPCCP estabeleceu a Resolução nº 01/2009, que definiu a proporção mínima de cinco presos para cada agente penitenciário, sendo revogada pela Resolução nº 08/2009 (CNPCCP). Porém, em novembro do mesmo ano, o CNPCCP determinou a Resolução nº 09/2009, que também dispõe sobre a proporção mínima de cinco presos por agente, a qual está em vigor.

Tabela 1 – Oferta de educação prisional por Unidade Federativa do Brasil em 2022.

Estado	População	Ed. ²² Formal	Cursos	Leitura	Esporte	Compl. ²³	Total	% ²⁴
Acre	6016	432	249	894	0	1828	3403	56,57
Alagoas	12049	554	160	272	159	3481	4626	38,39
Amapá	2977	368	101	108	0	411	988	33,19
Amazonas	13271	1230	1040	20792	0	19023	42085	317,12
Bahia	17117	2749	137	1907	0	3487	8280	48,37
Ceará	37255	7520	4603	68928	0	33451	114502	307,35
Distrito Federal	27380	1212	1058	3977	0	5096	11343	41,43
Espírito Santo	23179	5018	333	272	5	19402	25030	107,99
Goiás	26789	4174	231	6462	79	2241	13187	49,23
Maranhão	12651	4299	874	24589	0	70472	100234	792,30
Mato Grosso	19925	2962	1522	1195	309	8664	14652	73,54
Mato Grosso do Sul	21884	2478	653	3254	31	11766	18182	83,08
Minas Gerais	70030	6813	871	3511	6190	12820	30205	43,13
Pará	19757	1864	130	1196	18	851	4059	20,54
Paraíba	12824	1807	54	1201	87	2296	5445	42,46
Paraná	87068	7743	2309	4246	283	4090	18671	21,44
Pernambuco	50075	6759	776	3260	74	4124	14993	29,94
Piauí	5878	2491	310	1913	0	2645	7359	125,20
Rio de Janeiro	58104	4512	2157	9033	176	42445	58323	100,38
Rio Grande do Norte	12067	1270	56	2369	0	4401	8096	67,09
Rio Grande do Sul	42209	4870	1736	5535	0	5223	17364	41,14
Rondônia	14736	1796	1592	4217	0	4747	12352	83,82
Roraima	4587	199	0	455	0	1636	2290	49,92
Santa Catarina	27004	4457	938	8932	0	9386	23713	87,81
São Paulo	196074	26086	316	4248	2733	253028	286411	146,07
Sergipe	6773	478	75	226	0	676	1455	21,48
Tocantins	4114	548	308	1207	7	1172	3242	78,80
Total	831793	104689	22589	184199	10151	528862	850490²⁵	-

Fonte: Elaborado pela própria autora a partir de dados do Depen (Brasil, 2022a).

²² Educação Formal.

²³ Complementar.

²⁴ Esse percentual se refere à relação entre o número de atividades e a população carcerária, utilizado para conhecer em que proporção as atividades são ofertadas.

²⁵ O relatório do Depen, referente ao período de julho a dezembro de 2022, aponta o total de 851.048 oportunidades de estudo nas penitenciárias do Brasil. Ao elaborar a Tabela 1, com base nos relatórios por Unidade Federativa, chegou-se ao total de 850490 oportunidades de estudo. Assim, 968 oportunidades de atividades educacionais não foram registradas.

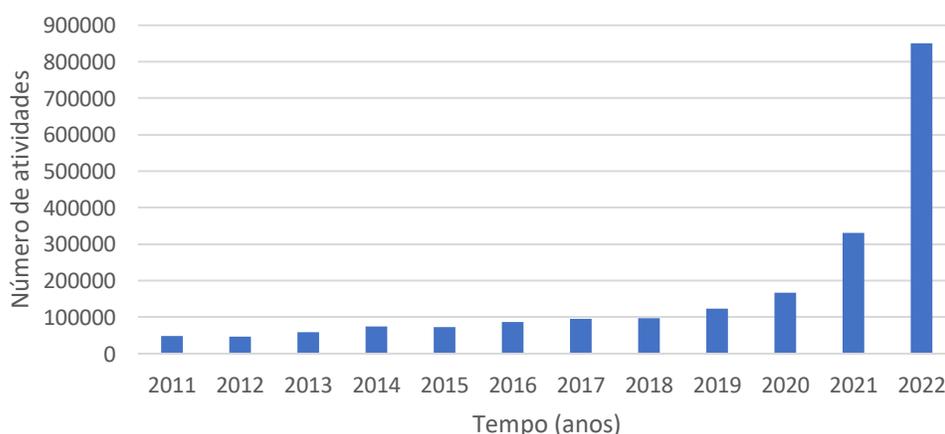
O primeiro ponto a considerar na Tabela 1, refere-se à posição que o Pará ocupa na classificação nacional de oferta de vagas educacionais, a última. Pondera-se também sobre a elevada variação percentual de oferta de vagas de estudo entre os estados. Enquanto, no Pará, o percentual de atendimento foi de 20,54%, no Maranhão, foi de 792,30%. O Amazonas ocupa a segunda posição, com 317,12%, seguido por Ceará, com índice de 307,35%.

Examinando os dados, supomos que os custodiados das unidades prisionais do Maranhão, Amazonas e Ceará receberam mais de uma oportunidade de estudo em 2022. Do mesmo modo, não é difícil atestar que, em estados como Pará, Paraná e Sergipe, muitos apenados não tiveram acesso às atividades educacionais. No Estado do Pará, por exemplo, a população carcerária é de 19.757, mas foram ofertadas somente 4.059 oportunidades de estudo. Isso significa dizer que, provavelmente, cerca de 15.698 apenados não tiveram acesso à educação.

Verificamos que, dentre as atividades educacionais desenvolvidas, a que mais se destacou, em números absolutos, foram as atividades complementares, ou seja, 529.132 (Tabela 1). É um número significativo, mas cabe destacar que nos relatórios não há informações sobre como essas atividades foram executadas, sua relevância, métodos, resultados e tempo de execução.

Para finalizar, desenvolvemos o Gráfico 1, que apresenta a evolução da oferta de atividades educacionais no Brasil, a partir de 2011, quando foi instituída a elaboração do Plano Estadual no âmbito do Sistema Prisional até o ano de 2022.

Gráfico 1 – Evolução da oferta de atividades educacionais nas penitenciárias no Brasil (2011 – 2022).



Fonte: Elaborado pela própria autora a partir de dados do Depen (Brasil, 2022a).

O Gráfico 1 indica que houve crescimento na oferta de atividades educacionais nas penitenciárias do Brasil, alcançando o total de 850.490 oportunidades de estudo em 2022, superando a quantidade da população carcerária do país, que era de 831.793 apenados no mesmo ano. Todavia essas vagas não foram distribuídas de forma proporcional entre os estados, pois cada unidade federativa atua de acordo com suas capacidades, recursos e parcerias estabelecidas.

2 DO PASSADO AO PRESENTE: CARACTERÍSTICAS DO CAMPO DE ESTUDO

Nesta seção, primeiramente, serão descritos os principais fatos históricos que antecederam a institucionalização da educação destinada ao cárcere no estado do Pará. Em seguida, descreveremos um breve histórico sobre a fundação do Crashm. Por fim, apresentaremos uma descrição histórica sobre a implantação e institucionalização da educação na Escola Penitenciária Prof. Delson Afonso Mourão. Esse estudo visa situar o leitor acerca das transformações e dos avanços na educação prisional no Pará.

2.1 O percurso histórico da educação nas prisões do Estado do Pará

Nesta subseção, descreveremos fatos históricos relevantes sobre a evolução da educação voltada para o cárcere no Pará. Para realizarmos o estudo, consultamos a obra “Penas e Sistemas Repressivos”²⁶ (Mariano Antunes, 1977), a dissertação de Ferreira (2019) e a dissertação e outras produções de Muniz (2017; 2020; 2021). Um dos registros oficiais mais antigos sobre a educação prisional no Brasil, trata-se da aprovação da Lei nº 701, pela Assembleia Legislativa da Província do Grão-Pará:

Art. 3º – Fica creada na mesma cadêa uma escola de primeiras letras, que será regida pelo capellão ou pelo ajudante do carcereiro, ou por um dos preses de boa conducta ou por qualquer pessoa, que o presidente designar, com gratificação (Lei nº 701, de 25 de outubro de 1871 apud Muniz, 2021, p. 67).

O primeiro espaço escolar em Unidade Prisional no Pará foi criado em 17 de agosto de 1874, a escola da Cadeia de São José²⁷. Em 1944, a cadeia foi reinaugurada e recebeu o título de Presídio São José, o primeiro presídio do Estado do Pará. Na escola

²⁶ A primeira edição deste livro foi em 1925, em virtude disso, a obra apresenta relatos importantes sobre como era escola no cárcere naquela época.

²⁷ Em 2002, o Presídio São José (1944 - 2000), transformou-se em um polo joalheiro, o Espaço São José Liberto. Inicialmente, esse espaço foi construído para ser um convento, que era administrado pelos padres franciscanos. Em 1758, os padres tiveram que deixar o Brasil, momento em que o convento passou a ser gerido pelo Governo da Província do Grão-Pará, ajustando-se a diversas funcionalidades, primeiro como olaria (1767), depois como “quartel de uma companhia de pedestres, de um corpo de artilharia, de um esquadrão de cavalaria, depósito de pólvora e, finalmente, prisão de criminosos” (Antunes, 1977, p. 186).

da Cadeia de São José, eram atendidos 25 alunos, dos 130 apenados, com idade acima dos 20 anos (Coelho, 2002 apud, Ferreira, 2019).

A implantação da escola na cadeia de São José coincidiu com um período em que a Província do Pará, mesmo sem ter as condições necessárias, estava inserida no movimento nacional e internacional de disseminação da instrução pública entre as classes populares, momento em que “a quantidade de escolas e de alunos passou a ser considerada importante indicador de progresso e de civilização de uma nação” (Nery; França, 2014, p. 83).

A criação de turmas primárias no cárcere foi uma estratégia para atender às discussões sobre uma pena mais humanizada, considerando que, naquela época, as penas aplicadas em Belém eram extremamente cruéis. Além da criação da escola, expediu-se também o primeiro regulamento interno da escola da Cadeia de São José, com o objetivo de organizar e orientar o trabalho educativo na prisão.

De acordo com o regimento, o ensino compreendia o alfabeto, leitura, escrita, doutrina cristã e as quatro operações matemáticas. Como não havia profissionais habilitados para atuarem nas classes, o professor que atuava nas prisões era o capelão, o ajudante do carcereiro ou o próprio encarcerado (Ferreira, 2019; Muniz, 2021). A escola da Cadeia de São José, possivelmente, foi implantada de forma improvisada, tendo em vista que “a secretaria [da cadeia] está instalada numa sala acaçapada, estreita e sem conforto, onde funciona também a escola” (Antunes, 1977, p.195). Do mesmo modo, “as cadeias do interior do Estado, que funcionam quase todas em casas alugadas, sem segurança e sem acomodações, iguais ou piores que as de Gurupá, Santarém e Alenquer” (Antunes, 1977, p.197).

Segundo Antunes, “no Pará, infelizmente, a não ser o Dr. Lauro Sodré, nenhum outro governador se interessou pela sorte do condenado” (1977, p. 193). Ele descreve as condições da Cadeia de São José, com base em uma publicação da “Folha do Norte”, em 1909, sob a epígrafe, “O Testemunho da verdade”, proferido pelo desembargador Pires dos Reis, chefe de polícia na época, que revelou a situação sub-humana em que viviam os aprisionados:

A cadeia é um infecto casarão em que há lugares onde não se pode respirar. Como numa hospedaria de imigrantes cuja lotação se excedesse, os presos repousam, na sua maioria, sobre o chão úmido, num estado de seminudez, porque a roupa que o governo fornece é feita dum estofado ordinário que não resiste a mais de quatro meses. Não lhes pagam também a diária com pontualidade, não lhes concedem alimentação bastante, não proporcionam aos doentes assistência eficaz. Uns estão impaludados, outros beribéricos, alguns tuberculosos, o maior número enfim é de enfermos, e todos esses infelizes dormem em promiscuidade asfixiante, no recinto de celas onde o ar é rarefeito, a luz escassa, os miasmas de acumulação pejam o ambiente de cheiros nocivos (Antunes, 1977, p. 193-194).

Em 1960, foi criado o Centro de Instrução do Presídio São José, ao qual era vinculada a Unidade Escolar São José (Ferreira, 2019). Dentre os funcionários, havia o diretor de ensino, o subdiretor, os supervisores, o chefe de disciplina, os secretários, entre outros. A Unidade Escolar São José possuía a seguinte estruturação:

Escola de Alfabetização, Escola Primária, Escola Conveniada, Escola Supletiva, Escola Supletiva Técnico-Comercial, Unidade Escolar de 1º Grau – Fase I, chamada de Educação Integrada, e a Unidade Escolar de 1º Grau – Fase II, chamada de Projeto Minerva (Beder, 1975 apud Muniz, 2017, p. 85).

Na primeira metade do século XX, outras unidades federativas do Brasil, como o Amazonas, Minas Gerais e São Paulo, mobilizaram-se para ofertar educação no cárcere. A partir da década de 60, outras ações educacionais desenvolvidas por estados como Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Ceará, Mato Grosso do Sul e Goiás indicavam o avanço da institucionalização da educação pelas prisões no país²⁸ (Muniz, 2021).

Na década de 70, durante a ditadura militar, surgiu o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), que substituiu o Movimento de Cultura Popular (MCP)²⁹. Na mesma época, houve grandes investimentos na área das telecomunicações, criando-se nesse cenário o Projeto Minerva, um programa do governo com cobertura nacional, que propôs o ensino a distância via rádio (Bernardi, 2014). Assim, o Mobral se desdobrava em Programas de Alfabetização Funcional e Educação Integrada, que correspondia ao fundamental menor, o Projeto Minerva, que era equivalente ao fundamental maior, e

²⁸ Muniz salienta que não foram encontrados relatórios sobre a oferta de educação formal nos espaços prisionais do estado do Pará anterior a 1960, ficando, portanto, uma lacuna nesse período.

²⁹ Um projeto que foi coordenado pelo educador Paulo Freire, que propunha uma educação que despertasse o pensamento crítico do aluno (Bernardi, 2014).

Mobral Cultural e Cursos Profissionalizantes, com a finalidade de prover a formação inicial e educação continuada de adolescentes e adultos (Ferreira, 2019).

Em 1985, o Mobral passou por mudanças, recebendo o nome de Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos, a Fundação Educar³⁰ (1985 – 1990), a qual foi extinta, em 1988 (Pojo, 2006). Foram desenvolvidos outros projetos visando à erradicação do analfabetismo, como o Programa Brasil Alfabetizado (PBA)³¹ e o projeto Tempo de Ler, o qual está ativo nas penitenciárias do Pará. O projeto “Tempo de ler” é fruto da parceria entre a Seap e o Ibraema e tem a finalidade de alfabetizar os custodiados. As aulas são ministradas por um facilitador, um apenas que trabalha voluntariamente no projeto, e que recebe remição de pena pelo trabalho, após passar por capacitação.

Nesse período, houve a oferta do Telecurso 2000, no Presídio São José, realizado em parceria com a Fundação Roberto Marinho (1995 – 2003). Para tanto, foram implantadas telessalas, os professores eram cedidos pela rede estadual de ensino (Muniz, 2017). Outra atividade desenvolvida no presídio foi o BB Educar (2003 – 2006), fomentado pela Fundação Banco do Brasil, com o objetivo de alfabetizar os custodiados, atendendo aos pressupostos de uma educação libertadora, portanto, considerando a realidade do alfabetizando como ponto de partida do processo educativo (BB Educar, 2017).

Em 2003, a Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará (Susipe)³² e a Administração Penitenciária Paraense (APP) tiveram o apoio da Divisão de Assistência Integrada (DAI), responsável pelo setor pedagógico naquela época, para implantar ações educativas nas prisões do Pará.

³⁰ Segundo o Decreto nº 91.980/1985, a Fundação Educar tinha por objetivo, “fomentar a execução de programas de alfabetização e educação básica destinados aos que não tiveram acesso à escola ou que dela foram excluídos prematuramente” (Brasil, 1985).

³¹ O Programa Brasil Alfabetizado (PBA), criado pelo Mec, em 2003, com o objetivo de garantir a efetivação do direito à educação aos jovens, adultos e idosos (Brasil, 2011).

³² A Susipe foi transformada em Secretaria de Estado de Administração Penitenciária Seap em 2019, a partir da Lei nº 8.937, de 2 de dezembro de 2019.

Cerca de dez profissionais da educação ligados a Susipe passam a desempenhar ações educativas nos Centros de Recuperação Americano (CRA), [...] onde foram ofertados aos internos, de maneira informal, turmas de: alfabetização, 1ª, 2ª e 3ª etapas do ensino fundamental; turmas que foram trabalhadas por meio de projetos educativos em parcerias, dentre eles o BB educar projeto do Banco do Brasil. Neste caso específico, os profissionais recebiam informações e formação específica acerca da proposta, além do suporte didático e pedagógico para atuarem com o mesmo no cárcere (Araújo; Fidalgo, 2019, p. 80-81).

Em 2006, por meio do Projeto Educando para a Liberdade (2006 – 2016), foi formalizado o primeiro Termo de Cooperação Técnica nº 603/2006, celebrado entre a então Susipe e a Seduc, e foi renovado a cada dois anos (Ferreira, 2019). Essa parceria permitiu traçar diretrizes e fortalecer o trabalho pedagógico nas prisões do Brasil (Unesco, 2006).

Atualmente, em Santarém, a educação básica é ofertada por meio de parceria entre a Seap e a Seduc, conforme previsto no Termo de Cooperação Técnica nº 005/2023, firmado em maio de 2023, com vigência de quarenta e oito meses (Pará, 2023a). Observamos que, ao longo do tempo, as políticas para a EJA nas prisões avançaram, em decorrência disso, a Seap ampliou a rede de parceiros, incluindo o setor público e privado, visando elevar a oferta de atividades educacionais.

2.2 A história de fundação do Crashm

Nesta subseção, apresentaremos os fatos marcantes sobre a história da fundação do Centro de Recuperação Agrícola Silvio Hall de Moura (Crashm), onde está inserido o campo de pesquisa, a Escola Penitenciária Prof. Delson Afonso Mourão. Para resgatar as informações, realizamos entrevista semiestruturada com uma servidora da Seap, identificada como S1. A entrevista foi realizada em agosto de 2022.

Durante a entrevista, S1 mencionou que, quando ela começou a trabalhar no sistema prisional, o setor administrativo funcionava em uma sala no Fórum de Santarém. As pessoas privadas de liberdade ficavam detidas na antiga Delegacia Regional, onde é a Delegacia de Polícia Civil atualmente. A gestão era de responsabilidade do Núcleo Regional de Justiça, órgão da Secretaria de Estado de Justiça. Havia duas celas, uma para presos provisórios e outra para sentenciados. Era prevista uma sala específica no

caso de prisão de mulheres. Segundo S1, o quantitativo de pessoas presas ficava em torno de cinco pessoas, normalmente.

S1 informou que, entre 1990 e 1991, foi construída uma sede própria, a Cadeia Pública de Santarém, onde funciona a Delegacia da Mulher atualmente. A estrutura era formada por 11 celas. A capacidade total da cadeia era de 120 pessoas aproximadamente. A unidade custodiava os internos de Santarém, Altamira, Rurópolis, Alenquer, Itaituba, Oriximiná e outras cidades da região. Na época, havia cerca de 42 apenados.

Quanto ao quadro de funcionários, ela informou que os servidores passavam por processos seletivos para atuarem na segurança e para compor a equipe técnica. A equipe técnica era formada por 01 psicólogo, 01 assistente social, 01 advogado, 01 enfermeiro e 01 médico. Nessa época, o setor administrativo permanecia realizando suas atividades na sala no Fórum. Ela relatou que não houve atividades educacionais nessa unidade prisional.

O Crashm foi inaugurado em julho de 1996. O nome da penitenciária foi atribuído em homenagem ao Desembargador Silvio Hall de Moura (1909 – 1989), que dedicou grande parte de sua vida ao Magistrado e às reivindicações em prol da situação carcerária no país. Em 1943, Silvio Hall de Moura atuou como juiz substituto em Itaituba, e, em 1945, alcançou a magistratura vitalícia. Ele atuou como Juiz de Direito nas comarcas de “Conceição do Araguaia, Chaves, Monte Alegre, Igarapé-Miri, Bragança e da Capital, onde foi Juiz Criminal durante quatro anos, e Juiz do Cível dos Feitos da Fazenda Federal por dois anos” (Pará, 1997, p. 13).

O Desembargador Silvio Hall de Moura recebeu o título de Doutor em Direito, em 1962. Foi professor titular no curso de Direito do Centro Socioeconômico da UFPa. Exerceu o cargo de primeiro chefe do Setor de Prática Jurídica da Faculdade de Direito. Foi sócio fundador da Associação dos Magistrados do Pará e da Associação Brasileira de Criminologia. Foi fundador e presidente do Instituto de Criminologia do Pará. Foi membro efetivo da Associação Internacional de Direito Penal. Pertenceu à Academia Paraense de Letras e ao Instituto Histórico e Geográfico do Pará. Foi um dos fundadores do Centro de Estudos Jurídicos do Pará (Cejud). Publicou diversos livros e artigos jurídicos, incluindo temas voltados às prisões. Em 1966, ele foi nomeado Desembargador

do Tribunal de Justiça do Estado, exercendo os cargos de Corregedor Geral da Justiça, Membro do Conselho da Magistratura eventualmente Vice-Presidente do Egrégio Tribunal, aposentando em 1979 (Pará, 1997).

A servidora relatou que a unidade foi inaugurada com estrutura de uma colônia agrícola, com fábrica de vassoura, criação de animais (aves, porcos e carneiros), horta. No entanto, como não houve manutenção para dar andamento ao trabalho, os espaços destinados ao trabalho e produção foram se degradando. Acrescentou que, atualmente, a unidade está passando por mudanças para receber novamente a estrutura de colônia agrícola, a partir de projetos que promovam o trabalho.

Segundo a servidora, após a intervenção penitenciária³³, houve melhorias no ambiente de trabalho para os servidores. Informou também que a Seap está trabalhando para melhorar as condições de vida no cárcere, ampliando a oferta de vagas de trabalho, educação formal e não formal, cursos profissionalizantes, oficinas, para que todos os apenados tenham a oportunidade de participar das atividades laborais e educativas. Ela acredita que essas ações podem aumentar as possibilidades de acesso ao trabalho dentro e fora do cárcere, além de reduzir os riscos de reincidência.

Ela concluiu ratificando que a Diretoria de Reinserção Social atua com vistas a conduzir o desenvolvimento de atividades cognitivas, além de resgatar valores humanos e tornar o cumprimento de pena humanizado, gerando alternativas para minimizar o ócio e proporcionar novas oportunidades aos apenados, possibilitando também a remição de pena.

2.3 Contexto histórico da Escola Penitenciária Prof. Delson Afonso Mourão

Nesta subseção, será explorada a forma como ocorreu a implementação da educação no Crashm. Buscamos desenvolver um histórico sobre os fatos relevantes que marcaram as transformações da escola penitenciária em estudo, compreendendo o período entre 1997 e 2023, com base em análises documentais e memórias de professores e servidores, que atuam ou que atuaram na escola penitenciária. Na figura 1, apresentamos a fachada da Escola Penitenciária Professor Delson Afonso Mourão.

³³ A intervenção penitenciária ocorrida no Crashm, em 2019, será abordada na próxima subseção.

Figura 1 – Fachada da Escola Penitenciária Prof. Delson Afonso Mourão



Fonte: Seap/PA (Pará, 2023c).

A educação no Crashm foi implantada em 1997, pelo setor social, com apoio de professores alfabetizadores voluntários. Em 1998, o setor pedagógico recebeu apoio do Serviço Social da Indústria (Sesi), que cedeu dois professores para atuar na escola do Crashm. O trabalho pedagógico foi realizado mediante a atuação do Setor Social.

O ensino fundamental foi institucionalizado na escola penitenciária em 2005. Os alunos e os professores que atuavam na escola penitenciária eram vinculados à Escola Municipal de Ensino Fundamental Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, que era responsável pela matrícula e emissão da documentação escolar dos alunos (Frota, 2011).

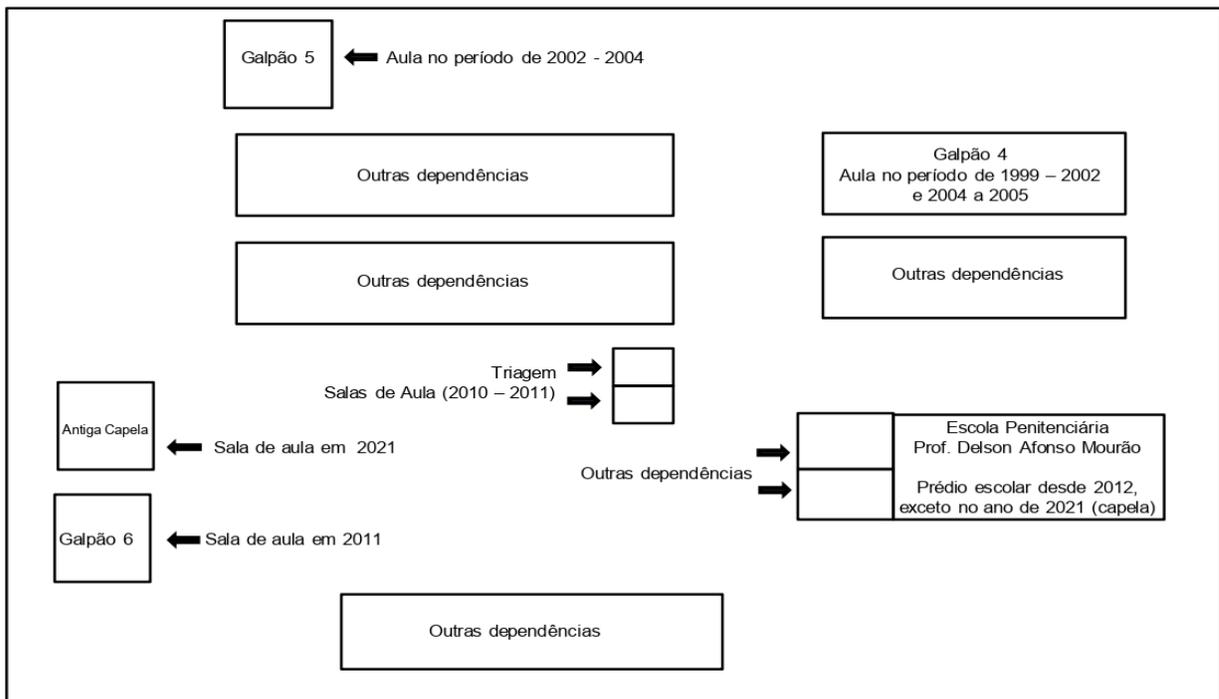
Em 2008, a gerente da Divisão de Educação da Susipe, Professora Rita de Cássia, designou a criação da Divisão de Educação Prisional do Crashm, nomeando o Sr. Delson Afonso Mourão, que já atuava no setor pedagógico, desde 2003, como o responsável pelo setor (Frota, 2011).

Ao entrevistar D11, uma professora que atuou na escola no período de 1999 a 2016, foi solicitado que ela descrevesse, cronologicamente, as mudanças ocorridas nos

espaços destinados à educação no Crashm. Como houve diversas mudanças, D11 teve dificuldade para informar com exatidão a sequência de como elas ocorreram, ficando uma lacuna no período de 2006 a 2009.

De todo modo, é possível descrever cronologicamente algumas das mudanças estruturais pelas quais a escola passou. Segundo D11, nos primeiros anos, as aulas eram ministradas no Galpão 4 (1999 – 2002), depois passou a ser no Galpão 5 (2002 – 2004). Em seguida, voltou a ter aula no Galpão 4 (2004 a 2005). Entre 2010 e 2011, as aulas ocorreram em duas salas que, atualmente, são celas e recebem o nome de Triagem. Ela informou que, durante a adaptação do espaço onde atualmente funciona a escola, as aulas ocorreram no Galpão 6 (2011), quando as aulas eram ministradas em uma sala de aula apenas, devido a isso, as aulas duravam somente duas horas. Assim, havia aulas para duas turmas por turno. Essa forma de trabalho durou em torno de seis meses. Todos esses espaços citados, hoje, são celas. A escola penitenciária passou a funcionar no prédio atual a partir de 2012. Essas mudanças estão representadas no mapa ilustrativo do Crashm, conforme figura 2.

Figura 2 – Mapa Ilustrativo do Crashm



Fonte: Elaborado pela própria autora a partir da Pesquisa de campo, 2022 – 2023.

D11 relatou que o tempo de duração em cada espaço variou em torno de seis meses a três anos. Seus relatos demonstram que as aulas no Crashm foram iniciadas de forma improvisada. No decorrer do tempo, o trabalho avançou, até chegar à estrutura escolar atual.

Em 2011, a escola do Crashm desenvolvia as seguintes atividades educacionais: Programa Brasil Alfabetizado (PBA), ensino fundamental, na modalidade EJA (1ª, 2ª 3ª e 4ª etapas). Somente os internos condenados podiam estudar, eles passavam por um processo de avaliação, realizado pela segurança, para conhecer sobre seu comportamento no cárcere (Frota, 2011).

Como as vagas de estudo são limitadas, os apenados que almejam estudar passam por uma avaliação interna. As vagas são ocupadas prioritariamente pelos apenados que atestam “Bom comportamento carcerário” em sua “Certidão Carcerária”, que é um documento oficial, em que constam dados dos apenados, tais como: a situação processual, a movimentação carcerária, transferências ocorridas entre as unidades prisionais pelas quais ele passou, as remições de pena pelo estudo/trabalho e punições (faltas disciplinares), quando elas acontecem.

As faltas disciplinares são apuradas por meio de Procedimento Disciplinar Penitenciário (PDP), que é um processo administrativo, no qual é garantido ao apenado o direito constitucional do contraditório e da ampla defesa, e que, após transitado em julgado, pode gerar uma falta disciplinar³⁴ ao apenado. Após a finalização do Procedimento Disciplinar Penitenciário, comunica-se a decisão ao juiz da Vara de Execução Penal, para fins de registro no prontuário do interno. Se condenado, constará em sua “Certidão Carcerária” a falta condenatória e o *status* de “Má conduta carcerária”, o que pode limitar temporariamente o acesso a alguns direitos previstos na Lei de Execução Penal, conforme Art. 53 (Brasil, 1984b).

Segundo D6, o ensino médio foi institucionalizado na escola penitenciária em 2012, tendo a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Profa. Terezinha de Jesus Rodrigues como escola sede. A oferta de educação formal em Santarém, estabelecida a partir do 2º Termo de Cooperação Técnica, firmado entre a então Susipe

³⁴ O Art. 49 da Lei de Execução Penal classifica as faltas disciplinares em leve, média ou grave (Brasil, 1984b).

e a Seduc, sob o Convênio nº 1118/2009 (2009 – 2011), conforme item 2.1.16: “ampliação do referido convênio para os seguintes municípios: Castanhal, Santarém, Abaetetuba, Mocajuba, Salinas, Capanema, Bragança, Marabá, Tucuruí, Redenção e Paragominas” (Ferreira, 2019, p. 94).

Em 2014, a escola penitenciária foi inaugurada oficialmente, recebendo o nome de “Escola Penitenciária Educação que Liberta”. Não foram identificados relatos significativos ou documentos nos arquivos que pudessem descrever fatos relevantes durante o período de 2014 a 2018. As informações que obtivemos foram a de que, nesse período, houve aula para turmas de ensino fundamental e médio, cursos profissionalizantes, e que, a partir de 2018, passou-se a ofertar o projeto “Remição pela leitura”.

Em 2019, o Crashm, assim como outras penitenciárias do Pará, passou por intervenção penitenciária A Força Tarefa de Intervenção Penitenciária (FTIP) do Pará, que coordenou e supervisionou a operação, foi institucionalizada pela Portaria nº 676, de 30 de julho de 2019, do Ministério da Justiça e Segurança Pública (Brasil, 2019a). O objetivo da intervenção penitenciária foi:

Implantar os procedimentos dentro da unidade para os internos e servidores, além de organizar o cárcere, visando a dignidade e humanização da pena. A unidade, em especial as celas, estão passando por limpezas. Todos os objetos ilícitos estão sendo retirados e permanecerão apenas os itens permitidos pela Seap [...] Tais procedimentos têm como objetivo diminuir a criminalidade, implementar procedimentos conforme o Depen e promover a humanização da pena por meio de assistência técnico-jurídica e biopsicossocial (Pará, 2019).

Durante a pesquisa, ouvimos por repetidas vezes os alunos utilizarem a expressão “quando a cadeia era aberta”, referindo-se ao período anterior à intervenção penitenciária. Segundo eles, nesse período, não havia tanta restrição quanto ao controle de materiais como é atualmente, as visitas de familiares eram frequentes, incluindo a visita íntima que, após a intervenção, foi suspensa.

Outra expressão comumente utilizada por eles foi “agora que a cadeia está fechada”, fazendo menção à realidade atual, ou seja, após a intervenção, período em que foi estabelecido o Manual de Procedimentos Operacionais: normas e rotinas de segurança para as Unidades Prisionais do Estado do Pará (Pará, 2020), com orientações,

cuidados e regras que devem ser seguidas durante a realização de atividades diárias dos servidores.

Muitos internos acreditam que, com o advento da intervenção, o cárcere ficou mais organizado. Um aluno relatou que, antes da intervenção, “a cadeia era uma colônia de férias”. Disse ainda que “estudava só para ver as meninas”³⁵. Esse aluno acrescentou “agora sim, sei o que é educação de verdade”, reconhecendo, portanto, a importância da educação.

A intervenção penitenciária no Crashm foi iniciada em 16 de setembro de 2019, momento em que as atividades educacionais foram suspensas (A15). As aulas foram retomadas somente em 20 de novembro do mesmo ano. Antes do início da intervenção, havia 104 alunos matriculados. No entanto, houve corte de alguns alunos³⁶. Assim, apenas 32 estudantes concluíram o ano letivo.

Em 2019, as atividades educacionais eram desenvolvidas da seguinte forma: no turno da manhã, havia 04 turmas do ensino médio: 02 turmas de 1ª etapa e 02 turmas de 2ª etapa. E, no turno da tarde, funcionavam 04 turmas de ensino fundamental, sendo uma de cada etapa (1ª, 2ª, 3ª e 4ª etapas). Havia também duas turmas do projeto “Remição pela Leitura”, uma de ensino fundamental e outra de ensino médio. Existiam também turmas de cursos preparatórios para realizar exames nacionais (Encceja PPL e Enem PPL).

No ano letivo de 2020, foram matriculados 106 alunos, porém, no primeiro dia de aula, observou-se que esse quantitativo estaria acima da capacidade de atendimento, considerando o efetivo de policiais penais atuantes na unidade e a antiga estrutura da escola, quando não havia grade de contenção para separar professores e alunos. Dessa forma, determinou-se que o número de estudantes fosse reduzido para 55 alunos³⁷.

³⁵ O aluno se referiu ao período em que o Crashm custodiava homens e mulheres, quando ainda não existia o Centro de Reeducação Feminino de Santarém (CRFS).

³⁶ Os motivos dos cortes dos alunos não foram explicitados, é possível que uma das razões tenha relação com faltas disciplinares.

³⁷ Devido à pandemia causada pela Covid-19, os 106 alunos não perderam o vínculo escolar no ano de 2020, e, conforme relatório final das escolas sedes, receberam os resultados: aprovado/promovido/transferido.

Em março de 2020, devido à pandemia causada pela Covid-19³⁸, a Seap e a Seduc suspenderam as aulas por tempo indeterminado, uma forma de evitar a propagação do vírus. As aulas foram retomadas, no segundo semestre de 2020, com o uso de atividades impressas, sem apoio presencial dos professores. Cada nível de ensino seguiu um modelo de atendimento diferenciado, de acordo com as orientações das escolas sedes.

Os alunos do ensino fundamental responderam a um bloco de questionários contendo todas as disciplinas. As atividades foram elaboradas pela coordenação pedagógica da escola sede, e aplicadas em sala de aula com apoio do Setor Pedagógico do Crashm³⁹. Essa estratégia foi adotada devido à falta de professores para acompanhar os alunos durante o desenvolvimento das apostilas⁴⁰.

Os alunos matriculados no ensino médio receberam atividades impressas, elaboradas pelos professores, as quais eram desenvolvidas pelos alunos na cela, diariamente. As atividades eram entregues aos alunos no início do dia, e recolhidas à tarde. Esse trabalho foi cumprido de segunda a sexta-feira, durante o segundo semestre de 2020.

Em 2021, após recomendações da Seduc e da Seap, referentes ao retorno das aulas presenciais, as atividades passaram ser executadas na antiga capela do Crashm. A orientação recebida foi a de que as aulas voltariam a ser realizadas no prédio escolar somente após a adaptação da estrutura física, isto é, a substituição das paredes internas da escola, que era de policloreto de vinila (PVC) por paredes de concreto, e a colocação de grades de contenção para separar os professores dos alunos.

A estrutura da capela era uma sala ampla, com telhado de zinco e forro de PVC, uma estrutura que também não atendia aos critérios de segurança. Devido a isso, as aulas foram realizadas em escala de revezamento, com até 10 alunos por aula. As

³⁸ *Corona Virus Disease* – Doença do coronavírus.

³⁹ Nesse momento, foram tomados os cuidados necessários, visando a prevenção contra o coronavírus, tais como: uso de máscara e de álcool em gel e distanciamento de dois metros entre os participantes.

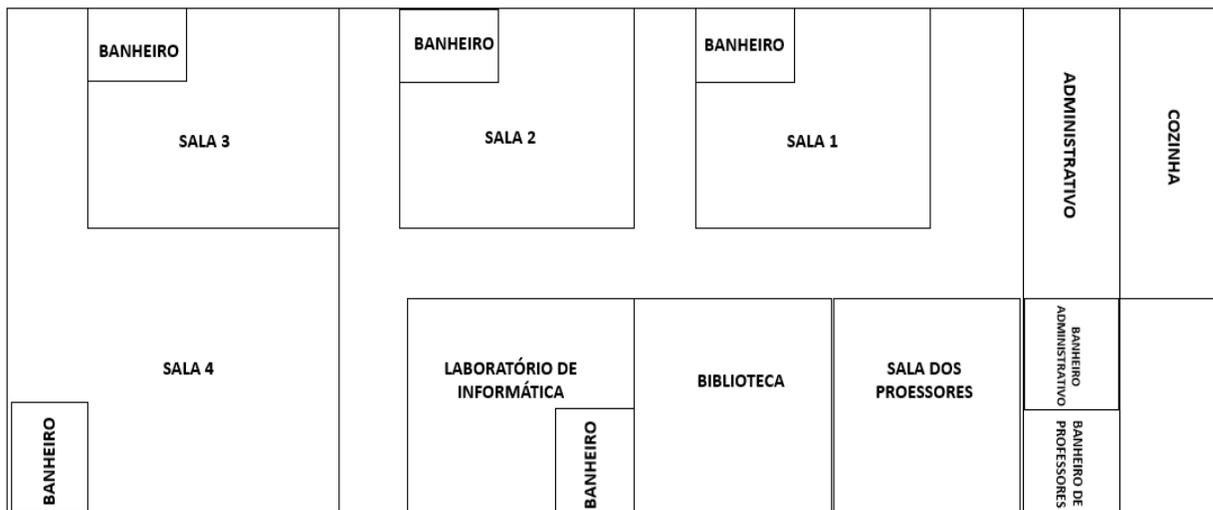
⁴⁰ Em 2020, a Secretaria Municipal de Educação (Semed), que era a ofertante do ensino fundamental desde 2005, deixou de atender às turmas da escola penitenciária, após determinação do Ministério Público, segundo a Secretária Municipal de Educação. Devido a isso e à falta de estrutura escolar adequada (segura), o número de alunos na educação formal em 2021 caiu para 30 alunos. A partir de 2022, as turmas de 3ª e 4ª etapas do ensino fundamental passaram a ser de responsabilidade da Seduc.

atividades foram divididas da seguinte forma: a) no turno matutino, nas segundas, quartas e sextas-feiras, havia aula para a 1ª etapa do ensino médio, e, nas terças e quintas-feiras, eram atendidos os alunos da 2ª etapa do ensino médio; b) no turno vespertino: nas segundas e quartas-feiras era executado o Projeto Remição pela Leitura (10 alunos), e, nas terças e quintas-feiras, tinha aula para a turma de alfabetização (projeto “Tempo de ler”). Eles dividiam a sala com um aluno universitário, que cursava Tecnologia em Gestão Ambiental, na modalidade EAD, na Universidade da Amazônia (Unama).

Para realizar a adaptação interna da escola, recebeu-se apoio financeiro da Vara de Execução Penal da comarca de Santarém – PA. Os valores doados são oriundos de prestações pecuniárias (PP) decorrentes da execução das penas e medidas alternativas da Central de Medidas e Penas Alternativas (Cempa). Anualmente, a Vara de Execução Penal publica edital, com o propósito de financiar obras e/ou compras de bens/produtos para entidades públicas e privadas que oferecem serviços com finalidade social.

A escola penitenciária submeteu dois projetos, nos processos seletivos de 2021 e 2022, no intuito de executar as adaptações na escola. O valor recebido viabilizou a construção interna de quatro salas de aula com banheiro, um laboratório de informática com banheiro, uma biblioteca, e uma sala para professores, conforme figura 3.

Figura 3 – Mapa ilustrativo da Escola Penitenciária Prof. Delson Afonso Mourão.



Fonte: Elaborado pela própria autora a partir do Projeto de adaptação da estrutura da Escola (2021).

A adaptação foi realizada em duas etapas. Na primeira, em 2021, foram construídas as 04 salas de aula com banheiro. A segunda etapa foi iniciada em março e concluída em junho de 2022, quando foram construídos um laboratório de informática com banheiro, uma biblioteca e uma sala para os professores. Essa fase da obra ocorreu simultaneamente às aulas, que voltaram a ser realizadas na escola, no início de 2022. Nesse ano, houve aula somente no turno matutino. Em 2022, havia cinco turmas em atividade e o total de 32 alunos.

No ano letivo 2023, o quantitativo de estudantes na educação formal foi ampliado para 71 alunos, e o Projeto “Remição pela leitura: um caminho que liberta”, foi retomado, atendendo a 66 internos, totalizando 137 apenas envolvidos na educação. A partir de 2023, as aulas passaram a ser ministradas em dois turnos novamente (matutino e vespertino).

Após as adaptações ocorridas na escola, ela foi reinaugurada no dia 11 de janeiro de 2023, recebendo o nome de “Escola Penitenciária Professor Delson Afonso Mourão”⁴¹ (Pará, 2023c), em homenagem ao agente prisional Sr. Delson Afonso Mourão, para atender ao pedido dos professores e técnicos da Seduc, que atuam na escola, tendo em vista que o Sr. Delson esteve à frente do setor pedagógico, de 2003 até seu falecimento, no dia 19 de outubro de 2020.

⁴¹ *In memoriam.*

3 VOZES DO CÁRCERE: RELATOS SOBRE A EDUCAÇÃO PRISIONAL

Nesta seção, serão apresentadas as análises do material empírico coletado no campo por meio da aplicação dos questionários socioeconômico e pedagógico, roda de conversa e diário de campo. Iniciamos, descrevendo a rotina escolar, as peculiaridades que envolvem educação desenvolvida no cárcere, e algumas reflexões sobre a estrutura da escola. Em seguida, analisamos os dados sobre o perfil socioeconômico dos alunos. Por fim, discutimos por meio de temas os relatos dos alunos.

Realizar este tipo de pesquisa é uma jornada repleta de desafios singulares, aprendizados profundos e reflexões críticas, que proporcionam uma visão única sobre o sistema prisional e a educação nesse contexto. Dentre as dificuldades, destacamos a burocracia para obter autorizações para garantir o acesso às informações necessárias, um processo complexo e moroso. A própria atmosfera prisional pode ser desafiadora para os pesquisadores. Lidar com a sensação de confinamento, a presença constante de policiais penais e a necessidade de estar alerta para qualquer situação que possa surgir requer resiliência emocional.

Outros desafios estão relacionados com as desigualdades educacionais. Escolas em contextos prisionais frequentemente enfrentam dificuldades, como a falta de recursos materiais, currículos adaptados e suspensão de aula. Além disso, cada apenado tem uma história única e complexa que influencia sua relação com a educação. Navegar pelas diferentes trajetórias de vida requer empatia e uma abordagem sensível. Logo, ficar exposto a essa realidade e às experiências de vida de cada aluno pode sensibilizar o pesquisador.

Realizar esse tipo de pesquisa nos permite enxergar os alunos não apenas como criminosos, mas como indivíduos com histórias, sonhos e necessidades educacionais. Isso gera uma perspectiva mais humana e compassiva. Observar que a educação pode ser um catalisador de mudança dentro do sistema penitenciário reforça a ideia da importância de investir em programas educacionais atrelados à inserção social.

3.1 A rotina da Escola Penitenciária Prof. Delson Afonso Mourão

A Escola Penitenciária Prof. Delson Afonso Mourão tem como escola sede a

Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Profa. Terezinha de Jesus Rodrigues. A escola sede é responsável organização escolar do aluno (matrícula, emissão dos documentos escolares, preenchimento do Censo Escolar, entre outros) e gestão do corpo docente. No momento da pesquisa, havia dez professores atuando na educação básica, todos eles com graduação em sua área de atuação, sendo quatro deles especialistas e três mestres.

A escola penitenciária é um espaço organizado. Os alunos valorizam e respeitam o trabalho realizado pelos professores que, por sua vez, relataram que gostam de trabalhar no cárcere. Ao contrário do que talvez se pense, a relação entre os profissionais da educação e os alunos é harmoniosa.

O método de ensino utilizado pelos professores foram aulas expositivas dialogadas, com participação intensa dos alunos, com os seguintes recursos materiais: quadro branco, pincel e apostilas impressas. Em algumas aulas foram utilizados Datashow e televisão. São disponibilizados aos alunos: cadernos, canetas, lápis preto, borracha, lápis de cor, apontador e livros.

Solicitamos aos professores sugestões de outros recursos materiais para auxiliar na execução das atividades educacionais. Eles sugeriram a implantação de um laboratório multidisciplinar, equipado com microscópio, lupa, lâminas de vidro, reagentes químicos, corantes e boneco anatômico; impressora colorida; recursos audiovisuais com acesso à internet nas salas de aula, para apresentação de reportagens, entrevistas, imagens de obras de artes, atualidades; recursos materiais para a prática de artesanato, artes plásticas e calculadora.

Por se tratar de uma escola penitenciária, existem algumas restrições quanto ao uso de certos materiais, como tesoura, estilete, apontador (há um apontador por turma), agulha, linha de crochê para fazer artesanatos. Devido a isso, alguns docentes informaram que gostariam de ter autonomia para utilizar os mesmos recursos materiais que usam na escola regular. Observamos que não há livros didáticos específicos para a EJA de nível fundamental, e que há alguns livros didáticos para a EJA de nível médio para professores e alunos. Alguns docentes relataram que gostariam que houvesse livros didáticos com conteúdos específicos para trabalhar com os alunos privados de liberdade.

A rotina na escola penitenciária apresenta algumas semelhanças com a rotina das escolas regulares. As aulas são ministradas de segunda a sexta-feira, das 8h às 12h⁴², com intervalo de 15 minutos para servir a merenda escolar, que é fornecida pela Semed, conforme rege o convênio Seduc/Seap. O lanche é servido na sala de aula, pois os alunos permanecem na sala durante todo o período de aula.

Por outro lado, há algumas singularidades⁴³, como a existência de elementos que, segundo Eliana Oliveira, pode-se chamar de "oficialmente antipedagógico", isto é, servem para instituir e reforçar um grau extremo de passividade do aluno frente à rotina institucional que lhes são impostas, instaurando uma "visão de controle social puro e simples como método educativo" (2003, p. 92). Tais como: a estrutura com grades, restrições no uso de materiais pedagógicos, revistas dos alunos antes e após as aulas, uso de aparelhos de contenção (algemas) na chegada e saída da escola. Mesmo que sejam definidas como regras de segurança, ainda assim concorrem para um tipo de "antipedagogia" que, talvez, não viabilize melhorias no ensino e na aprendizagem para além das que já acontecem na escola.

Durante a pesquisa, foram analisados os Planos de Ensino de todas as disciplinas, quando foram levantados dados relativos aos conteúdos, objetivos e o processo avaliativo. Observamos que os currículos trabalhados na escola penitenciária são os mesmos da escola sede, os quais estão sendo reestruturados para atender às propostas do Novo Ensino Médio.

Ao consultar os Planos de Ensino, notamos a ausência do Plano de Educação Física. Segundo S2, não há professor de Educação Física desde 2020, pois o professor que atuava na escola da unidade aposentou-se. Ela acrescentou que já foi solicitada a lotação de outro professor, mas que, até o momento, o pedido não foi atendido. Além disso, foi observado que não há quadra de esportes na unidade. Ressaltamos que a Educação Física é uma disciplina prevista na Base Nacional Curricular Comum (BNCC) do ensino fundamental e médio, e que a Lei de Execução Penal prevê áreas destinadas à prática esportiva (Brasil, 1984b).

A disciplina Educação Física é altamente valorizada pelos alunos. Uma

⁴² Em 2022, as aulas foram realizadas somente no turno matutino.

⁴³ Essas singularidades são determinações da Seap, objetivando minimizar os riscos relativos à segurança.

pesquisa realizada com as internas do CRF em Ananindeua – PA apontou que a prática de Educação Física tem impactos positivos no cárcere, como o resgate da autoestima, melhora o relacionamento interpessoal, redução do sedentarismo e aumenta a sensação de bem-estar. Por outro lado, de acordo com as internas, a falta de atividade física conduz ao aumento da tensão e da criminalidade. A prática esportiva pode desempenhar um papel importante na socialização das pessoas que estão encarceradas (Assunção *et al.*, 2021).

Em atendimento à proposta do Novo Ensino Médio, regulamentada pela Lei nº 13.415 (Brasil, 2017), a Seduc elaborou o “Caderno de Formação Geral Básica”, o qual orienta o currículo da EJA, visando ao comprometimento com a identidade e emancipação dos sujeitos, e ao atendimento aos princípios curriculares, como: a flexibilidade, interdisciplinaridade, pluralidade de saberes e linguagens, práxis, trabalho, movimentos sociais e a dialogicidade (Pará, 2021b).

Quanto à estrutura da EJA para as prisões no Pará, a Seduc orienta que seja seguido o formato de cronograma anual tradicional. O ensino médio, por exemplo, deve ser organizado por semestres e dividido em duas etapas de formação para conclusão do nível de ensino, totalizando 1.200h de formação geral básica e 800h de itinerâncias por áreas do conhecimento, totalizando a carga horária de 2.000h para a conclusão do ensino médio, distribuídas em 20 (vinte) semanas letivas semestrais (Pará, 2021b).

Ao dialogar com os professores sobre a implementação do Novo Ensino Médio, D6 informou que, no primeiro semestre de 2023, os professores participaram de capacitações organizadas pela Seduc, para orientá-los sobre as mudanças e demandas previstas para o Novo Ensino Médio. D6 acrescentou que os professores foram orientados a elaborarem os projetos itinerários formativos a serem aplicados no segundo semestre de 2023.

Na área das Linguagens e suas tecnologias, adotou-se o tema “Conhecendo um pouco mais da nossa história”, que envolve o estudo de fatos históricos de Santarém-PA, tendo como eixo norteador a exploração de personalidades que dão nomes às ruas do município, utilizando-se de práticas metodológicas como musicalidade, pintura com grafite e produção de folder em Língua Portuguesa e Inglesa. Já na área de Ciências da Natureza e suas tecnologias, definiu-se o tema “Fontes de energia e desenvolvimento

sustentável”. Nas Ciências Humanas e Sociais aplicadas, focalizou-se na temática “Diversidade Cultural no contexto amazônico”. E na área da Matemática e suas tecnologias, abordou-se o tema “Desenvolvendo a cidadania através da educação fiscal”, com o objetivo de formar cidadãos capazes de compreender a função social dos tributos e a importância de acompanhar a aplicação dos recursos públicos como prática do exercício da cidadania plena.

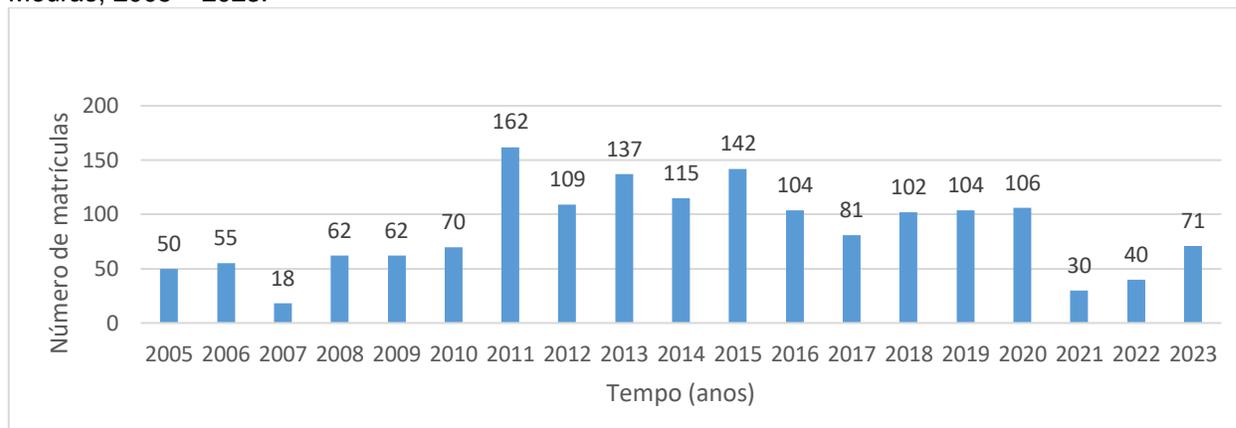
Notamos que os professores produzem quatro notas bimestrais ao longo do ano letivo, como forma de verificar o desempenho dos estudantes. Ao avaliar a aprendizagem dos alunos, eles ponderam sobre as questões decorrentes do cárcere, como fatores biopsicossociais, restrição de materiais didáticos, as diversas suspensões de aula e o tempo dedicado ao estudo, que é limitado ao horário de aula, pois os alunos não podem levar os materiais impressos para a cela. As atividades avaliativas ocorrem por meio da participação em sala de aula, frequência escolar, resolução de exercícios, testes, trabalho em dupla/grupo, avaliações bimestrais escritas, orais ou mistas.

Durante um Conselho de Classe, realizado em setembro de 2022, os professores relataram que alguns alunos estavam com dificuldade de aprendizagem, principalmente na leitura, escrita e na interpretação de texto. A pandemia causada pela Covid-19 e o período de afastamento da escola foram citados como principais causadores desse quadro. Observamos que os professores fazem adaptações para incluir todos os alunos nas atividades.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola penitenciária é fundamentado no arcabouço legal da EJA e no princípio da gestão democrática, o que pressupõe a participação de alunos e comunidade escolar nos processos decisórios da escola. Contudo, observamos que o PPP é construído pela equipe pedagógica e docente, e atualizado anualmente. Não se nota o envolvimento da comunidade escolar nos processos escolares. A comunicação com os familiares dos alunos é limitada e ocorre, geralmente, nos dias de visita familiar e/ou por meio dos advogados.

A partir de relatórios obtidos nas secretarias das escolas sedes, construímos o Gráfico 2, relacionando o ano e o número de matrículas realizadas. Ainda que as atividades educacionais no Crashm tenham sido implantadas em 1997, não foram localizados registros/relatórios de atividades/frequências anteriores a 2008.

Gráfico 2 – Evolução da oferta de vagas na educação formal na Escola Penitenciária Prof. Delson Afonso Mourão, 2005 – 2023.



Fonte: Elaborado pela própria autora a partir de dados dos Arquivos da Escola Penitenciária Prof. Delson Afonso Mourão, da Escola Municipal E. F. Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e Escola Estadual de E.F.E.M Prof.^a Terezinha de Jesus Rodrigues.

O Gráfico 2 mostra que o número de matrículas variou ao longo do tempo. Para fins de comparação, no ano de 2005, foram matriculados 50 alunos. Dois anos depois, esse número caiu para 18 alunos. Enquanto, em 2011, foram matriculados 162 alunos. Não conseguimos identificar justificativas para essas variações no período de 2005 a 2019. Entretanto é possível que, assim como no período de 2020 a 2023, essas variações tenham sido influenciadas por fatores que envolvem protocolos de segurança e estrutura.

Os números registrados no período de 2005 a 2019 são relativos às matrículas na educação básica, pois não foram localizados dados precisos sobre as atividades de alfabetização e ensino superior nesse período. A partir de 2020, incluímos os alunos do projeto “Tempo de Ler” e do ensino superior. Para complementar esse estudo, elaboramos a Tabela 2, que descreve a distribuição dos alunos por turma nos anos em que foi realizada a pesquisa.

Tabela 2 – Relação de alunos da educação formal da Escola Penitenciária Prof. Delson Afonso Mourão, no período de 2022 – 2023.

Série/Etapa	Nº de alunos em 2022	Nº de alunos em 2023
Alfabetização	08	00
3ª etapa ensino fundamental	00	14
4ª etapa ensino fundamental	09	14
1ª etapa do ensino médio	09	28
2ª etapa do ensino médio	04	11
Ensino superior	02	04
Total	32⁴⁴	71

Fonte: Elaborado pela própria autora a partir do Relatório educacional (2023).

No Crashm, além das atividades formais, são desenvolvidas algumas atividades complementares. As atividades complementares realizadas na escola em 2022 e 2023 foram o projeto “Remição pela Leitura”, cursos profissionalizantes e exames nacionais. A Tabela 3 permite observar a quantidade de apenados que participaram do projeto “Remição pela Leitura” desde o início de sua execução, em 2018.

Tabela 3 – Número de participantes no projeto “Remição pela Leitura” no Crashm⁴⁵

Ano	Nº
2018	23
2019	07
2020	0
2021	16 ⁴⁶
2022	0
2023	66

Fonte: Elaborado pela própria autora a partir dos Arquivos da Escola Penitenciária Prof. Delson Afonso Mourão.

⁴⁴ Em 2022, foram matriculados 40 alunos, no entanto oito deles foram desligados da escola: um aluno foi transferido para outra penitenciária, outro perdeu a vaga por indisciplina, dois receberam alvará de soltura, e quatro progrediram de regime (eles cumpriam pena em regime fechado, e passaram a cumprir pena no regime semiaberto). Isso se deve ao fato de que, em 2022, as vagas de estudo eram destinadas preferencialmente aos custodiados que cumpriam pena em regime fechado. Ao final do ano letivo de 2022, havia, portanto, 32 alunos. Ressalta-se que a partir de 2023, os alunos que progrediram de regime de cumprimento de pena continuaram estudando normalmente.

⁴⁵ Em 2020, não houve a execução do projeto, devido à pandemia causada pela Covid-19. Em 2022 o projeto não foi executado devido ao baixo efetivo de policiais penais, para acompanhar a entrega dos livros nas celas, e para retirar os alunos para fazerem o relatório da obra na escola.

⁴⁶ Em 2021, a turma do projeto de leitura era composta por 10 participantes que cumpriam pena em regime fechado. Conforme eles progrediam de regime de cumprimento de pena, ou seja, o regime semiaberto, eles deixavam de participar do projeto, sendo sua vaga ocupada, imediatamente, por outro apenado. Assim, em 2021, houve o total de 16 apenados que participaram do projeto.

O projeto “Remição pela Leitura”, no período de 2018 a 2021, foi executado em sala de aula, sob a coordenação de um professor de Língua Portuguesa. A proposta do trabalho consistia em oferecer uma obra literária por mês aos participantes, para que eles pudessem ler e produzir uma resenha. As resenhas eram avaliadas por uma comissão composta por servidores da Seduc e da Seap.

Com a aprovação da Resolução nº 391/2021 do CNJ, o projeto “Remição pela Leitura” foi reformulado em 2022, recebendo o nome “Projeto remição pela leitura: um caminho que liberta”. O projeto atual prevê a remição de pena por meio da leitura na cela. Com a implementação deste, houve a ampliação de participantes. Após o prazo para leitura, que é de trinta dias aproximadamente, os apenados são conduzidos à escola, para que desenvolvam um relatório. Com esta produção, os participantes do projeto podem receber quatro dias de remição de pena pelo estudo.

A leitura é uma atividade valorizada pelos apenados que, frequentemente, solicitam livros para ler na cela. No entanto, atualmente, no Crashm somente os participantes do projeto de leitura estão autorizados a receber livro na cela⁴⁷. Entendemos que:

A leitura tem sido uma fundamental fonte de conhecimento, poder e liberação para os homens negros, especialmente para vários homens negros que estão aprisionados. Simultaneamente, muitos homens negros responsáveis e desempregados são iletrados e não tem acesso a uma estrutura educacional que possa ensiná-los a ler e a escrever (Hooks; Ribeiro; Perry, 2015, p. 684).

Os alunos relataram experiências de internos que aprenderam a ler na cela com a ajuda de outros apenados, utilizando a Bíblia⁴⁸ como instrumento para ensinar a leitura e a barra de sabão/sabonete, para escrever em objetos, como na toalha de banho⁴⁹. A leitura em cela pode ser uma excelente ferramenta para ocupar o tempo ocioso, principalmente dos apenados que não estão envolvidos em nenhuma atividade no cárcere.

⁴⁷ Vale frisar que antes da intervenção penitenciária a leitura na cela era permitida.

⁴⁸ A Bíblia é o único livro autorizado a permanecer em todas as celas.

⁴⁹ Salienta-se que o uso de sabão em barra/sabonete para essa finalidade é proibido, pois é entendido como desperdício de materiais de higiene e limpeza.

Em relação aos cursos profissionalizantes⁵⁰, em 2022, foi realizado o curso de “Corte de cabelo masculino com máquinas”, com carga horária de 40 horas, ofertado pelo Senac a 20 participantes. Em 2023, foi executado o curso de “Técnicas básicas para barbeiro”, para complementar as aprendizagens adquiridas no curso de corte de cabelo masculino. A carga horária desse curso foi de 20 horas, ofertado também pelo Senac, a 20 participantes. Frequentemente, os apenados solicitam oportunidades para participar de cursos profissionalizantes, porém, assim como na educação formal, as vagas são limitadas.

Quanto aos exames nacionais, na escola penitenciária são realizados o Encceja PPL e o Enem PPL. O Encceja PPL é realizado, geralmente, no mês de outubro. É um exame que contribui para a elevação do nível escolar da população carcerária, pois permite a conclusão do ensino fundamental e/ou médio. Além disso, quando os participantes são certificados, eles podem receber o benefício da remição de pena pelo estudo. A Tabela 4 aponta o número de participantes no exame, no período de 2017 a 2022.

Tabela 4 – Quantidade de internos que participaram do Encceja PPL no Crashm

Ano ⁵¹	Nº de participantes Ens. Fund.	Nº de participantes Ens. Médio	Total de inscritos	Aprovados Ens. Fund	Aprovados Ens. Médio	Total de aprovados
2017	19	12	31	00	00	00
2018	13	13	26	02	02	04
2019	29	28	57	02	07	09
2020	32	30	62	06	13	19
2021 ⁵²	-	-	-	-	-	-
2022	48	29	77	10	09	19

Fonte: Elaborado pela própria autora a partir dos registros de arquivos e Plataforma Inep, 2023.

A Tabela 4 mostra que houve aumento na quantidade de participantes no exame ao longo do tempo. Na coluna com a descrição “Total de aprovados”, observamos que o número de participantes aprovados também aumentou. Em 2017, nenhum

⁵⁰ Não foram localizados na secretaria da escola documentos com informações concretas sobre a realização dos cursos profissionalizantes ao longo do tempo. Assim apresentamos apenas as informações de cursos realizados durante a pesquisa.

⁵¹ Os resultados disponíveis na base de dados do Inep sobre o Encceja PPL são a partir de 2017.

⁵² Em 2021, não houve aplicação do Encceja devido à pandemia causada pela Covid-19.

participante foi aprovado, enquanto que, em 2022, 19 deles obtiveram aprovação. A aplicação de exames nacionais no cárcere é uma atividade valorizada pelos apenados, contudo, é importante refletir sobre em que condições ela ocorre.

No Crashm, como os apenados não recebem livros e/ou curso preparatório para realizar o exame, atualmente, a aprovação é resultado dos conhecimentos prévios. Durante o exame, observamos que os alunos se esforçaram para responder às questões, alguns relataram que não possuíam o hábito da leitura, pois estavam há muito tempo fora da escola. Esse esforço, segundo eles, “causa dor de cabeça”, o que reduz a capacidade de concentração para responder às provas.

Para obter aprovação no Encceja, os participantes precisam alcançar, no mínimo, 100 pontos em cada uma das áreas de conhecimento da prova e, no mínimo, 5 pontos na redação (Brasil, 2019b). Caso o participante não alcance os 100 pontos em uma ou mais áreas de conhecimento, ele poderá ser inscrito novamente no ano seguinte, e, na próxima aplicação do exame, o participante é inscrito somente nas provas em que o resultado foi insuficiente. Dessa forma, a tendência é a de que, com o passar do tempo, o número de aprovações no Encceja aumente.

Apesar dos benefícios provenientes do Encceja PPL, entendemos que o exame não deve simplesmente substituir a educação básica. Acreditamos que, na falta da EJA, o ideal seria que os alunos ao menos participassem de cursos preparatórios para realizar o exame. Dessa forma, certamente eles teriam mais chances de aprovação, além disso, eles teriam outros benefícios proporcionados pela educação como a troca de experiências e aquisição do conhecimento.

Outro exame aplicado na escola é o Enem PPL. Os apenados que fazem as provas são, preferencialmente, aqueles que já concluíram o ensino médio e os alunos que cursam a 2ª etapa do ensino médio na escola penitenciária no momento da inscrição no exame. Na tabela 5, estão relacionadas as quantidades de apenados que participaram do Enem PPL, no período de 2016 a 2022.

Tabela 5 – Quantidade de internos que participaram do Enem PPL no Crashm.

Ano de aplicação do exame⁵³	Nº participantes no Enem PPL	Nº de participantes com média acima de 450 pontos	% de participantes com média acima 450 pontos
2016	46	13	28,26
2017	40	08	20,00
2018	48	18	37,50
2019	63	25	39,68
2020	41	12	29,27
2021	40	04	10,00
2022	80	26	32,50

Fonte: Elaborado pela própria autora a partir dos registros de arquivo e Plataforma Inep, 2023.

Ao analisar a Tabela 5, notamos que o percentual de participantes que atingiram a nota de corte mínima estabelecida pelo Programa Universidade para Todos (Prouni) ⁵⁴, no ano de 2022, é relativamente alto, tendo em vista que a maioria deles realizaram o exame sem ter revisado nenhum material didático⁵⁵. Observamos que os maiores índices de obtenção da nota de corte ocorreram em 2018 e 2019, quando havia cursos preparatórios para realizar o exame.

O Enem PPL é visto como porta de acesso ao ensino superior, o que faz com que os participantes se esforcem para obter, pelo menos, a nota mínima de corte, a qual também é usada como critério de remição de pena pelo estudo, a depender da apreciação do judiciário e do Ministério Público.

Existem inúmeras possibilidades de atividades complementares que podem ser desenvolvidas no cárcere, mas é preciso adequá-las à realidade de cada Unidade Prisional. No caso do Crashm, as atividades existentes foram selecionadas, considerando as questões de segurança e espaço físico da escola. Como na escola da unidade há a oferta de educação básica e de ensino superior, as atividades não formais

⁵³ Os resultados disponíveis na base de dados do Inep sobre o Enem PPL são a partir de 2016.

⁵⁴ As inscrições dos apenados no ProUni ocorrem através das notas do Enem PPL. Para tanto, os candidatos precisam alcançar no mínimo 450 pontos em média, que é calculada sobre as notas das provas e redação. Além disso, o participante não pode ter tirado zero na redação do Enem e nem ter participado do exame na condição de treineiro (Grangeiro, 2023).

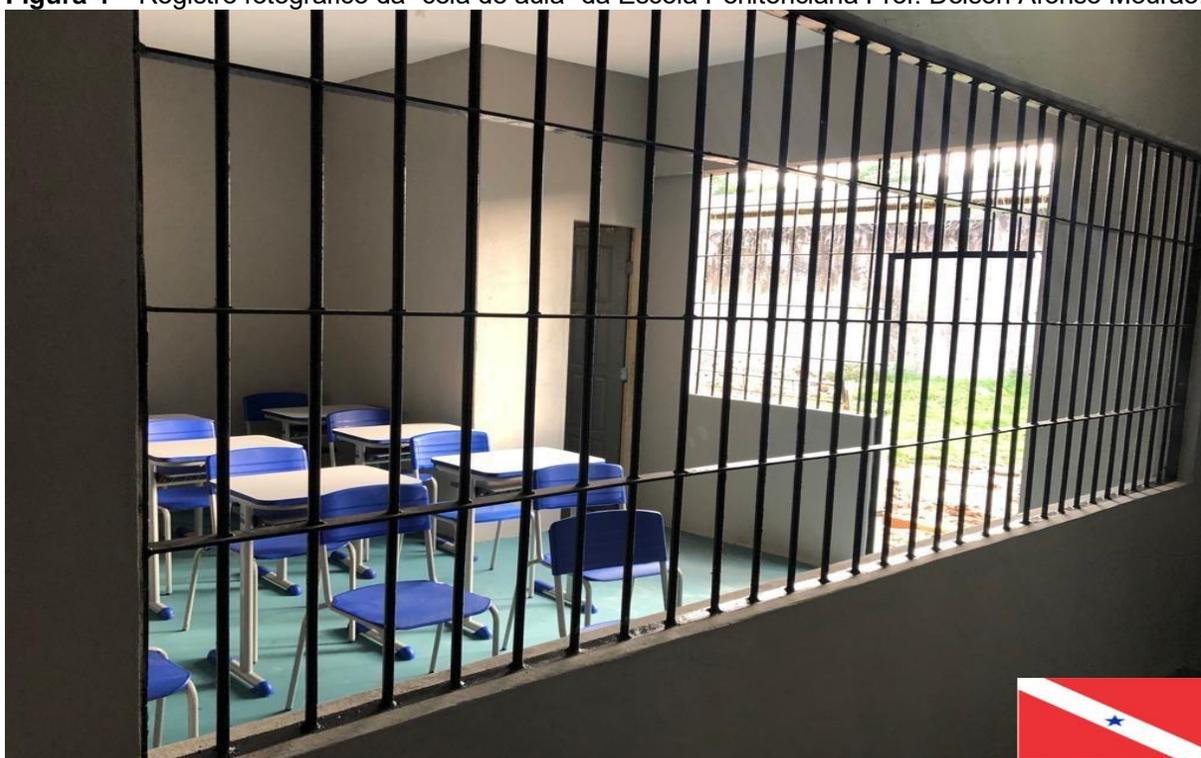
⁵⁵ Segundo relatos dos alunos, antes da intervenção, os apenados tinham livre acesso à leitura na cela. É possível que o acesso à leitura reflita diretamente nos resultados alcançados. Além disso, havia turmas específicas para prepará-los para o Enem PPL. A partir de 2020, a quantidade de vagas de estudo foi reduzida. Devido a isso, no momento da enturmação, priorizou-se a educação formal, assim, as aulas preparatórias para o Enem PPL passaram a ser ofertadas aos alunos da 2ª etapa do ensino médio concomitantemente com as aulas.

foram trabalhadas de forma secundária. Desse modo, ao se fazer um planejamento sobre a oferta de educação para o cárcere, é preciso compreender os fatores internos que podem impactar diretamente no andamento do trabalho. A partir daí, será possível planejar e executar as atividades, conforme o que foi previsto.

3.1.1 Reflexões sobre a “Cela de aula”

Nesta subseção, serão apresentadas algumas reflexões construídas a partir dos relatos dos professores a respeito das adaptações realizadas na escola, as quais deixaram as salas de aula com aparência de cela, o que remete ao termo "cela de aula", utilizado por algumas pessoas em tom jocoso, e, por outras, de forma crítica. Houve professores que expressaram oposição à reforma, pois não se sentem ameaçados pelos alunos. Por outro lado, alguns professores avaliam a mudança de forma positiva. Na figura 4, apresentamos a imagem da sala de aula ou “cela de aula” da Escola Penitenciária Prof. Delson Afonso Mourão.

Figura 4 – Registro fotográfico da “cela de aula” da Escola Penitenciária Prof. Delson Afonso Mourão.



Fonte: Pesquisa de campo, 2022-2023.

Durante as aulas, percebemos que os professores se direcionavam aos alunos tocando na grade. Ao observar repetidamente essa ação, tivemos a impressão de que os professores que estariam “presos”, pois são impedidos de interagir com os alunos de forma aproximada. Os estudantes, por sua vez, colocados na condição de pessoa privada de liberdade, aceitavam passivamente o fato de estarem numa “cela de aula”.

Em entrevista com D6, obtivemos o relato de que a existência da grade entre alunos e professores, ainda que seja visto como um instrumento de segurança, consiste em uma barreira, que dificulta o trabalho pedagógico, “cada aluno tem suas necessidades, seu ritmo, alguns têm vergonha de perguntar, de tirar dúvida”. Para D6, o ideal seria que os docentes pudessem ir até os alunos. “De modo geral, a grade tem duas funções, a de nos dar segurança, e outra de, pedagogicamente, nos tirar o acesso, a proximidade, como é nas escolas regulares”, concluiu.

Certa vez, um aluno perguntou: “vocês devem ver a gente como animais, né?” (A19). O comentário se refere à presença das grades nas salas de aula, que, para ele, são dispensáveis, já que valoriza os estudos, e por não ter, segundo ele, a intenção de se prejudicar durante o cumprimento de sua pena. Certamente, ele compreende as grades como algo desnecessário. Todavia, ao invés de criticar a estrutura, nos fez pensar em como as grades são contraditórias com o ambiente escolar.

Em seguida, dialogamos com D3, que fez uma contextualização histórica, comparando o modelo de sala de aula anterior à reforma com a atual. Para D3, “o espaço escolar, sem grades, assegurava uma educação humanizada”. Quanto à estrutura anterior, os alunos podiam circular entre os espaços de sala de aula, “nesse sentido havia uma fragilidade na segurança”.

D3 destacou que houve um período em que o procedimento de segurança foi o ideal: “foi após a intervenção, e antes da reforma, os policiais penais faziam a segurança internamente. Eles ficavam circulando no corredor da escola, e os alunos ficavam em sala de aula, em contato com o professor”. Para D3, esse formato era suficiente para garantir a segurança dos professores e a disciplina dos alunos. D3 compreende a dimensão da segurança, “sobretudo considerando a possibilidade de ocorrerem rebeliões ou massacres, como aqueles que vimos nos últimos anos na Região

Norte (Altamira, Manaus)⁵⁶”, mas compreende a reestruturação da escola como um modelo previsto para os sistemas de segurança máxima, não para a escola do Crashm.

D3 complementou que a estruturação em formato de “celas de aula” impede o contato do professor com o aluno, ferindo o princípio da humanização. Ele relatou que não haveria problema algum se pudesse estar dentro de um mesmo espaço com os alunos, “tocando suas mãos, e, às vezes, até abraçando. Os alunos são pessoas carentes de conhecimento e afetivamente, há uma carência total, os familiares estão distantes”. Ele finalizou informando que “o professor trabalha o campo da formação, da educação, mas também trabalha o campo humano”.

Os alunos que se encontram em situação de privação de liberdade esperam mais do que um serviço eficiente de tarefas tecnicamente preparadas (Voirin, 1972). Fazer-se presente na vida de um aluno com dificuldade pessoal e social é tarefa primordial de um educador que aspire assumir um papel realmente emancipador na existência de seus educandos (Costa, 1991).

Apesar dos relatos desfavoráveis às adaptações na estrutura da escola, houve professores que se posicionaram a favor da mudança, como D8, que avalia o novo formato de sala de aula de forma positiva. Ele descreveu um episódio em que foi surpreendido por um aluno durante a aula, em novembro de 2019:

“Fui alvo, infelizmente, aconteceu algo desagradável comigo, numa aula, pela manhã, numa determinada turma. Como em todas as minhas aulas, eu sempre tiro um momento no início das aulas para falar sobre cidadania, um momento de reflexão, como forma de motivação, para depois aplicar os conteúdos. Depois da explicação dos conteúdos, os alunos começaram a fazer suas atividades. E, de repente, um aluno se levanta, e, como eu estava distraído, corrigindo provas, ele passou por trás de mim, e nesse momento, automaticamente me deu uma ‘gravata’. Meu instinto foi de arriar meus braços, não reagi, não esbocei nenhuma reação. Eu fui no ritmo dele, e perguntei: tá, mas o que você está querendo com isso? E ele me disse: calma professor, relaxa, o senhor tá com medo é? E eu disse: não é questão de medo, estamos passando por um processo de intervenção e você fazendo isso? Ele me soltou. Ele era um aluno que não tinha respeito, vivia saindo da sala de aula”.

⁵⁶ Sobre os massacres em Altamira e Manaus, ver: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/29/politica/1564416995_796203.html; e <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2019/06/04/40percent-dos-mortos-em-massacres-em-manaus-eram-presos-provisorios-diz-governo-do-amazonas.ghtml>. Acesso em: 05 abr. 2023.

Perguntamos a D8 o que foi feito administrativamente sobre o fato. D8 respondeu que repassou o caso para o responsável pelo setor pedagógico, mas que não foi feito nenhum registro, o que, na opinião de D8, foi um grande erro. D8 acredita que as grades não interferem no ato de ensinar, e que, como os professores são regidos por protocolos de segurança, o Estado é quem deve pensar sobre a estrutura da escola penitenciária.

Para finalizar, conversamos com D7, que iniciou seu relato fazendo um comparativo sobre antes e após a intervenção penitenciária. D7 acredita que a colocação das grades foi importante, porque os professores ficam vulneráveis, já que não conhecem as intenções e os crimes praticados pelos alunos. Enquanto profissional, D7 afirmou que ministra as aulas normalmente, e não considera as grades um empecilho na relação ensino-aprendizagem.

Os relatos indicam, portanto, concepções ambivalentes. Compreendemos que a colocação das grades nas salas de aula pode ser vista como uma barreira no processo educativo. Essa visão é sustentada pela ideia de que as grades interferem na proximidade e na interação entre professores e alunos, dificultando o estabelecimento de vínculos afetivos e a realização de um trabalho pedagógico mais próximo e humano (Costa, 1991). Por outro lado, a colocação das grades permitiu ampliar o número de vagas de estudo e reduzir a sensação de insegurança causada pela insuficiência de policiais penais para atender às demandas educacionais da Unidade Prisional.

A “cela de aula” ou sala de aula da prisão são nomeações de um espaço físico que implica em concepções distintas sobre um conjunto de relações que possibilitam oportunidades e experiências sociais diferentes aos alunos. As experiências vividas na sala de aula, que em outros lugares dentro da prisão não são vivenciadas, talvez proporcione uma “trégua” entre os internos (Leme, 2007), ou seja, apesar da rigorosidade aplicada no cárcere, há na escola uma certa flexibilização no tratamento penitenciário.

3.2 Perfil dos Alunos

O perfil dos alunos da Escola Penitenciária Prof. Delson Afonso Mourão foi traçado a partir de dados coletados no Questionário Socioeconômico. Os resultados foram utilizados para fazer uma análise comparativa de elementos identificadores do

perfil em três escalas. A primeira escala é a local, baseada nos dados coletados no “Questionário Socioeconômico”. A segunda e a terceira escalas são referentes aos dados estaduais e nacionais, respectivamente, com base nos relatórios do Depen.

Os dados foram organizados em tabelas, nas quais fizemos a comparação percentual e numérica, considerando as seguintes categorias preestabelecidas no relatório do Depen: “faixa etária”, “raça/cor/etnia”, “estado civil” e “escolarização”. Esse tipo de análise permite visualizar os padrões quantitativos e qualitativos, e verificar se essas três realidades são recorrentes. Outras categorias como “município de origem”, “composição familiar” e “renda” não foram analisadas comparativamente, pois não são disponibilizadas nos relatórios do Depen.

Inicialmente, foram levantados dados referentes à faixa etária dos alunos. A Tabela 6 mostra a distribuição dos grupos, seguindo as definições de faixas etárias presentes nos relatórios do Depen. A partir da Tabela 6, observamos que a maioria dos encarcerados estão em duas faixas etárias diferentes: os alunos estão, em sua maioria, na faixa etária de “30 anos a 34 anos” (34,37%), enquanto que a população carcerária do Pará e no Brasil está, majoritariamente, agrupada na faixa etária de “25 anos a 29 anos”, correspondendo a 29,26%, e 20,30%, respectivamente.

Tabela 6 – Distribuição por faixa etária

Faixa etária	Alunos da Escola Penitenciária		Pará		Brasil	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
De 18 anos a 24 anos	7	21,87	5542	28,10	136293	16,49
De 25 anos a 29 anos	3	9,38	5770	29,26	167829	20,30
De 30 anos a 34 anos	11	34,37	3568	18,10	137619	16,64
De 35 anos a 45 anos	9	28,13	3223	16,35	179152	21,67
De 46 anos a 60 anos	2	6,25	1169	5,93	70233	8,50
De 61 anos a 70 anos	0	0,00	380	1,93	11966	1,45
Mais de 70 anos	0	0	38	0,19	2746	0,33
Não informados	0	0	28	0,14	120902	14,62
Total	32	100,00	19718	100,00	826740	100,00

Fonte: Elaborado pela própria autora a partir do Questionário Socioeconômico e Relatórios do Depen (Brasil, 2022a).

Para sinalizar a fase da vida em que os grupos em estudo se concentram, analisamos os estudos desenvolvidos na Teoria do Desenvolvimento Psicossocial⁵⁷, que compreende que as fases da vida vão além de uma sucessão biologicamente determinada, de processos neurofisiológicos, descreve-se, porém, os passos cruciais de maturação do ego na sua relação com o meio social (Veríssimo, 2002). Com base nos dados apresentados na Tabela 6, verificamos que os grupos estudados estão, em sua maioria, nas faixas etárias de 18 anos a 45 anos de idade. De acordo com a Teoria do Desenvolvimento Psicossocial, essa faixa etária corresponde ao sexto estágio da vida, a fase jovem adulto, que vai dos 18 anos aos 40 anos, fase que envolve, além do interesse profissional, o desenvolvimento das relações profundas e duradouras.

Em seguida, analisamos a categoria cor/raça/etnia. Buscamos conhecer, mediante o critério de autoclassificação, a predominância de cor/raça/etnia entre os alunos. Assim, após comparação dos dados com a população paraense e nacional, foi possível identificar a existência de um padrão entre os grupos estudados. Os dados correspondentes são apresentados na Tabela 7.

Tabela 7 – Distribuição por cor/raça/etnia

Cor/Raça/Etnia	Alunos da Escola Penitenciária		Pará		Brasil	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Branca	8	25	4244	21,52	197084	23,85
Preta	6	18,75	4923	24,96	106677	12,90
Parda	17	53,12	10224	51,85	335356	40,56
Amarela	0	0	216	1,10	7139	0,86
Indígena	0	0	9	0,05	1603	0,19
Não quero declarar	1	3,13	102	0,52	178881	21,64
Total	32	100,00	19718	100,00	826740	100,00

Fonte: Elaborado pela própria autora a partir do Questionário Socioeconômico e Relatórios do Depen (Brasil, 2022a).

Para definir o percentual de cor/raça/etnia, foram somadas a população de pretos e pardos. Esse critério de análise é justificado em função do tratamento

⁵⁷ A Teoria do Desenvolvimento Psicossocial, cunhada por Erik H. Erikson (1902 – 1994), divide o ciclo de vida humana em oito fases, e parte da compreensão de que o desenvolvimento humano é um processo é influenciado pelas experiências vividas, por fatores sociais, culturais, econômicos e políticos (Veríssimo, 2002).

inferiorizado e desigual com que são, geralmente, vitimadas pessoas pretas e pardas, cuja tonalidade de pele não os distingue de tratamentos racialmente discriminatórios (Guimarães, 2011). Dessa forma, podemos dizer que a maioria da população carcerária é de pessoas negras, tanto entre os alunos da escola penitenciária em estudo (71,87%), como a população carcerária das penitenciárias do Pará, que totalizam 76,81%, e nas penitenciárias do Brasil, que corresponde a 53,46%.

Notamos o elevado percentual de pessoas negras em situação de privação de liberdade no Pará, em comparação com a população carcerária do Brasil. Essa disparidade também é verificada nos estudos que se referem à população de modo geral, os pretos e pardos representam 77% da população total dos estados do Pará, Bahia e Maranhão, mas apenas 16% da população do estado de Santa Catarina, por exemplo, que é um estado mais rico, situado na região Sul do Brasil (Freire *et al.*, 2018, p. 62). As diferenças entre o Norte e o Sul do Brasil são sociorraciais, e, em razão disso, socioeconômicas.

No Pará, o acesso a serviços é significativamente menor do que a média nacional, especialmente em relação ao fornecimento de água (73% versus 93%) e à conexão a redes de esgoto (29% versus 50%). Da mesma forma, quase 64% das famílias paraenses vivem em favelas, mais do que o dobro da média nacional (34%). Além disso, o desemprego também é mais acentuado no estado (16% versus 6%). No entanto, as condições desiguais do Pará tornam-se mais visíveis quando comparadas com Santa Catarina, um estado predominantemente branco do Sul do país, que tem a menor concentração de afrodescendentes do Brasil (16%). Ao passo que, em Santa Catarina, o acesso à água é quase universal, no Pará um quarto da população não tem acesso regular a esse serviço (padrões semelhantes são observados em relação à eletricidade, a redes de esgoto e ao acesso a computadores e à internet). A população residente em favelas no Pará é quase três vezes a proporção de Santa Catarina (64% versus 25%), e a taxa de analfabetismo é quase duas vezes maior (11% versus 6%) (Freire *et al.*, 2018, p. 62-63).

No início do século XX, intelectuais públicos atribuíram a marginalização do Norte ao componente miscigenado e negro da população (Albuquerque Jr., 2014 apud Freire *et al.*, 2018). Historicamente, o racismo foi se rearticulando para manter as injustiças sociais sobre o povo negro. O Código Criminal do Império do Brasil, lei de 16 de dezembro de 1830, aplicava penas abusivas e exclusivas aos negros escravizados, Art. 60:

Se o réu for escravo, e incorrer em pena, que não seja a capital, ou de galés, será condenado na de açoutes, e depois de os sofrer, será entregue a seu senhor, que se obrigará a trazê-lo com um ferro, pelo tempo, e maneira que o Juiz designar. O número de açoutes será fixado na sentença; e o escravo não poderá levar por dia mais de cinquenta (Brasil, 1886, revogado pela Lei nº 3.310, de 1886).

O sistema de justiça criminal, portanto, tem profunda conexão com o racismo, funcionando como um sistema de opressão, de modo a garantir a manutenção do racismo e as desigualdades baseadas na hierarquização racial (Borges, 2019). A violência contra os negros, no Brasil, é uma realidade que se perpetua na história. Uma pesquisa realizada pelo Instituto Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), publicada no Atlas da violência, mostra que:

Em 2019, os negros (soma dos pretos e pardos da classificação do IBGE) representaram 77% das vítimas de homicídios, com uma taxa de homicídios por 100 mil habitantes de 29,2. Comparativamente, entre os não negros (soma dos amarelos, brancos e indígenas) a taxa foi de 11,2 para cada 100 mil, o que significa que a chance de um negro ser assassinado é 2,6 vezes superior àquela de uma pessoa não negra. Em outras palavras, no último ano, a taxa de violência letal contra pessoas negras foi 162% maior que entre não negras (Brasil, 2021d, p. 49).

No Brasil, é o próprio Estado que formula, corrobora e aplica um discurso e políticas de que negros são indivíduos pelos quais deve-se nutrir de medo e, portanto, sujeitos à repressão (Borges, 2019). Apesar da abolição da escravatura, é o estereótipo formulado no período pós-abolicionista que seguirá eternizando uma lógica de exclusão, e, conseqüentemente, o extermínio da população negra brasileira.

As conseqüências disso, se expressam nas mais diversas esferas, na total ausência de políticas cidadãs e de direitos, como falta de saneamento básico, saúde integral e empregos dignos; seja pelo caráter simbólico de representação do negro na sociedade como violento, lascivo e agressivo, alimentando medo e desconfiança e culminando em mortes simbólicas, pela aculturação, pela assimilação e pelo epistemicídio, até as mortes físicas, que se estabelecem por violência, torturas, encarceramento e mortes (Borges, 2019, p. 40).

Em outras palavras, o racismo é uma ideologia que atravessa o tempo e acompanha o desenvolvimento e as transformações históricas da sociedade brasileira (Borges, 2019). Assim, a reprodução de hierarquias raciais determina o funcionamento real do sistema penal e de outros sistemas sociais, fazendo da cor/raça/etnia um

dispositivo de regulação que nos apresenta condições efetivas de favorecimento de grupos e de desfavorecimento de outros (Flauzina; Pires, 2020).

O encarceramento exerce um impacto significativo nas dinâmicas familiares, muitas vezes desencadeando desafios emocionais, sociais e econômicos. Quando um membro da família está preso, as relações podem ser profundamente afetadas pela separação física e pela incerteza do futuro. Os cônjuges podem enfrentar dificuldades financeiras devido à perda de renda e ao aumento das responsabilidades familiares, enquanto os filhos podem lidar com o estigma e o constrangimento associados à prisão de um pai ou mãe. Além disso, a falta de contato regular pode prejudicar o desenvolvimento emocional das crianças, tornando-se uma barreira para a construção de vínculos saudáveis (Borges, 2019).

Para obter informações sobre as características familiares, perguntamos aos alunos seu estado civil. Essa pergunta gerou dúvidas entre alguns participantes. Eles relataram que, com o início da pandemia em 2020, receberam poucas ou nenhuma visita. O aluno "A4", por exemplo, marcou inicialmente a opção "casado", em seguida, desconsiderou a resposta, e selecionou a opção "Outro" e, no campo "Qual", escreveu "abandonado". A Tabela 8 apresenta os resultados referentes ao estado civil dos alunos, da população carcerária do Pará e do Brasil.

Tabela 8 – Distribuição por estado civil

Estado Civil	Alunos Escola Penitenciária		Pará		Brasil	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Solteiro	21	65,61	8139	41,28	372712	45,08
União estável	2	6,25	7554	38,31	167954	20,32
Casado	4	12,50	2976	15,09	65881	7,97
Separado	2	6,25	204	1,03	6318	0,76
Divorciado	0	0,00	230	1,17	11175	1,35
Viúvo	1	3,13	157	0,80	3848	0,47
Outro	1	3,13	0	0,00	0	0,00
Não informado	1	3,13	458	2,32	198852	24,05
Total	32	100,00	19718	100,00	826740	100,00

Fonte: Elaborado pela própria autora a partir do Questionário Socioeconômico e Relatórios do Depen (Brasil, 2022a).

A visita de familiares é fundamental, pois ajuda a preservar e a estreitar as relações da pessoa privada de liberdade com a família e a sociedade, pelo fato de que o

processo de (re)socialização requer apoio familiar durante e após o cárcere (Ferrari, 2021). De acordo com a tabela 8, tanto os alunos da escola penitenciária (65,61%) quanto a população carcerária do Pará (41,28%) e do Brasil (45,08%) são, predominantemente, de pessoas solteiras.

A Tabela 9 apresenta informações sobre o perfil educacional da população carcerária do Crashm, das penitenciárias paraenses e do Brasil 2022.

Tabela 9 – Perfil educacional das pessoas privadas de liberdade no Crashm, no Pará e no Brasil.

Nível Escolar	Crashm		Pará		Brasil	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Analfabeto	46	4,93	1251	6,34	18846	2,26
Alfabetizados sem cursos regulares	10	1,07	1697	8,61	31684	3,81
Ensino Fundamental Incompleto	533	57,06	8039	40,77	315613	37,92
Ensino Fundamental completo	46	4,93	3378	17,14	80214	9,63
Ensino médio incompleto	122	13,05	2593	13,15	113326	13,62
Ensino médio completo	90	9,64	2156	10,93	80962	9,73
Ensino superior incompleto	13	1,39	231	1,17	8931	1,07
Ensino superior completo	5	0,54	122	0,62	5380	0,65
Ensino acima de Superior Completo	0	0,00	4	0,02	317	0,04
Não informado	69	7,39	247	1,25	177022	21,27
Total	934	100,00	19718	100,00	832295	100,00

Fonte: Elaborado pela própria autora a partir do Relatório educacional do Crashm (2022) e relatórios do Depen (Brasil, 2022a).

A Tabela 9, permite compreender que a maioria da população carcerária do Crashm (63,06%), assim como do Pará (55,72%) e a do Brasil (43,99%) não concluiu o ensino fundamental, corroborando o entendimento de que a educação formal deve ser ofertada no cárcere como prioridade e em larga escala. Observamos também que o percentual de internos com escolarização mais elevada é, expressivamente, menor. Entendemos, portanto, que a maioria da população carcerária é formada por pessoas de baixa escolaridade.

Na Tabela 10, apresentamos informações sobre a naturalidade dos participantes, no intuito de compreender se eles estão próximos de seu meio social e familiar, conforme previsto em lei (Brasil, 1984b). A partir da tabela, observamos que a maioria dos participantes são do Pará, portanto, estão próximos de sua residência

(81,25%), sendo a maioria oriundos de Santarém (28,13%), e uma minoria é originária do Estado do Amazonas (18,75%).

Tabela 10 – Distribuição de alunos por cidade de origem.

Cidade/Estado	Nº	%
Alenquer – PA	03	9,37
Itaituba – PA	02	6,25
Monte alegre – PA	02	6,25
Óbidos – PA	05	15,62
Oriximiná – PA	02	6,25
Prainha – PA	02	6,25
Santarém – PA	09	28,13
Terra santa – PA	01	3,13
Itacoatiara – AM	01	3,13
Manaus – AM	04	12,49
Parintins – AM	01	3,13
Total	32	100,00

Fonte: Elaborado pela própria autora a partir do Questionário Socioeconômico.

Em seguida, perguntamos aos alunos se eles têm filhos. Verificamos que 26 participantes são pais, enquanto 6 participantes não são. Dos 26 participantes que são pais, solicitamos informações sobre a quantidade de filhos. Observamos, na tabela 11, que a maioria deles possuem dois filhos, representando o percentual de 34,62% do total de participantes.

Tabela 11 – Quantidade de filhos, de acordo com as informações dos 26 alunos que possuem filhos.

Quantidade de filhos	Nº	%
01 filho	08	30,76
02 filhos	09	34,62
03 filhos	01	3,85
04 filhos	03	11,54
05 filhos ou mais	05	19,23
Total	26	100,00

Fonte: Elaborado pela própria autora a partir do Questionário Socioeconômico.

Para finalizar o levantamento de dados sobre a composição familiar, perguntamos aos alunos a quantidade de pessoas que moram em sua residência. A Tabela 12 mostra que a maioria deles viviam com cinco ou mais pessoas, o que corresponde a 59,37%.

Tabela 12– Quantidade de pessoas que moravam na residência dos alunos.

Quantidade de pessoas	Nº	%
Morava sozinho	01	3,13
01 pessoa	00	0,00
02 pessoas	02	6,25
03 pessoas	05	15,62
04 pessoas	05	15,63
05 ou mais pessoas	19	59,37
Total	32	100,00

Fonte: Elaborado pela própria autora a partir do Questionário Socioeconômico.

Para conhecer a classe social⁵⁸ [especificamente tomando como variável central os rendimentos econômicos] dos alunos, levantamos dados sobre a renda familiar. Na tabela 13, observamos que a maioria dos familiares dos alunos recebem até dois salários mínimos (56,25%). Ressaltamos que 10 alunos não souberam informar a renda familiar, provavelmente pela falta de contato com a família.

⁵⁸ Essa questão, foi abordada superficialmente, por compreender-se que alguns participantes provavelmente não teriam informações mais específicas sobre as condições em que seus familiares vivem, caso foi utilizado um método como o proposto pela Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (Abep). Visto que, nesse caso, seria necessário levantar indicadores mais específicos, relativos ao poder de compras da família, como: renda familiar, escolaridade, utilização de serviços públicos essenciais, posse e quantidade de bens de conforto doméstico, que caracterizam, em seu conjunto, o construto de renda permanente, características da localidade do domicílio, abastecimento por água, rede de esgoto (Kamakura; Mazzon, 2016).

Tabela 13 – Distribuição da renda familiar dos alunos⁵⁹.

Renda familiar	Nº	%
Até 02 salários mínimos	18	56,25
Mais de 2 a 5 salários mínimos	00	0,00
Mais de 5 a 10 salários mínimos	02	6,25
Mais de 10 a 20 salários mínimos	00	0,00
Mais de 20 salários mínimos	00	0,00
Não sei informar	10	31,25
Não quero informar	02	6,25
Total	32	100,00

Fonte: Elaborado pela própria autora a partir do Questionário Socioeconômico.

Os resultados indicam que a maioria dos alunos são provenientes de camadas populares pobres, alguns de famílias que podemos chamar de paupérrimas, resultando em uma clara disparidade entre as classes. Apenas dois alunos têm familiares que recebem entre cinco e dez salários mínimos, enquanto outros doze não souberam/não quiseram informar.

Os dados da Tabela 13 mostram que o sistema prisional brasileiro frequentemente é descrito como um complexo de desigualdades gritantes, onde a falta de recursos, condições precárias e superlotação transformam muitas prisões em ambientes que mais parecem com campos de concentração para pobres (Wacquant, 1999), em que a ausência de acesso adequado à saúde, educação e oportunidades de recuperação perpetuam um ciclo vicioso de marginalização.

Analisamos também a localização da residência dos participantes, e identificamos que 21 alunos viviam na zona urbana, ou seja, a maioria, o que corresponde a 65,63%. Além disso, vimos que 08 alunos (25%) são provenientes da zona rural, e que 03 alunos moravam em comunidades quilombolas (9,4%).

Perguntamos aos participantes qual o tipo de residência em que eles moravam. De acordo com a Tabela 14, a maioria dos alunos, no total de 15 participantes, moravam em residência familiar (46,88%).

Tabela 14 – Tipo de residência que os alunos moravam

⁵⁹ A as categorias de distribuição de renda foi apresentada de acordo com as categorias definidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (Brasil, 2000b).

Tipo de residência	Nº	%
Própria e quitada	09	28,12
Própria em pagamento (financiada)	01	3,13
Alugada	05	15,63
Cedida	02	6,25
Familiar	15	46,87
Morava na rua	00	0,00
Outra	00	0,00
Total	32	100,00

Fonte: Elaborado pela própria autora a partir do Questionário Socioeconômico.

Para concluir o levantamento de informações socioeconômicas, perguntamos aos alunos se eles estudaram na escola pública/privada. A maioria deles, no total de 24 alunos (75%), estudou apenas em escolas públicas. Verificamos também que 05 alunos nunca haviam estudado, e que 03 alunos estudaram a maior parte em escolas públicas. Não houve registros de alunos que estudaram, exclusivamente, em escolas particulares ou na maioria em escolas particulares.

Após analisarmos esses dados é possível dizer que o perfil predominante dos alunos que estudam na Escola Penitenciária Prof. Delson Afonso Mourão é de jovens adultos, negros, solteiros, de baixa escolaridade, santarenos, pais de dois filhos, com composição familiar de cinco ou mais membros, com renda familiar de até dois salários mínimos, moradores da zona urbana, em residência familiar e que estudaram na escola pública. Desse modo, a segunda hipótese definida para o estudo sobre o perfil socioeconômico dos alunos se confirma.

3.3 Percepções dos alunos sobre a educação no cárcere

Nesta subseção, serão apresentadas as análises dos relatos alunos coletados no questionário pedagógico e na roda de conversa. Os resultados obtidos foram transcritos e copiados no *Word Art* para fazer a contagem dos termos e formação de uma nuvem de palavras (Figura 5). Foram excluídas algumas palavras sem relevância para a

3.3.1 A importância da educação para a vida dos alunos

A educação no cárcere é desenvolvida numa perspectiva transformadora, humanizadora e libertadora, uma forma de ultrapassar as barreiras da educação hegemônica que, por atender aos interesses da classe dominante, pressupõe a perpetuação da contradição opressor-oprimido nas relações sociais e de trabalho (Freire, 1987).

Contrariamente a essa perspectiva, a expressão do poder punitivo pode comprometer ou, até mesmo, anular os princípios subjacentes à educação realizada no ambiente carcerário, bem como o propósito da pena de privação de liberdade como um meio de (re)habilitação. Embora a pena privativa de liberdade seja, indiscutivelmente, mais humanitária que os métodos de tortura do passado, na prática, devemos admitir que frequentemente não atende às expectativas ideológicas que nela foram depositadas.

A assistência educacional nas prisões é defendida nos discursos sociais como ferramenta desse processo de (re)habilitação. O acesso à educação no cárcere pode fazer com que os alunos se sintam “plenamente” assistidos: “me vejo gozando de todos os direitos que estão previstos em lei, dispostos em nossa Constituição Federal, em seu Art. 5” (A19).

A escola do cárcere é vista como um ambiente propício à mudança, “através do estudo eu decidi mudar minha vida fazer escolhas certas” (A6). Outro aluno informou: “através da educação estou descobrindo que sou capaz de vencer na vida, sem ter que cometer crime algum para conseguir aquilo que eu queria. A educação está sendo para mim como uma muleta na mão de um aleijado” (A9). A educação no cárcere é entendida como instrumento de transformação, “foi aqui que terminei o ensino médio e hoje estou cursando Tecnologia em Gestão Financeira. A escola transformou a minha vida!” (A20).

Perguntamos aos alunos os motivos que os levaram a estudar no cárcere, um deles respondeu que “primeiramente a remição de pena e poder sair desse local e recomeçar uma vida diferente, com o aprendizado de um estudo completo, assim é muito mais fácil para conseguir trabalho, cursos, entre outros” (A8). O benefício da remição de pena pelo estudo foi um dos motivos que se destacou nas respostas, tendo em vista que, para eles, é uma forma de acelerar a saída do cárcere. Outro aluno relatou que pretende

“ter um futuro brilhante na educação, não só aqui dentro, mas também lá fora, e poder ingressar em uma universidade na área de Direito (para trabalhar com Relações Internacionais), e poder mostrar, não só para minha família, mas também para sociedade a minha mudança (A4).

A escola é o espaço na penitenciária em que os alunos, podem viajar no tempo, “eu me sinto como uma criança na beira da praia, juntando conchinhas contemplando em minha frente um oceano de conhecimento” (A4), podem também sonhar, “a minha formação em direito já passou também a ser um sonho da minha família, em especial da minha mãe, e tenho certeza de que chegarei lá!” (A19), é lugar em que se pode realizar sonhos, “meu sonho era aprender a ler, agora que aprendi, quero realizar o sonho de escrever uma carta para minha filha (A12). Segundo Durkheim,

Quando a educação se mostra paciente e continua e não busca sucessos imediatos e aparentes, mas se dá calmamente em um sentido bem determinado, sem se deixar desviar por incidentes exteriores e circunstancias fortuitas, ela dispõe de todos os meios necessários para marcar as almas profundamente (2011, p. 70).

Os professores que atuam na escola penitenciária se esforçam para garantir educação de qualidade, visando proporcionar aos alunos experiências e expectativas significativas. Na escola “os presos, enquanto estão como alunos, sentem-se como se participassem de uma viagem pelo tempo, retornam ao passado, voltam à sala de aula que um dia frequentaram” (Leme, 2007, p. 146).

Na escola, é possível desfrutar de maior autonomia de expressão: “nós interagimos com os profissionais da educação e aprendemos a nos comportar diante deles como pessoas normais” (A23). Goffman (2004) define “pessoas normais” como aqueles que não se desviam significativamente das expectativas convencionais, enquanto que aqueles que se desviam são socialmente estigmatizados. Ele categorizou três grupos de pessoas que sofrem estigmatização social: i) indivíduos com deformidades físicas; ii) pessoas associadas a culpas de caráter; e iii) aqueles que pertencem a grupos étnicos, nacionais ou religiosos específicos. Desse modo, os apenas se enquadraram no segundo grupo (Goffman, 2004).

Perguntamos aos participantes os motivos que os levaram a desistir dos

estudos [antes do cárcere]: a) a distância, “tive dificuldade por não ter colégio perto de casa, o mais próximo era 85 quilômetros de distância”; b) o racismo, “na escola, os colegas me criticavam, me chamavam de preto” (A5); c) o trabalho, “Eu sempre quis estudar, mas pela dificuldade, teria que fazer uma escolha, estudar e passar necessidade ou trabalhar e sobreviver” (A1); d) educação de má qualidade, “os professores não tinham paciência, a educação era péssima, e não tinha merenda escolar” (A9); e) a violência na escola, “eu me envolvi em uma briga na escola, o que me afastou, foi a coisa pior da minha vida” (A25); f) falta de apoio familiar, “estudei na escola pública, foi uma fase boa, mas havia pouco acompanhamento da família” (A20).

Os alunos alfabetizando que participaram da roda de conversa informaram que passaram por dificuldades na infância e na juventude, o que fez com que eles não frequentassem a escola na idade própria. Desse modo, quatro deles relataram que moravam na zona rural, e que precisavam trabalhar no campo para ajudar no sustento da família, e que, como a escola era longe, perderam o interesse em estudar. Dois alunos informaram que tinham dificuldade para ler, e outros dois afirmaram que não tinham interesse em estudar.

Os alunos percebem a importância da educação para sua formação, segundo eles: “hoje eu vejo que estudar é primordial em nossas vidas, antes eu não dava a mínima importância” (A27); se sentem felizes em poder estudar: “eu me sinto feliz a cada dia em que estou aqui na sala de aula”; se sentem privilegiados: “estou muito feliz por ter o privilégio de estudar, o que me traz alegria, o estudo é fundamental, é muito bom estudar” (A33). A educação contribui para elevar a autoestima e melhorar a imagem dos apenados perante a sociedade: “a educação me ajuda a aprender a ser uma nova pessoa, e me dá uma sensação muito boa de que nem tudo acabou, pois eu achava que já era tarde demais, mas eu pude ver que há pessoas que acreditam em minha mudança e creio que vai valer a pena como já está valendo, obrigado! (A8).

As falas dos alunos demonstram aspectos positivos a priori, mas ao analisarmos os relatos de forma mais aprofundada, notamos que algumas falas indicam uma visão distorcida sobre a educação, ou seja, no momento em que ela passa a ser compreendida como um privilégio, como garantia de todos os direitos e quando há o entendimento de que a educação por si só é suficiente para garantir a inserção social.

Esse desvio de entendimento é ocasionado, possivelmente, pelo próprio sistema prisional, um sistema opressor que, pelo pouco que oferece, pode transmitir a sensação de oferecer benefícios aos custodiados, e não direitos constituídos em lei.

Ao analisarmos as frequências escolares referentes aos anos anteriores à intervenção, verificamos que era comum os alunos desistirem dos estudos, o que, nos dias de hoje, raramente acontece. Conseqüentemente, percebemos que é possível que a educação no cárcere cumpra também o papel de reduzir o tempo ocioso, visto que as oportunidades de atividades são altamente restritas atualmente. Um aluno relatou que “os estudos ajudam a ocupar a mente e a distrair a vida que eu estou enfrentando” (A22). Nesse sentido,

embora no centro do discurso que justifica e reivindica a presença da educação formal nos presídios esteja a ideia de (re)socialização, a perspectiva de que atividades escolares ajudam a combater a ociosidade vigente nos presídios também faz parte dessa discussão (Julião, 2003, 68).

Os relatos dos alunos confirmam a terceira hipótese do estudo, de que a educação no cárcere é compreendida como uma importante ferramenta para seu processo de inserção social, podendo obter o benefício da remição de pena pelo estudo e ajuda a minimizar a ociosidade

3.3.2 A vida no cárcere

Todas as pessoas que estão temporariamente confinadas no cárcere se sujeitam de alguma forma à prisionização⁶¹ (Thompson, 2002). Os efeitos da prisionização na vida dos encarcerados são resultados do processo de subcultura carcerária, que envolve a assimilação de regras, costumes, controle sobre a vida do interno, durante 24 horas por dia, e tem por consequência o sentimento de inferioridade,

⁶¹ Prisionização ou prisionização é um termo cunhado por Donald Clemmer para descrever o processo pelo qual aquele que ingressa na sociedade penitenciária se submete (aceitação de um papel inferior, o desenvolvimento de novos hábitos, no comer, vestir, trabalhar, dormir, a adoção do linguajar local) (Thompson, 2002).

infantilização, desorganização da personalidade e a dessocialização⁶² (Sá, 1998; Chaves, 2019).

Ao adentrar no cárcere, o apenado aprende a conviver com os demais grupos, o que é “uma questão de sobrevivência [...], imperam as regras internas” (Chaves, 2019, p. 20). A prisão foi criada como instrumento de transformação dos indivíduos, assim como a escola e o exército, mas esse projeto fracassou imediatamente (Foucault, 1979). Para que o sistema penitenciário assuma o papel de (re)educar, é preciso compreender como ocorrem as práticas educativas, o que não se dá por meio da repressão ou da desnaturalização, mas na amplificação, na transformação em um ser verdadeiramente humano (Durkheim, 2011).

No que tange às vivências no cárcere, os alunos relataram que a intervenção penitenciária alterou, profundamente, a rotina e as relações interpessoais. Há aspectos positivos e negativos. Quanto ao lado positivo, evidencia-se a redução da violência⁶³, e o negativo, a redução nos atendimentos. Na área da educação, houve redução na quantidade de vagas de estudo e na restrição de acesso à leitura na cela. Solicitamos aos alunos sugestões de recursos materiais para melhorar a aprendizagem. Alguns deles indicaram o uso de livros para ler na cela (07)⁶⁴, de modo geral, responderam que gostariam de ter acesso a materiais impressos: livros (10), dicionário (07), apostilas (07).

Certa vez, um aluno relatou que cuidava de três aranhas, como se fossem bichos de estimação. O nome de uma delas era Sr. Smith. Segundo ele, “às vezes elas saiam da cela, mas sempre voltavam” (A19). Ele as alimentava, e as tratava com carinho. O aluno comentou que é muito apegado a sua mãe, provavelmente, esse comportamento está associado à ausência da família e ao tempo ocioso na cela. Ao perguntar se poderia citar essa experiência nesta dissertação, ele disse sorrindo: “vão pensar que eu estou ficando louco” (A19). Compreendemos a experiência vivida pelo aluno como um exemplo

⁶² A dessocialização ocorre quando o indivíduo começa a perder o aprendido ou internalizado, dado que as normas, pautas, valores ou sistemas de representações não possibilitam nem facilitam a vida de convivência de um determinado grupo (Ibáñez; Brie, 2001, p. 143-144, apud Julião, 2020a, p. 86).

⁶³ A Revista Seap em Números aponta que, enquanto que em 2018 (antes da intervenção) registrou-se 188 óbitos (86 criminais, 37 naturais, 65 suicídios) nas penitenciárias do Pará, em 2022, (após intervenção), houve 11 (09 naturais, 01 criminal e 01 suicídio) (Pará, 2022).

⁶⁴ Os números entre parênteses se referem à quantidade de vezes que o item foi citado no “Questionário Pedagógico”.

dos efeitos da prisionização.

Tanto a prisão quanto o período subsequente à detenção representam a aniquilação social de homens e mulheres de ascendência africana que, devido ao estigma social, dificilmente conseguirão recuperar sua posição, já manchada pela opressão racial em todas as esferas da vida. As prisões emergem como uma das pedras angulares no processo de genocídio em curso contra a comunidade negra no país (Borges, 2019).

As consequências do cárcere podem ser altamente danosas para a vida dessas pessoas, de seus familiares, e para a sociedade, pois, a prisão, nos moldes como funciona atualmente, não transforma, ela fabrica a delinquência e os delinquentes, ela serve para “afundá-los ainda mais na criminalidade” (Foucault, 1979, p, 132).

Diante disso, é quase improvável obter resultados positivos do Sistema Penitenciário do Brasil, o qual opera como depósito de jovens negros e pobres, priorizando a disciplina e pouco explora a função (re)habilitadora. Quando uma pessoa condenada adentra na prisão, ou ele se adequa àquela realidade, ou sofrerá padecimentos insuportáveis, o que faz com que o apenado desenvolva mais a tendência criminosa que a suavização desta. Nessa conjuntura, a instituição prisão, não é capaz de dissuadir o apenado a voltar a ela (Tompson, 1980).

É nesse cenário que a educação pode ajudar os custodiados a repensar sobre suas atitudes e escolhas. Uma vez que a educação é uma função essencialmente social, o Estado não pode se desinteressar dela (Durkheim, 2011), devendo, portanto, investir não somente na escola do cárcere, mas também na revitalização, construção e manutenção de escolas extramuros, de modo a evitar a evasão escolar.

Cabe pensar em estratégias políticas que se concentrem em ações de combate ao trabalho infantil à fome, capazes de contribuir para o acesso e permanência na educação, mediante programas suplementares que garantam, por exemplo, merenda escolar de qualidade, material didático, transporte escolar gratuitos, atendimento integral à saúde (Brasil, 1996), e a possibilidade de conceder bolsas aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Vale ressaltar que o custo de um aluno que estuda na educação básica no cárcere se torna mais elevado, devido aos investimentos estruturais (prédio,

equipamentos, instalações, materiais de consumo, entre outros) e gratificação de risco de vida que compõe a remuneração dos servidores que atuam no cárcere.

Atualmente, o valor mensal médio para manter um custodiado no Pará é de R\$ 1.858,35 (hum mil, oitocentos e cinquenta e oito reais e trinta e cinco centavos) (Pará, 2022). Para oferecer educação a todos os custodiados do sistema prisional paraense, seria necessário maior investimento público. Essa exigência financeira adicional pode representar mais um obstáculo ao acesso à educação no ambiente carcerário.

Entendemos que, se houvesse mais investimentos nas escolas regulares, possivelmente, o custo com manutenção do sistema penitenciário seria em menor proporção. Por acreditar na educação como caminho para reduzir a criminalidade, o antropólogo e educador Darcy Ribeiro em uma conferência, em 1982, afirmou que “se os governantes não construírem escolas, em 20 anos faltaria dinheiro para construir presídios” (Damasceno, 2017).

A profecia feita por Darcy Ribeiro, em 1982, se concretizou, e o país enfrenta uma crise sem precedentes no sistema prisional (Damasceno, 2017). A declaração de Darcy Ribeiro reforça a ideia de que “é melhor prevenir os crimes, do que ter que punilos” (Beccaria, 1999, p. 128), sendo o aperfeiçoamento da educação “o meio mais seguro, mas ao mesmo tempo mais difícil de tornar os homens menos inclinados a praticar o mal” (Beccaria, 1999, p. 135).

3.3.3 A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) como ferramenta de inserção social

Os resultados obtidos no questionário pedagógico indicam que os alunos associam a educação à formação humana e profissional. Para eles, por meio da educação, é possível “recomeçar uma nova vida, a melhor forma para isso é estudar para ser um bom profissional” (A5). Por meio da educação, pode-se ainda “ter uma vida melhor, de paz lá fora, com a minha família, sem crime, sem pressão, mas uma vida com saúde, moradia, lazer, trabalho e renda, uma boa mulher e bons filhos” (A32).

A educação profissional e tecnológica, prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia. Ela abrangerá os cursos de formação

inicial e continuada ou qualificação profissional, educação profissional técnica de nível médio e educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação (Brasil, 1996).

O modelo de sociedade capitalista se apresenta como uma “rede móvel, instável, efêmera de organizações particulares, definidas por estratégias particulares e programas particulares, competindo entre si” (Chauí, 2003, p. 7). A economia neoliberal requer indivíduos de alta performance, competitivos, que atuem como “sujeito empresarial”, a “empresa de si” (Dardot, Laval, 2016). A formação continuada é uma exigência de mercado de trabalho, “não é segredo que ter um diploma de nível superior no currículo deixou de ser um diferencial entre os candidatos a uma vaga de emprego, tornando-se indispensável para o ingresso em determinados cargos ou para conseguir subir na carreira” (A30).

Nos dias de hoje, questiona-se a forma aligeirada e superficial como conhecimento é transmitido em algumas universidades, busca-se apenas habilitar rapidamente os graduandos, para entrar no mercado de trabalho, do qual, em pouco tempo, se tornam obsoletos e descartáveis, caso não permaneçam no ciclo de formação continuada, ainda que de má qualidade. É a chamada sociedade do conhecimento, regida pela lógica do mercado, que, por atender aos interesses do mercado financeiro, interfere na autonomia da universidade pública para atender às demandas sociais e políticas (Chauí, 2003).

Durante a pesquisa, percebemos que os alunos, de modo geral, têm interesse em participar de cursos profissionalizantes. No momento em que foi aplicado o “Questionário Pedagógico”, eles se mostraram empolgados com a questão que solicitou sugestões de cursos profissionalizantes. Eles imaginaram que suas respostas poderiam auxiliar na escolha de cursos a serem realizados futuramente. Foi esclarecido que o objetivo, naquele momento, era conhecer as demandas educacionais, partindo da percepção deles.

Os cursos de nível superior citados foram: Administração (03)⁶⁵, Engenharia civil (02); Tecnologia de Gestão financeira (02), Direito (02), Letras – Inglês (01), Biologia (01), Psicologia (01), Zootecnia (01), Agronomia (01), Engenharia florestal (01),

⁶⁵ Os números entre parênteses se referem às quantidades de vezes que os cursos foram citados pelos alunos no “Questionário Pedagógico”.

Engenharia de pesca (01), Psiquiatria (01), Engenharia ambiental (01), Medicina veterinária (01); e, os cursos profissionalizantes mencionados foram: mecânico de moto/carro (04); mestre de obras (03); pintor (02); mecânico de máquinas pesadas (02); refrigeração (01); encanador (01), enxerto de plantas (01); confeitiro (01).

As respostas nos permitiram perceber que a maioria dos alunos se interessam em ingressar no ensino superior. Essa manifestação pode estar associada às oportunidades de estudo que eles tiveram no cárcere, e ao fato de que alguns dos alunos que concluíram o ensino médio na unidade estão cursando o ensino superior na escola penitenciária. Notamos também que eles gostariam de participar de cursos profissionalizantes, visando a se aperfeiçoarem para o mercado trabalho. A8 acredita que poderá “sair do cárcere e recomeçar uma vida diferente, com aprendizado de um estudo completo; assim é muito mais fácil de conseguir trabalho, cursos, entre outros”.

Reitera-se que a Seap tem convênio com instituições que podem oferecer cursos profissionalizantes nas unidades prisionais, como o Senai, Senac e o Senar, mas que, devido ao baixo efetivo de policiais penais no Crashm, a realização de cursos é altamente limitada. Quanto ao ensino superior, os cursos são ofertados na modalidade EAD, em instituições privadas, aos apenados que cumprem pena em regime fechado, considerando as restrições de saída externa, bem como a falta de parcerias com universidades públicas em Santarém – PA, que poderiam oferecer ensino universitário presencialmente aos custodiados que cumprem pena em regime semiaberto.

As respostas fornecidas pelos alunos no “Questionário Pedagógico” mostram que eles buscam se inserir socialmente, valendo-se dos caminhos da educação formal e profissional, na tentativa de se adequarem às demandas do mercado de trabalho. Esse entendimento reflete não apenas à busca por uma segunda chance, mas também à intenção de reconstruir suas vidas de forma significativa. A EPT pode ser uma boa alternativa para preparar os custodiados para o mercado de trabalho, garantindo-lhes maior autonomia na vida após o cárcere.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a pesquisa, buscamos compreender como as políticas educacionais para pessoas privadas de liberdade estão sendo implementadas na Escola Penitenciária Prof. Delson Afonso Mourão, situada no município de Santarém – PA. Além disso, levantamos informações sobre a implementação da educação nas prisões do Pará e no Crashm. Descrevemos também dados sobre o perfil socioeconômico dos alunos e relatos sobre finalidades da educação empreendida no cárcere. Para complementar o estudo, resgatamos memórias sobre a fundação do Crashm.

A educação para pessoas encarceradas no Brasil teve seu início de forma improvisada e ofertada apenas a alguns custodiados, o que ainda ocorre nos dias atuais. Durante a pesquisa de campo, identificamos que no Crashm há alta demanda por atividades educacionais, muitos apenados não estudam por falta de oportunidade. Foram apontados alguns fatores limitantes à expansão de vagas, como o baixo efetivo de policiais penais, a estrutura penitenciária e o espaço escolar.

Quanto a esses fatores, entendemos que cabe ao Estado investir na estrutura e realização de concurso para elevar a quantidade de policiais penais na Unidade Prisional. Na impossibilidade de aumentar o número de vagas do quadro de policiais penais, sugere-se a análise de como essas vagas são distribuídas no estado, considerando a possibilidade de distribuição, proporcionalmente, à população carcerária de cada unidade.

As análises sobre a oferta de educação na escola penitenciária consideraram as metas previstas no Peesp. Os resultados indicaram que as metas propostas pelo plano para o ensino médio, ensino superior e cursos profissionalizantes foram alcançadas, enquanto as metas para o ensino fundamental e alfabetização não foram atingidas até o momento.

Quanto às metas do Plano, temos o entendimento de que algumas delas precisam ser repensadas, como é o caso da meta prevista para a realização de cursos profissionalizantes, que deve “alcançar 100% das unidades prisionais no prazo de quatro anos”, porém, sem estipular a quantidade de cursos, o que significa dizer que a execução de apenas 01 (um) curso por ano é suficiente para atender à meta do plano, como ocorreu

na escola em estudo, por exemplo. Nesse caso, o que se questiona é se essa quantidade de curso atende, minimamente, às necessidades dos apenados. Outro ponto de atenção diz respeito ao parecer emitido pelo Depen sobre o monitoramento do plano, referente ao ano de 2021, que não abarca todas as metas previstas no Plano, deixando lacunas referentes a alguns eixos.

Como foi visto, as atividades educacionais para o cárcere são diversificadas e abrangem a educação formal e não formal. Embora acreditemos que a educação formal deva ser priorizada, a intensificação da oferta de atividades não formais pode ser uma excelente alternativa para aquisição de conhecimento, redução do tempo ocioso e remição de pena, como é o caso da leitura em cela, por exemplo. Para tanto, deve-se pensar em estratégias para expandir o acervo da biblioteca da unidade prisional, o que pode ser feito em parceria com escolas, universidades, familiares dos internos, igrejas e outras instituições sociais, por meio de campanhas de doação de livros, com pontos fixos de coleta.

Ao terem seus direitos cerceados, como a falta de acesso à educação, os apenados sofrem o que se chama de transbordamento punitivo, pois a pena de privação de liberdade prevê aos custodiados a permanência dos demais direitos previstos em lei. Essa violação de direitos contribui para a perpetuação um ciclo de alienação e marginalização que dificulta a (re)integração dos egressos à sociedade.

O tratamento desumano de pessoas presas é um aspecto profundamente complexo dentro do Sistema Prisional do Brasil. Ao serem privados de sua liberdade, os indivíduos, muitas vezes, são tratados como meros números ou estatísticas, e frequentemente submetidos a condições sub-humanas, resultando na perda da dignidade e da autoestima. Entretanto, reconhecer a humanidade de todas as pessoas, independentemente de sua situação, é essencial para promover uma abordagem mais justa e eficaz em relação à justiça criminal e ao sistema prisional. A inércia do Estado e o descaso da sociedade frente a esse quadro caótico acaba por aprofundar e agravar ainda mais a criminalidade no país.

Percebemos, a partir dos relatos dos alunos, que muitos deles não tiveram apoio e orientação familiar sobre a importância do estudo para a vida em sociedade, foram matriculados em escolas que não os estimularam a aprender e a permanecerem

estudando, enfrentando, desde muito cedo, dificuldades socioeconômicas, o preconceito e a exclusão. Foi na escola penitenciária que muitos deles despertaram o gosto pelos estudos, por isso, é fundamental que sejam criadas oportunidades para que eles permaneçam estudando no cárcere, e, quiçá, possam dar continuidade aos estudos fora dele.

A educação profissional e tecnológica surge como uma alternativa significativa para proporcionar oportunidades cruciais na vida desses jovens que são duplamente excluídos, dentro e fora do cárcere. Por meio dela, é possível capacitá-los para que tenham maiores chances de inserção no mercado de trabalho. Isso adquire uma importância particular, pois a experiência no sistema prisional, muitas vezes, resulta em estigmatização, o que, por sua vez, os afasta ainda mais das possibilidades de inserção social.

Em virtude disso, é fundamental que se criem mecanismos que reduzam a imagem estereotipada resultante da passagem pelo cárcere, o que pode ocorrer mediante parceria entre o Estado e instituições públicas e privadas, por meio de ações que oportunizem vagas de emprego, vagas em instituições de ensino superior, programas de acolhimento aos egressos sem vínculos familiares e sociais, entre outras.

Ao abraçar as oportunidades educacionais disponíveis e buscar desenvolver habilidades profissionais, eles demonstram o desejo genuíno de se transformar em membros produtivos da comunidade. Essa jornada não só beneficia os próprios indivíduos, mas também enriquecem a sociedade, ao canalizar o potencial humano, anteriormente desperdiçado, em contribuições valiosas e positivas.

A realização dessa pesquisa foi essencial para a compreensão das lutas e conquistas educacionais no contexto prisional. No entanto, ficaram algumas lacunas devido à falta de dados em arquivos. Uma das maiores dificuldades encontradas durante o estudo refere-se às divergências nas bases de dados do Depen.

Consideramos como desafio importante para complementar este estudo, a análise dos índices de reincidência no Pará, que não foram incluídos na pesquisa devido à falta de dados consistentes. No entanto, é uma análise necessária para verificar como e em que medida a educação no cárcere pode impactar na vida dos apenados que tiveram a oportunidade de estudar no cárcere.

A sociedade brasileira urge por um sistema de educação que possa atender às demandas sociais. Do mesmo modo, ao considerar a garantia de acesso à educação no sistema prisional, espera-se que esse direito não se limite em ofertar apenas atividades educacionais complementares, pois a “sociedade do conhecimento” em que vivemos exige formação que vai além da educação não formal, e até mesmo da educação básica. Desse modo, entende-se que é preciso que as políticas educacionais para o cárcere avancem rumo ao ensino superior.

É desejável que a educação para o cárcere ocupe um lugar de visibilidade nos discursos sociais. Compreendemos que muitos encarcerados vivem nessa situação por falta de oportunidades. Em alguns casos, pais, mães e irmãos, também se encontram encarcerados. O que se esperar de uma pessoa que vive em um ambiente onde o crime e a violência são naturalizados? Não se busca aqui justificar os fatos, mas sim despertar nos leitores uma reflexão sobre a vida social dos custodiados, com a finalidade de pensar em medidas que possam transformar essa realidade.

Embora não pretendamos esgotar o tema, tampouco resolver problemas relativos à educação no cárcere, buscamos expor algumas ponderações e apresentar sugestões para melhorias da educação destinada ao cárcere. O estudo, portanto, foi realizado, por acreditarmos na relevância do acesso à educação no cárcere. Esperamos que os resultados contribuam para novas discussões e pesquisas, e que os resultados futuros sejam de cenários mais positivos e promissores.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Mariano. **Penas e Sistemas Repressivos**. 2. ed. Belém: Governo do Estado do Pará, 1977.

ASSUNÇÃO, Elizete Cardoso; SILVA, Fernando Teixeira da; COSTA, Patrícia Moraes; FALCÃO JÚNIOR, Washington Luiz Bezerra. “A prática de atividade física no cárcere: relato de experiência com mulheres no Centro de Reeducação Feminino em Belém/PA”. *In*: ARAÚJO, Maria Auxiliadora Maués de Lima; GUIMARÃES, Jesyan Wilysses Oliveira; COQUEIRO, Taize Rocha (Org.). **Veredas para o sol**: escritos sobre a educação no cárcere paraense. Curitiba: CRV. 2021.cap. 1. p. 79 – 97.

AZEVEDO, Flávia Regina Porto de. **Políticas públicas e direito à educação: a educação de jovens e adultos – EJA para privados de liberdade nos estabelecimentos penais em Manaus** Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado em Educação, Educação e Políticas Públicas, Universidade Federal do Amazonas, Manaus. 2019. Disponível em: https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/7175/8/Disserta%C3%A7%C3%A3o_FI%C3%A1viaAzevedo_PPGE.pdf. Acesso em 15 mar. 2023.

ARAÚJO, Maria Auxiliadora Maués de Lima; FIDALGO, Fernando Selmar Rocha. O trabalho e a educação carcerária no Estado do Pará. **Nova Revisita Amazônica**, v. 7, n. 1. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/nra/article/view/6977>. Acesso em: 07 jun. 2023.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reta e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70. 1977. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7684991/mod_resource/content/1/BARDIN__L._1977._Analise_de_conteudo._Lisboa__edicoes__70__225.20191102-5693-11evk0e-with-cover-page-v2.pdf. Acesso em: 22 fev. 2023.

BARROS FILHO, Armando Dantas de. **Políticas de educação em prisões (2011-2020)**: conquistas e desafios no estado de Pernambuco. 2020. 270 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. 2020. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/21019?locale=pt_BR. Acesso em 10 mar. de 2023.

BB EDUCAR. **Reativando as oportunidades de alfabetização**. [Portal], 2017. Disponível em: <http://integracaobb.com.br/educacao/bb-educar/>. Acesso em: 22 dez. 2017.

BECCARIA, Cesare Bonesana. **Dos delitos e das penas**. Tradução J. Cretella Jr. e Agnes Cretella I. – 2. ed. rev., 2. tiro – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. 1999. Disponível em: <https://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17502/material/BE>

CCARIA,%20C.%20Dos%20delitos%20e%20das%20penas.pdf. Acesso em: 10 jun. 2023.

BECK, Caio. Método de Paulo Freire de Alfabetização. **Andragogia Brasil**. 28 de março de 2016. Disponível em: <https://www.andragogiabrasil.com.br/metodo-paulo-freire-de-alfabetizacao>. Acesso em: 26 mar. 2023.

BERNARDI, José Ricardo. Ditadura militar, Projeto Minerva e educação a distância. **XXV Semana de Ciências Sociais**. Universidade Federal de Londrina. 2014. Disponível em: http://www.uel.br/eventos/semanacsoc/pages/arquivos/GT3-%202014/GT3_Jose%20Ricardo%20Bernardi.pdf. Acesso em: 26 abr. 2023.

BORGES, Juliana. **Encarceramento em massa**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1154/o/Encarceramento_em_Massa_Feminismos_Plurais_Juliana_Borges.pdf?1599239135. Acesso em 06 nov. 2022.

BRASIL. Lei nº 7.209, de julho de 1984. Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República federativa do Brasil**, Brasília, DF, 13 jul. 1984a, p. 10217, col. 1. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 15 jun. 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Resolução nº 348 de 13 de outubro de 2020. Estabelece diretrizes e procedimentos a serem observados pelo Poder Judiciário, no âmbito criminal, com relação ao tratamento da população lésbica, gay, bissexual, transexual, travesti ou intersexo que seja custodiada, acusada, ré, condenada, privada de liberdade, em cumprimento de alternativas penais ou monitorada eletronicamente. **Diário da Justiça Eletrônico**, Poder Judiciário, Brasília-DF, Dje/CNJ nº 335/2020, de 15/10/2020, p. 12-17. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/files/compilado15421720210126601038596c499.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Regras mínimas das Nações Unidas para tratamento dos presos**. Brasília DF. 2016. Disponível em <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2019/09/a9426e51735a4d0d8501f06a4ba8b4de.pdf>. Acesso em: 07 set. 2020.

BRASIL. Lei de execução Penal. Lei nº 7210 de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. **Diário Oficial [da] República federativa do Brasil**, Brasília, DF, 13 jul. 1984b, Seção I, p. 10227. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm. Acesso em: 13 set. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 25 out. 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 02, de 19 de maio de 2010. Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais. Brasília, DF, **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, de 20 de maio de 2010., Seção 1, p. 20. 2010a. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=5142-rceb002-10&category_slug=maio-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 27 ago. 2021

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Regras de Bangkok: Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas e Medidas Não Privativas de Liberdade para Mulheres Infratoras**. Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas. 1. Ed – Brasília: CNJ. 2016. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2019/09/cd8bc11ffdcbc397c32eecd40afbb74.pdf>. Acesso em: 10 de abr. de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília, DF. 2013a. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 30 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Declaração de Hamburgo sobre Educação de Adultos**. V Confinteia, Hamburgo, jul. de 1997. Disponível em: <http://forumeja.org.br/pi/sites/forumeja.org.br.pi/files/V%20Confinteia%20Hamburgo%201997.pdf>. Acesso em 20 mai. 2023.

BRASIL. Decreto n. 678, de 6 de julho de 1850. Dá Regulamento para Casa de Correção do Rio de Janeiro. **Coleção de Leis do Império do Brasil – 1850**, Página 31 Vol. 1 pt. II (Publicação Original) Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-678-6-julho-1850-560002-publicacaooriginal-82510-pe.html>. Acesso em: 18 ago. 2022.

BRASIL. Lei nº 13.005 de junho de 2014. Plano Nacional de Educação. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**. Brasília-DF. Seção 1 – Edição Extra – 26/6/2014, Página 1 Disponível em <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em: 03 set. 2020.

BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, de 23 dez. 1996, Seção 1, Página 27833. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11684035/artigo-78-da-lei-n-9394-de-20-de-dezembro-de-1996>. Acesso em: 10 mai. 2021.

BRASIL. Decreto nº 7.626, de 24 de novembro 2011. Institui o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional. **Diário Oficial da**

União, Brasília, 25 nov. 2011. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7626.htm. Acesso em: 27 out. 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Resolução nº 391 de 10 de maio de 2021. Estabelece procedimentos e diretrizes a serem observados pelo Poder Judiciário para o reconhecimento do direito à remição de pena por meio de práticas sociais educativas em unidades de privação de liberdade. **Diário da Justiça Eletrônico**, Poder Judiciário, Brasília-DF, Dje/CNJ nº 120/2021, de 11 de maio de 2021, p. 2-5. 2021a. Disponível em <https://atos.cnj.jus.br/files/original12500220210511609a7d7a4f8dc.pdf>. Acesso em: 12 out. 2021.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Estatística do Século XX**. Rio de Janeiro. 2006. Disponível em: <https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/seculoxx.pdf>. Acesso em 15 mai. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB Nº 1, de 5 de julho de 2000. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação e Jovens e Adultos. **Diário Oficial da União**. Poder Executivo, de 19 julho de 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012000.pdf>. Acesso em: 13 mai. 2023a.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 3, de 15 de junho de 2010. Aprova as Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos de EJA; idade mínima e certificação nos exames de EJA; e Educação de Jovens e Adultos desenvolvida por meio da Educação a Distância. **Diário Oficial da União**. Poder Executivo, de 16 junho de 2010b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=5642-rceb003-10&category_slug=junho-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 11 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB nº 01/2021. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos ao seu alinhamento à Política Nacional de Alfabetização (PNA) e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e Educação de Jovens e Adultos a Distância. **Diário Oficial da União**. Poder Executivo, de 26 maio de 2021b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=191091-rceb001-21&category_slug=junho-2021-pdf&Itemid=30192. Acesso em 10 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. **Diário Oficial da União**. Poder Executivo, de 17 de fevereiro de 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em: 19 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional. **13º Ciclo – Infopen**. jul. – dez. de 2022. Brasília, DF. 2022a. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios/relatorios-analiticos/br/brasil-dez-2022.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional. **9º Ciclo**. jul. – dez. de 2020. Brasília, DF. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios/PA>. Acesso em: 12 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional. **11º Ciclo – Infopen**. jul. – dez. de 2021. Brasília, DF. 2021c. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios/relatorios-analiticos/PA/pa-dez-2021.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP). Resolução nº 09, de 13 de novembro de 2009. Dispõe sobre a exigência mínima de presos por agentes em estabelecimentos penais destinados a presos provisórios e em regime fechado. **Diário Oficial da União**. Poder Executivo, de 16 de novembro de 2009. Disponível em: <https://www.gov.br/depen/pt-br/composicao/cnpccp/resolucoes/2009/resolucao-no-9-de-13-de-novembro-de-2009.pdf/view>. Acesso em: 01 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967. Provê sobre a alfabetização funcional e a educação continuada a adolescentes e adultos. **Diário Oficial da União**. Poder Executivo, de 19 de dezembro de 1967. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l5379.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%205.379%2C%20DE%2015%20DE%20EZEZEMBRO%20DE%201967.&text=Prov%C3%AA%20s%C3%B4bre%20a%20alfabetiza%C3%A7%C3%A3o%20funcional,Art.. Acesso em: 14 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Decreto nº 91.980, de 25 de novembro de 1985. Redefine os objetivos do Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), altera sua denominação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 26 nov. 1985. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l5379.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%205.379%2C%20DE%2015%20DE%20EZEZEMBRO%20DE%201967.&text=Prov%C3%AA%20s%C3%B4bre%20a%20alfabetiza%C3%A7%C3%A3o%20funcional,Art.. Acesso em: 14 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Princípios, Diretrizes, Estratégias e Ações de Apoio ao Programa Brasil Alfabetizado**: Elementos para a Formação de Coordenadores de Turmas e de Alfabetizadores. Brasília, DF. 2011. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10022-diretrizes-principios-pba-secadi&category_slug=fevereiro-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 18 mar. 2022

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Portaria nº 676, de 30 de julho de 2019a. **Diário Oficial da União**. Poder Executivo, Brasília, DF, 31 jul. 2019. Disponível em <https://dspace.mj.gov.br/handle/1/787>. Acessado em 16 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Saiba como pedir a certificação do Encceja**. 25 de setembro de 2019, Brasília, DF. 2019b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec-programas-e-aco-es/acordo-gratuidade/33461-noticias/encceja/80641-saiba-como-pedir-a-certificacao-do-encceja>. Acesso em: 10 mai. 2023.

BRASIL. Lei de 16 de dezembro de 1830. **Código Criminal do Império do Brasil**. Manda executar o Código Criminal. Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm. Acesso em 03 nov. 2022.

BRASIL. Lei nº 3.310 de 15 de outubro de 1886. Revoga o art. 60 do Código Criminal e a Lei n. 4 de 10 de Junho de 1835, na parte em que impõem a pena de açoites. **Coleção de Leis do Império do Brasil** – 1886, Página 52 Vol. 1 pt. I. Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim3310.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%203.310%20DE%2015,impoem%20a%20pena%20de%20a%C3%A7outes. Acesso em: 20 set. 2022.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas da Violência 2021**. Brasília: Ipea, 2021d. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5141-atlasdaviolencia2021completo.pdf>. Acesso em: 30 set. 2022.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Indicadores Sociais Mínimos**. Brasília, DF. 2000b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17374-indicadores-sociais-minimos.html>. Acesso em 15 ago. 2022

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **O desafio da reintegração social do preso**: uma pesquisa em estabelecimentos prisionais. Brasília: IPEA, 2015. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/8181-td2095.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2023.

CARRREIRA, Denise. **Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação: Educação nas Prisões Brasileiras** / Denise Carreira e Suelaine Carneiro – São Paulo: Plataforma Dhesca. Brasil, 2009. Disponível em: <https://cmv-educare.com/wp-content/uploads/2013/07/FINAL-relatorioeduca%C3%A7%C3%A3onasprisoesnov2009.pdf>. Acesso em: 12 set. 2022.

CHAUÍ, Marilena. A Universidade Pública sob nova perspectiva. Revista Brasileira de Educação. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 05-15, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/n5nc4mHY9N9vQpn4tM5hXzj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 jun. 2023.

CHAVES, André Lucas. Sistema Prisional Brasileiro e os efeitos da prisionização. ETIC, 2019. **Encontro de Iniciação Científica**. Disponível em:

<http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/ETIC/article/viewFile/7771/67648393>. Acesso em: 07 jun. 2023.

COSTA, Antônio Carlos Gomes da. **Por uma pedagogia da presença**. Governo do Brasil. Brasília. 1991. Disponível em: <https://arquivosgeo.files.wordpress.com/2018/01/por-uma-pedagogia-da-presenc3a7a-antc3b4nio-carlos.rotated.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2023.

DAMASCENO, Renan. Darcy Ribeiro estava certo: a educação é o caminho para reduzir a criminalidade. **Estado de Minas – Política**. 2017. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2017/01/15/interna_politica,839547/darcy-ribeiro-estava-certo-educacao-e-o-caminho-para-reduzir-crime.shtml. Acesso em 10 jun. 2023.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DONZELLI, Marcia Anita. **As políticas de educação e trabalho nas prisões catarinenses**: um nicho em benefício do capital. Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2019. Disponível em: <file:///C:/Users/cliente/Downloads/PEED1455-D.pdf>. Acesso em 11 mar. 2023.

DUARTE, Alisson José Oliveira; SIVIERI-PEREIRA, Helena de Ornellas. **Aspectos históricos da educação escolar nas instituições prisionais brasileiras do período imperial ao século XXI**. Educação Unisinos 22(4):344-352, outubro/dezembro 2018 Unisinos. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/edunisinos/v22n4/2177-6210-edunisinos-22-04-344.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2023.

DURKHEIM, Emile. **Educação e Sociologia**. Tradução de Stephania Matousek. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011 – (Coleção Textos Fundantes de Educação). Disponível em: https://pedropeixotoferreira.files.wordpress.com/2015/02/durkheim_2011_educacao-e-sociologia_book.pdf. Acesso em 08 jul. 2023.

FERRARI, Vanessa Lima. **Os impactos do cárcere nas relações familiares**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Segurança Cidadã, Universidade Federal Do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2021. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/233028/001134751.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 17 abr. 2023.

FERREIRA, Cilicia Iris Sereni. **Percursos da Educação no Sistema Penitenciário do Estado do Pará**: da Lei de Execução Penal aos dias atuais. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Pará. Belém. 2019. Disponível em <https://ppeb.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/Disserta%C3%A7%C3%B5es/2019/Cilicia%20Sereni%20-%20Disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2021.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro; PIRES, Thula Rafaela de Oliveira (org.). **Rebelião**. Brasília: Brado Negro, Nirema, 2020. Disponível em: <https://bradonegro.com/Rebeliao.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2022.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. – Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. Disponível em: <file:///C:/Users/cliente/Downloads/FOUCAULT,%20Michel.%20Microf%C3%ADsica%20do%20Poder.pdf>. Acesso em: 08 fev. 2023.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis: Editora Vozes, 1987. Disponível em: https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/centrocultural/foucault_vigiar_punir.pdf. Acesso em: 21 out. 2021.

FREIRE, Germán; DÍAZ-BONILLA, Carolina, ORELLANA, Steven Schwartz; LÓPEZ, Jorge Soler. CARBONARI, Flávia. **Afrodscendentes na América Latina: Rumo a um Marco de Inclusão**. Washington, DC: World Bank. 2018. Disponível em: https://dgmbrazil.org.br/media/publicacoes/Relatorio_Port_JH4BjdV.pdf. Acesso em: 13 jan. 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987. Disponível em <https://cpers.com.br/wp-content/uploads/2019/10/Pedagogia-do-Oprimido-Paulo-Freire.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2020.

FROTA, Rayana Silva. **Celas de aula: a educação para (re)integração social dos internos do Centro de Recuperação Agrícola Silvio Hal de Moura**. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em Pedagogia) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2011.

GOFFMAN, Erving. As características das Instituições totais. *In: Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1974. cap. 1, p. 13-68. Disponível em: <https://app.uff.br/slab/uploads/Manicomios-prisoos-e-conventos.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2022.

GOFFMAN, Erving. Estigma e Identidade Social. *In: Estigma – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Tradução: Mathias Lambert. 4.ed. Rio de Janeiro: LTC. 2004. cap. 1, p. 5-20.

GOMES, Daiane Ribeiro. **Mulheres em privação de liberdade e ações voltadas para reinserção social no centro de reeducação feminino em Ananindeua-PA**. Pará. 2021. Disponível em: https://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/14268/1/Dissertacao_MulheresPrivacaoLiberdade.pdf. Acesso em: 14 set. 2023

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16 n. 47 maio-ago. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/vXJKXcs7cybL3YNbDCkCRVp/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 14 ma. 2023.

GRANGERO, Carolina. **Nota de corte ProUni 2022**: cursos mais e menos concorridos. Recife – PE. 2023. Disponível em: <https://prouni2022.inf.br/notas-de-corte-prouni-2022/>. Acesso em 08 jun. 2023.

GUARNIERI, Carla Lemos. **O papel das organizações internacionais no campo da educação**: a influência da vi conferência internacional de educação de adultos (Confinteia) no âmbito nacional brasileiro. Trabalho de Conclusão Curso (Graduação em Relações Internacionais). Universidade Federal do Rio Grande do Sul Porto Alegre 2022. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/245598/001146274.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 03 abr. 2023.

GUIMARÃES, Antônio S. A. Raça, Cor, cor da pele e etnia. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 20, p. 265-271, 2011.

HOOKS, Bell; RIBEIRO, Alan Augusto; PERRY, Keisha-Khan Y. Escolarizando homens negros. **Revista Estudos Feministas**, v. 23, n. 3, p. 677-689, 2015.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. **Sistema Penitenciário Brasileiro**: aspectos conceituais, políticos e ideológicos da reincidência. 1ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2020a.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. **A ressocialização através do estudo e do trabalho no sistema penitenciário brasileiro**. 2009. 433 f. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: http://www.uff.br/emdialogo/sites/default/files/elionaldo_tese_final_parte_nao_textual_0.pdf. Acesso em: 22 ago. 2021.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. **Cartografia das experiências de políticas de educação para jovens e adultos nas prisões da América do Sul** [recurso eletrônico]. Niterói, RJ: EDUFF: FAPERJ 2020b. Disponível em: <https://biblioteca.sophia.com.br/terminal/6681/Acervo/Detalhe/1464?returnUrl=/terminal/6681/Home/Index&guid=1629936001243>. Acesso em: 02 jul. 2022.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. Os sujeitos da educação de jovens e adultos privados de liberdade: questões sobre a diversidade. **SALTO para o Futuro**. Boletim 06, Maio 2007. EJA e Educação Prisional. TV Escola, SEED-MEC. Secretaria de Educação a Distância. Ministério da Educação. Disponível em http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/eja_prisao/saltopfuturo_edprisonal.pdf. Acesso em: 05 mar. 2021.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. Escola na ou da prisão? **Cad. Cedes**, Campinas, v. 36, n. 98, p. 25-42, jan-abr., 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/tQrmp78mcFp47TrN4qhhtHm/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 22 dez. 2021.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. **Política pública de educação penitenciária: contribuição para o diagnóstico da experiência do Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2003.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5ª Ed. São Paulo: Atlas 2003.

KAMAKURA, Wagner. MAZZON, José Afonso. Critérios de estratificação e Comparação de classificadores socioeconômicos no Brasil. **RAE – Revista de Administração de Empresas**. v. 56, n. 1, p. 55–70, 2016. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rae/article/view/59351/57771>. Acesso em: 09 dez. 2022.

LEME, José Antônio Gonçalves. A cela de aula: tirando a pena com letras uma reflexão sobre o sentido da educação nos presídios In: ONOFRE, E. M. C., ed. **A educação escolar entre as grades** [online]. São Carlos: EduFscar, 2007. Disponível em <https://books.scielo.org/id/vk5yj/pdf/onofre-9788576003687-07.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2023

LUCENA, Helen Halinne Rodrigues de. Educação em prisões na América Latina: elementos de análise. Timothy D. Ireland (Org.). Educação em prisões. **Em Aberto/ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**. v. 1, n. 1, (nov. 2011). – Brasília: O Instituto, 2011. Disponível em: https://siteal.iiep.unesco.org/sites/default/files/sit_accion_files/br_0553.pdf. Acesso em 19 jan. 2023.

MUNIZ, Diana Helena Alves. **História da educação básica no centro de reeducação feminino – CRF (2006-2016)**. 2020. 166 f.: il. color. Disponível em: <https://ppeb.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/Disserta%C3%A7%C3%B5es/2020/DIANA%20HELENA%20ALVES%20MUNIZ..pdf>. Acesso em: 10 mar. 2023.

MUNIZ, Diana Helena Alves. História e memória: o cárcere e a educação no Pará. **Revista digital do Cefor/Seduc**, Belém, Ano II, Edição Especial: Educação de Jovens e adultos Privados de Liberdade, jun. 2017. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/117283191/educacao-de-jovens-e-adultos-privados-de-liberdade>. Acesso em: 11 jun. 2023.

MUNIZ, Diana Helena Alves. “História das prisões no Pará e a oferta da educação aos indivíduos privados de liberdade no Presídio São José”. In: ARAÚJO, Maria Auxiliadora Maués de Lima; GUIMARÃES, Jesyan Wilysses Oliveira; COQUEIRO, Taize Rocha (Org.). **Veredas para o sol: escritos sobre a educação no cárcere paraense**. Curitiba: CRV. 2021.cap. 1. p. 19 – 31.

NERY, Vitor Sousa Cunha; FRANÇA, Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Sousa Avelino de. Disseminação da instrução pública primária na Província do Pará na década de 1870. **Revista Temas em Educação**, [S. l.], v. 23, n. 2, p. 82–100, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/20906>. Acesso em: 22 ago.

2023. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/20906/12563>. Acesso em: 29 abr. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>. Acesso em: 31 out. 2021.

OLIVEIRA, Suzianne Silva de. **Educação no cárcere**: processo de reinserção social de mulheres. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Pará, Belém, 2017. Disponível em https://ccse.uepa.br/ppged/wp-content/uploads/dissertacoes/11/suzianne_silva_de_oliveira.pdf. Acesso em 15 jul. 2023.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. JULIÃO, Elionaldo Fernandes. A Educação na Prisão como Política Pública: entre desafios e tarefas. **Educação & Realidade**. 2013. Disponível em: https://scholar.google.com.br/citations?view_op=view_citation&hl=pt-BR&user=xRRA2K0AAAAJ&pagesize=80&citation_for_view=xRRA2K0AAAAJ:d1gkVwhDpl0C. Acessado em: 02 set. 2021.

PAIVA, José Maria de. Transmitindo cultura: a catequização dos índios do Brasil, 1549-1600. **Revista Diálogo Educacional**, vol. 1, núm. 2, 2000. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Paraná. 2000. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1891/189118252012.pdf>. Acesso em 12 mai. 2023.

PAIVA, Vanilda. **História da Educação Popular no Brasil**: educação popular e educação de adultos. 5ª Ed. Edições Loyola. São Paulo. 2003. Disponível em: [https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=d4lize1JjAAC&oi=fnd&pg=PA1&dq=No+Brasil,+a+educa%C3%A7%C3%A3o+passou+a+ser+valorizada+quando+foi+vista+como+fator+que+favorece+o+progresso+\(PAIVA,+1973\).&ots=t--s3XXSRP&sig=DiyRt9ZTitDXomwYhTIYXwHJ3rw#v=onepage&q&f=true](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=d4lize1JjAAC&oi=fnd&pg=PA1&dq=No+Brasil,+a+educa%C3%A7%C3%A3o+passou+a+ser+valorizada+quando+foi+vista+como+fator+que+favorece+o+progresso+(PAIVA,+1973).&ots=t--s3XXSRP&sig=DiyRt9ZTitDXomwYhTIYXwHJ3rw#v=onepage&q&f=true). Acesso em: 16 mai. 2023.

PARÁ. Secretaria de Estado de Administração Penitenciária. **Plano Estadual de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional**. Belém, 2021a. Disponível em: http://www.Seap.pa.gov.br/sites/default/files/plano_ed_prisoos_geral_finalizado_seduc_Seap.pdf. Acesso em: 29 out. 2021.

PARÁ. Secretaria de Estado de Educação. **Documento Curricular do Estado do Pará** – Etapa Ensino Médio: Volume II. Belém: Seduc-PA, 2021b. P.522 1. Novo Ensino Médio. 2. BNCC. 3. Itinerários Formativos (itinerâncias). 4. Formação Humana Integral. Currículo Integrado. 5. Documento Curricular do Estado do Pará. 2021b. Disponível em: https://www.seduc.pa.gov.br/site/public/upload/arquivo/probncc/ProBNCC_DCEPA-12072021_compressed-3b8b0.pdf. Acesso em 05 abr. 2023.

PARÁ. Imprensa Oficial do Estado do Pará. Termo de Cooperação Técnica n^o 005/2023. **Diário Oficial do Estado do Pará**. Belém-PA, 18 maio 2023. Seção 35.403,

p. 70. 2023a. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/11yTDv-MQtfDWgvVWy_VkHKPLDvzT8ubH/view. Acesso em: 20 jun. 2023.

PARÁ. Tribunal de Justiça do Estado **Desembargador Silvio Hall de Moura**: homenagem póstuma (1909-1989). Belém-PA; T.J.E., 1997. Disponível em: <https://www.tjpa.jus.br/CMSPortal/VisualizarArquivo?idArquivo=11141>. Acesso em: 16 out. 2022.

PARÁ. Secretaria de Estado de Administração Penitenciária. **Seap entrega Escola Penitenciária em Santarém**. Belém, 12 jan. 2023c. Disponível em: <https://seap.pa.gov.br/noticias/seap-entrega-escola-penitenci%C3%A1ria-em-santar%C3%A9m>. Acesso em: 24 jan. 2023.

PARÁ. Secretaria de Estado de Administração Penitenciária. **Operação Cucurunã é realizada em Santarém**. 2019. Belém – PA. Disponível em: <https://www.Seap.pa.gov.br/noticias/opera%C3%A7%C3%A3o-cucurun%C3%A3-%C3%A9-realizada-em-santar%C3%A9m>. Acesso em: 16 set. 2022.

PARÁ. Secretaria de Estado de Administração Penitenciária. **Manual de Procedimentos Operacionais**: normas e rotinas de segurança para as unidades prisionais do estado do Pará. 2020. Belém-PA. Disponível em: [2020https://www.Seap.pa.gov.br/sites/default/files/manual_de_procedimentos_operacionais_da_Seap_-_para_1.pdf](https://www.Seap.pa.gov.br/sites/default/files/manual_de_procedimentos_operacionais_da_Seap_-_para_1.pdf). Acesso em: 05 ago. 2022.

PARÁ. Secretaria de Estado de Administração Penitenciária. **Revista Seap em números**. Belém, junho 2022. Disponível em: https://www.Seap.pa.gov.br/sites/default/files/u35/Seap_em_numeros_junho_22.pdf. Acesso em: 08 jun. 2023.

PEREIRA, Júlio Emílio Diniz. FONSECA, Maria da Conceição Ferreira Reis. Identidade docente e formação de educadores de jovens e adultos. **Educação e Realidade**. 26(2):51-73 jul./dez. 2001. Disponível em: <file:///C:/Users/cliente/Downloads/edsondeoliveira,+26138-99834-1-CE.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2023.

PINTO, Ider Erivan Porto. **O uso das tecnologias da informação e comunicação no ensino de física na educação prisional com ênfase na experimentação virtual investigativa**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Mestrado Nacional Profissional em Ensino de Física, Santarém, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufopa.edu.br/jspui/bitstream/123456789/469/1/Dissertacao_UsodasTecnologiasdaInformacao.pdf. Acesso em 20 mar. 2023.

POJO, Oneide Campos. **Entre saberes e prática**: a alfabetização de jovens e adultos no Mova Belém. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências Sociais Aplicada, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. 2006. Disponível em:

<https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/14603/1/OneideCP.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2023.

SA, Alvino Augusto de. Prisionização: um dilema para o cárcere e um desafio para a comunidade. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**. São Paulo. Vol. 21, p. 117, Jan 1998. Disponível em: https://carceropolis.org.br/media/publicacoes/Prisioniza%C3%A7%C3%A3o_-_um_dilema_para_o_carcere_e_um_desafio_para_a_comunidade_Augu_SguTszX.pdf. Acesso em: 07 jun. 2023.

SANTOS, Alexandre Alves dos. **Educação de jovens e adultos no contexto prisional paulista**: um olhar sobre as políticas públicas. Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado em Educação, Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente. 2021. Disponível em: <http://bdtd.unoeste.br:8080/jspui/handle/jspui/1388#preview-link0>. Acesso em: 13 mar. 2023.

SECO, Ana Paula; AMARAL, Tania Conceição Iglesias do. **Marquês de pombal e a reforma educacional brasileira**. HistedBr. Unicamp. 2006. Disponível em: <https://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos/marques-de-pombal-e-a-reforma-educacional-brasileira>. Acesso em: 18 mai. 2023.

TADEU, Tomaz; MILLER, Jacques-Alain; PERROT, Michelle; WERRETT, Simon. O **Panóptico / Jeremy Bentham**. Tomaz Tadeu [org.]; traduções de Guacira Lopes Louro, M. D. Magno, Tomaz Tadeu. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/81000/mod_resource/content/1/TC%20O%20pan%C3%B3ptico.pdf. Acesso em: 11 abr. 2022.

THOMPSON, Augusto. **A Questão Penitenciária**. 5.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

UNESCO. **Educando para a liberdade**: trajetória, debates e proposições de um projeto para a educação nas prisões brasileiras. 2006. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/eja_prisao/educando_liberdade_unesco.pdf. Acesso em: 02 fev. 2023.

UNICEF. **Educação brasileira em 2022**: a voz de adolescentes. Setembro de 2022. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/media/20186/file/educacao-em-2022_a-voz-de-adolescentes.pdf. Acesso em: 16 mai. 2023.

VERÍSSIMO, Ramiro. Desenvolvimento Psicossocial (Erik Erikson). Porto: Faculdade de Medicina do Porto. 2002. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/9133/2/13864.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2023.

VOIRIN, Pierre. **Reeducação dos jovens difíceis**. Lisboa: Família. 2000.

WACQUANT, Loïc. **As Prisões da Miséria**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1999. Disponível em:

file:///C:/Users/cliente/Downloads/As_Prisoas_da_Miseria_Loic_Wacquant.pdf. Acesso em: 02 abr. 2021.

WACQUANT, Loïc. **Punir os pobres**: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. Rio de Janeiro. Revan. 2003.

YAMAMOTO, Aline; GONÇALVES, Ednéia; GRACIANO, Mariângela; LAGO, Natália ASSUMPÇÃO, Raiane. Educação em Prisões. São Paulo: AlfaSol: **Cereja**, 2010.

(Cereja Discute; 1) 128p. Disponível em:

https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/cereja/cereja_discute_educacao_em_prisoas.pdf. Acesso em: 11 mar. 2021.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Tradução de Daniel Grassi. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6598416/mod_resource/content/1/Livro%20Robert%20Yin.pdf. Acesso em: 13 fev. 2023.

APÊNDICE

Apêndice A – Identificação dos participantes da pesquisa

Quantidade de participantes	Caracterização dos participantes	Identificação no texto	Instrumento de coleta de dados
32	Alunos	A1 a A32	Questionário Socioeconômico: 32 participantes; Questionário Pedagógico: 24 participantes; Roda de conversa: 08 participantes.
10	Docentes	D1 a D10	Conversas informais
01	Professora que atuou na UP de 1999 a 2016, que relatou sobre a história da educação no Crashm.	D11	Entrevista semiestruturada
01	Servidora que relatou sobre a história do Crashm	S1	Entrevista semiestruturada
01	Coordenadora Pedagógica dos professores, que é servidora da Seduc, que relatou sobre como ocorre o processo de escolarização na escola penitenciária.	S2	Entrevista semiestruturada
Total: 45 participantes			

ANEXOS

Anexo 1 – Parecer consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa – CEP.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
OESTE DO PARÁ - CEP -
UFOPA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A EDUCAÇÃO EM ÂMBITO PRISIONAL COMO INSTRUMENTO DE REINserÇÃO SOCIAL

Pesquisador: POLIANA AGUIAR

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 57406322.4.0000.0171

Instituição Proponente: Universidade Federal do Oeste do Pará

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.422.263

Apresentação do Projeto:

A presente pesquisa consiste em uma dissertação de mestrado do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPGE e será realizada no Centro de Recuperação Regional Silvío Hall de Moura – CRRSHM, unidade penal situada no município de Santarém, região oeste do Estado do Pará e visa compreender como os alunos avaliam a educação empreendida na escola da CRRSHM. A pesquisa será de abordagem etnográfica, articulando informações obtidas em questionários, entrevistas formais e conversas informais, ancorada na pesquisa bibliográfica e em análises de documentos.

Objetivo da Pesquisa:

GERAL

Compreender como os alunos avaliam o processo de escolarização desenvolvido na escola localizada no Centro de Recuperação Regional Silvío Hall de Moura - CRRSHM.

ESPECÍFICOS

1. Encontrar correlações entre a formação educacional em contexto prisional e a reinserção social;
2. Identificar e explicar o que causa a diferença entre demanda oficial por vagas e número real de presos que estão frequentando as aulas no CRRSHM;

Endereço: Rua Vera Paz s/n - Prédio da Reitoria, Sala nº 03

Bairro: Salé

CEP: 68.040-255

UF: PA

Município: SANTAREM

Telefone: (93)2101-4924

E-mail: cep@ufopa.edu.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
OESTE DO PARÁ - CEP -
UFOPA



Continuação do Parecer: 5.422.263

3. Levantar dados que possam corroborar na elaboração de políticas públicas voltadas para a educação prisional;
4. Propor ações que potencializem o resultado do trabalho docente

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Quanto aos riscos, a pesquisadora destaca os aspectos morais e éticos que correspondem ao constrangimento dos participantes da pesquisa quanto a investigação durante o período de cumprimento de pena, aborrecimento e exaustão mediante à aplicação dos questionários. Entretanto, a pesquisadora destaca que os riscos poderão ser minimizados através de uma abordagem educada e complacente; as informações serão mantidas em sigilo, não havendo a identificação do participante pelo nome nos formulários, sendo eles numerados e/ou preenchidos com as suas iniciais. A pesquisadora inseriu, conforme sugestão deste CEP, possível risco biológico por contaminação covid-19 no projeto detalhado.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa apresenta relevância social, uma vez que, correlacionará a formação educacional em contexto prisional e a reinserção social; identificará e explicará a causa e a diferença entre demanda oficial por vagas e número real de presos que estão frequentando as aulas no CRRSHM; contribuirá com dados que possam auxiliar na elaboração de políticas públicas voltadas à educação prisional.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

- Foi apresentada carta de anuência da instituição.
- Foi apresentado cronograma de execução com tempo adequado para que sua execução não se inicie antes da aprovação pelo CEP.
- Foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).
- Foi apresentado TERMO DE COMPROMISSO DE UTILIZAÇÃO DE DADOS (TCUD).
- Foi apresentado o Projeto detalhado.
- Foi apresentada a folha de rosto.
- Foi apresentado orçamento detalhado.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

A pesquisadora atendeu todas as pendências, podendo o projeto ser aprovado.

Endereço: Rua Vera Paz s/n - Prédio da Reitoria, Sala nº 03
Bairro: Salé **CEP:** 68.040-255
UF: PA **Município:** SANTAREM
Telefone: (93)2101-4924 **E-mail:** cep@ufopa.edu.br

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO
OESTE DO PARÁ - CEP -
UFOPA**



Continuação do Parecer: 5.422.263

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1893079.pdf	02/05/2022 20:12:54		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	New_PROJETO_Detalhado.pdf	02/05/2022 20:12:36	POLIANA AGUIAR	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	NewTCLE.pdf	02/05/2022 20:12:10	POLIANA AGUIAR	Aceito
Outros	TERMO_DE_COMPROMISSO_DE_PESQUISA_ACADEMICA.pdf	29/03/2022 15:14:24	POLIANA AGUIAR	Aceito
Outros	TCUD.pdf	29/03/2022 15:12:01	POLIANA AGUIAR	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO.pdf	29/03/2022 15:10:53	POLIANA AGUIAR	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Autorizacao_da_instituicao.pdf	29/03/2022 15:10:37	POLIANA AGUIAR	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	29/03/2022 15:09:44	POLIANA AGUIAR	Aceito
Folha de Rosto	FOLHA_DE_ROSTO.pdf	29/03/2022 15:09:24	POLIANA AGUIAR	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SANTAREM, 21 de Maio de 2022

Assinado por:
Flavia Garcez da Silva
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Vera Paz s/n - Prédio da Reitoria, Sala nº 03
Bairro: Salé **CEP:** 68.040-255
UF: PA **Município:** SANTAREM
Telefone: (93)2101-4924 **E-mail:** cep@ufopa.edu.br

Anexo 2 – Declaração de revisão ortográfica.**D E C L A R A Ç Ã O**

Eu, Sandra de Almada Mota, declaro, para os devidos fins que se fizerem necessários, que realizei a revisão de ortografia e gramática da Dissertação intitulada **EDUCAÇÃO NO CÁRCERE: ESTUDO SOBRE UMA ESCOLA PENITENCIÁRIA EM SANTARÉM – PA**, de **POLIANA AGUIAR LUIZ**, apresentada Universidade Federal do Oeste do Pará.

Por ser verdade, firmo a presente.

Formiga, 27 de dezembro de 2023



Documento assinado digitalmente

SANDRA DE ALMADA MOTA

Data: 27/12/2023 12:38:53-0300

Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Sandra de Almada Mota
Doutora em Letras pela PUC –MINAS
CV: <http://lattes.cnpq.br/5235854541215701>

REVISORA CREDENCIADA: Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Ciências Econômicas - Centro de Pós-graduação e Pesquisas em Administração
Escola de Enfermagem - Col. de Pós-graduação em Gestão de Serviços de Saúde